

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**ENSAIO, CIÊNCIA E HISTÓRIA EM “OS PARCEIROS DO RIO BONITO”:
UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA DA OBRA DE ANTONIO CANDIDO**

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Belo Horizonte
2017

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

**ENSAIO, CIÊNCIA E HISTÓRIA EM “OS PARCEIROS DO RIO BONITO”:
UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA DA OBRA DE ANTONIO CANDIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Professor Dr. Douglas Attila Marcelino

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais
2017

907.2
R672e
2017

Rocha, Hugo Mateus Gonçalves

Ensaio, ciência e história em “Os parceiros do Rio Bonito”:
[manuscrito] : uma leitura historiográfica da obra de Antonio
Candido / Hugo Mateus Gonçalves Rocha. - 2017.

145 f.

Orientador: Douglas Attila Marcelino.

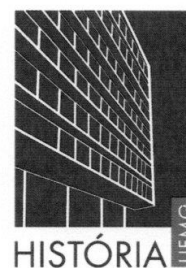
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Candido, Antonio, 1918-2017.Os
parceiros do Rio Bonito. 3.Historiografia - Teses. I. Marcelino,
Douglas Attila. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



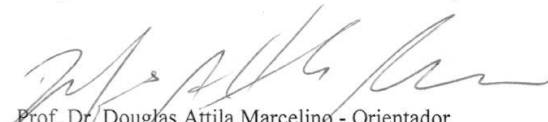
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA




**"Ensaio, Ciência e História em Os Parceiros do Rio Bonito: uma leitura
historiográfica da obra de Antonio Candido"**

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador
UFMG


Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira
UFOP


Profa. Dra. Alessandra Soares Santos
UFMG

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Chegando ao final desta travessia, é fundamental agradecer a um grande número de pessoas que colaboraram das mais diversas formas com a finalização deste trabalho.

Os incômodos iniciais que me levaram a empreender a presente pesquisa tiveram início na graduação, quando as leituras e debates associados aos cursos de Teoria da História, Historiografia Contemporânea e Historiografia Brasileira revelaram-me a importância em atentar às infinitas possibilidades de interpretação dos clássicos do Pensamento Social Brasileiro. O interesse pela obra de Antonio Candido surgiu, especialmente, no momento em que procurei aproximação às obras e autores que trataram da vida no campo, especialmente sobre parcelas, por vezes, invisíveis aos olhos citadinos. Partindo dessa conjuntura, foi essencial o apoio que recebi do professor Douglas Attila Marcelino, com quem construí uma frutífera relação profissional, ancorada na exemplar atuação de um orientador que evidencia rara dedicação ao trabalho, destinando-me uma irrepreensível orientação no curso da pesquisa. Por tudo isso, ofereço a ele os meus mais sinceros e cordiais agradecimentos.

Dedico este trabalho a meus avós maternos, José Gonçalves da Cunha e Amélia de Paiva que, nascidos no campo, ainda jovens migraram para a cidade por não encontrarem condições ideais de manutenção das suas vidas no meio rural. Do mesmo modo, este trabalho é dedicado aos meus avós paternos, Antônio Rocha e Maria Teodoro, que, também camponeses, optaram por enfrentar as mudanças radicais trazidas pelo curso do século XX no meio rural. As vidas dessas pessoas apresentam semelhanças com os personagens abordados por Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Fica também a minha gratidão a toda comunidade da UFMG, especialmente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, casa que me recebeu nos últimos sete anos, tornando possível não somente o aprendizado de temas ligados à Historiografia, mas, sobretudo, no que tange às relações humanas, à tolerância e à alteridade. Ilustro esse reconhecimento agradecendo a pessoas como Marinho Nepomuceno e Maurício Mainart, funcionários do Departamento de História da UFMG, e à Vilma Carvalho, responsável técnica pela Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão. Agradeço também a colaboração dos professores do PPGHIS-UFMG, como as professoras Eliana de Freitas Dutra e Adriane Vidal Costa, que gentilmente atenderam ao convite para avaliação da

pesquisa no Exame de Qualificação. Suas leituras atentas do texto geraram observações e sugestões fundamentais ao melhor desenvolvimento do trabalho. É indispensável ainda expressar minha gratidão ao professor Mateus Henrique de Faria Pereira e a professora Alessandra Soares Santos, que aceitaram o convite para participar da Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado, colaborando com a finalização do trabalho. Sinto-me igualmente agradecido à professora Maria da Consolação Parreiras de Castro que, ao revisar meu texto, foi parte fundamental no processo de final de escrita. Agradeço também ao CNPq e à CAPES pela destinação de bolsas de pesquisa durante parte do curso de Pós-Graduação. Todas essas formas de apoio técnico e intelectual foram fundamentais à minha inteira dedicação à pesquisa.

Devo agradecer também aos amigos e colegas que fiz nos últimos sete anos, os quais entre conversas bem-humoradas, leituras dos meus textos, críticas construtivas, cafés, debates acalorados, companhia em eventos acadêmicos e outras inestimáveis formas de cooperação, proporcionaram-me alicerces fundamentais a esta, por vezes, solitária tarefa de desenvolver a pesquisa e a escrita da dissertação. Por tudo isso, deixo aqui meu aceno de gratidão a pessoas como Pedro Resende, Walderez Ramalho, Breno Mendes, Augusto de Carvalho, Moysés Loures, Leandro Gustavo, Elerson M'abembe, Pedro Barbosa, Marcelo Alves, Carolline Andrade, Robson Junior, Marco Girardi, Allyson Lima, Luísa Marques, Thiago Lenine, Raul Lanari, Mariana Silveira, Douglas de Freitas, Igor Nefer, Fernando Garcia, Matheus Rezende, Valdeci Cunha, Mateus Frizzone, Thiago Prates, Warley Alves, Alysson Costa, Cássio Rocha, Daniel Rocha e a mais um grande número de pessoas que se uniram a mim nessa travessia.

Agradeço também aos meus amigos da vida por todos os momentos de prazer que me proporcionam e ainda certamente me proporcionarão, destacando aqui pessoas como André Torres, João Paulo Moura, Rafael Rocha, Cássio Moura, Sílvio Ramiro, Fabiano Lara, Felipe Leles, Og Campos, Armando Campos, Fábio Ramos, Ricardo Ferreira, Luiz Garcia, Rodrigo de Andrade, Demerson Barbosa, Thiago Giba, Nei Ramada, Dimas Andrade, Paula Chocholous, Flávia Nascimento, Ana Luiza Rocha, Maria Clara Daura, Izabela Rocha, Rubem Neto, Luiza Sosa, Mayra Sosa, Marianna Barbosa, Paulo Ribeiro, Mariana Carvalho, Vítor Ribeiro, Vânia Ribeiro, Paulo Sérgio Ribeiro, Ana Paula Rubim, Ana Paula Fernandes, Maria Fernandes, Paulo Henrique Marinho, Francisco Salles, Dalton Rocha e César Rocha.

Por fim, deixo para destacar o meu agradecimento àqueles que me dedicaram o mais fundamental dos apoios, baseado no altruísmo e no amor, sendo, deste modo, fundamentais neste processo: dedico este trabalho a meus pais, Francisco de Assis Rocha e Francisca Gonçalves de Paiva Rocha, por tudo o que representam para mim e por todo apoio a mim dedicado. A meus irmãos Maria Amélia Rocha, Augusto Teixeira, Marcus Eugênio, Marcela Timóteo e a meus sobrinhos Eduardo Rocha e Caetano Teixeira pela alegria, cuidado e afeto a mim proporcionados no ontem, no hoje e no amanhã. Termino por agradecer, com especial destaque, à minha noiva Lorena Ribeiro, com quem divido, já há algum tempo, momentos únicos de ternura, carinho, apoio e, sobretudo, amor. Juntos, estes elementos foram combustíveis essenciais à conclusão deste desafio. A todos vocês, por tudo isso, o meu muito obrigado!

Resumo: Na presente pesquisa, analisamos a obra “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, de autoria do sociólogo e crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza. Buscamos explorar os diálogos estabelecidos pelo autor com o Pensamento Social Brasileiro produzido entre as décadas de 1900 e 1950. O propósito central em que se baseia a investigação consiste em compreender como o autor analisou, especificamente, um processo de transformação social em curso na cultura e na sociedade caipira. Para isso, lançamos mão de um material distinto que incluiu eixos teóricos e metodológicos ligados à Sociologia e à Antropologia, ao lado de interpretações historiográficas sobre a expansão bandeirante, além de referências ao Pensamento Social Brasileiro das décadas de 1900 a 1940, reconhecida como parte da tradição ensaística no pensamento nacional. Assim, no primeiro capítulo, procuramos explorar as opções do autor ao desenvolver sua pesquisa e por dividi-la em três seções. No segundo capítulo, procuramos compreender como Candido estabeleceu as diretrizes centrais para a identificação do caipira e de suas sociedades. Por fim, no terceiro capítulo, procuramos fundamentar a razão pela qual, ao se empenhar em realizar o estudo, Antonio Candido teria desenvolvido um texto que, apesar de gerado com base em uma pesquisa acadêmica associada ao campo das Ciências Sociais, pode ser interpretada tanto como uma obra que apresenta elementos da tradição do pensamento brasileiro no início do século XX, quanto ao modelo de investigação sociológica que tomou corpo no país a partir de meados das décadas de 1940 e 1950.

Palavras-chave: Os Parceiros do Rio Bonito; História da Historiografia; Antonio Candido; Ensaio interpretativo; Pensamento Social Brasileiro.

Abstract: In this research, we analyze the book, “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” by the sociologist and literary critic Antonio Candido de Mello e Souza. In this way, we seek to explore the dialogues established by the author with Brazilian social thought produced between the 1900s and 1950s. The central idea behind research is to explore how by specifically analyzing a process of on going social transformation in culture, the author used a different material, which included theoretical and methodological axes of Sociology and Anthropology, along with historiographical interpretations of bandeirante expansion, as well as references to Brazilian social thought from the decades of 1900 to 1940, recognized as part of the essayistic tradition in national thought. Thus, in the first chapter, we seek to explore the author’s options in developing his research and dividing it into three sections. In the second chapter, we try to understand how the author established the central guidelines for the identification of the caipira and its societies. Finally, in the third chapter, we tried to justify that in endeavoring to carry out that study, Antonio Candido would have developed a text that, although generated from an academic research, “Os Parceiros do Rio Bonito” can also be interpreted as a work which presents elements of both the tradition of Brazilian thought in the early twentieth century and the sociological research model that took shape in Brazil from the mid - 1940s and 1950s.

Keywords: Os Parceiros do Rio Bonito; History of Historiography; Antonio Candido; Interpretive essays; Brazilian social thought

Falar do Brasil sem ouvir o sertão,
É como estar cego em pleno clarão,
Olhar o Brasil e não ver o sertão,
É como negar o queijo com a faca na mão,

Esse gigante em movimento,
Movido a tijolo e cimento,
Precisa de arroz com feijão,
Que tenha comida na mesa,
Que agradeça sempre a grandeza,
De cada pedaço de pão,

Agradeça a Clemente,
Que leva a semente em seu embornal,
Zezé e o penoso balé de pisar no cacau,
Maria que amanhece o dia lá no milharal,
Joana que ama na cama do canavial
João que carrega a esperança em seu caminhão,
Pra capital,

Lembrar do Brasil sem pensar no sertão,
É como negar o alicerce de uma construção,
Amar o Brasil sem louvar o sertão,
É dar o tiro no escuro,
Errar no futuro da nossa nação.

Esse gigante em movimento,
Movido a tijolo e cimento,
Precisa de arroz com feijão,
Que tenha comida na mesa,
Que agradeça sempre a grandeza,
De cada pedaço de pão,

Agradeça a Tião que conduz a boiada do pasto ao grotão,
Quitéria que colhe miséria quando não chove no chão,
Pereira que grita na feira o valor do pregão,

Zé coco, viola, rabeca, folia e canção,
Zé coco, viola, rabeca, folia e canção,

Amar o Brasil é fazer do sertão,
A capital...

Vander Lee, na canção "Do Brasil"

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Teoria e método em “Os Parceiros do Rio Bonito”	19
1.1 – Questões a partir de um Prefácio	20
1.2 – A divisão de “Os Parceiros do Rio Bonito” como eixo de análise e interpretação da obra	27
1.3 – Por uma leitura atenta da Introdução de “Os Parceiros do Rio Bonito”	30
CAPÍTULO 2: A construção do objeto da pesquisa: caipiras em processo de transformação social	58
2.1 – O caipira como categoria social e o debate com o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior	61
2.2 – Antonio Candido, Cornélio Pires, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna: apropriações, recusas e debates na construção de uma categoria social	77
CAPÍTULO 3: Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”	95
3.1 – Ensaio: origens, (in)definições e apropriações pelo pensamento brasileiro	97
3.2 - Pensamento brasileiro, gênero ensaístico e História da Sociologia sob a perspectiva de Antonio Candido	101
3.3 – Os conceitos de <i>formação</i> e <i>sentido da colonização</i> como catalizadores da <i>preocupação com o presente</i> : Antonio Candido ensaísta?	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	139

INTRODUÇÃO

Uma vez eu perguntei para um caboclo muito velho: “O que é um bairro?” Ele me respondeu: “um bairro é uma naçãozinha...”

Antonio Candido¹

A leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” nos desloca no tempo. Esse caráter da obra tem base na opção de Antonio Candido de reconstituir historicamente a formação das sociedades caipiras, mas, principalmente na opção do autor de tratar do processo de transformação, nas décadas de 1940 e 1950, de determinado recorte social que povoou a região centro-sul do Brasil.

Com base na fundamentação teórica e metodológica das Ciências Sociais e na Historiografia, Candido analisou o processo de transformação social enfrentado por aquelas comunidades na metade do século XX. No curso de sua análise, deixou entrever a sua sensibilidade histórica, permeada por suas observações do processo de mudança dos aspectos culturais e sociais, bem como das questões objetivas e do ponto de vista técnico-produtivo e econômico. Esses aspectos foram indicados como fatores responsáveis por constituir o processo de transformação das sociedades rurais da Paulistânia. A esse processo, o sociólogo associou a conjuntura de modernização, gerada pelas políticas de desenvolvimento propostas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930 (GOMES, 2013a).

Sendo assim, o tratamento dessas questões na obra é traduzido pela capacidade analítica de Antonio Candido, pois, já no início da sua carreira intelectual, o sociólogo denotava grande capacidade de estabelecer diálogos entre temas e eixos de análise distintos. A continuidade dessa trajetória configurou Antonio Candido como um dos mais importantes intelectuais brasileiros do último século.

O interesse pelo estudo de temas correlatos à vida no campo se originou em momento anterior à nossa leitura da obra de Antonio Candido. A tomada de “Os Parceiros do Rio Bonito” como objeto de estudo na presente pesquisa ocorreu após a

¹ CANDIDO, Antonio, 2005. min. 9'50" – 10'00" (BRASIL CAIPIRA, 2005).

indicação da leitura da obra por um professor da universidade. De forma sensível, ele percebeu a nossa intenção de tratar do tema e colaborou, de maneira significativa, para a atenuação dos nossos incômodos iniciais. Nesse caminho, o interesse recortado pelo tema da História da Ruralidade Brasileira foi ampliado pela conveniência de se tratar de temas correlatos à História da Historiografia brasileira. A percepção dessa potencialidade a ser explorada neste estudo veio à tona por meio da leitura de textos e obras sobre o mundo rural brasileiro e também de trabalhos recentes que analisam criticamente importantes obras da tradição historiográfica do Brasil.

A leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito”, em conjunto com a aproximação a textos sobre a obra e a trajetória intelectual de Antonio Candido, revelou ser comum a associação entre a obra e o campo das Ciências Sociais. No entanto, a análise mais detida dos textos que compõem a obra nos levou a questionar essa identificação que, por vezes, tende a restringir o livro ao seu diálogo com o campo da Sociologia e da Antropologia. A partir desse ponto, o incômodo inicial foi se tornando algo mais sustentável e, conseqüentemente, possível de ser explorado em uma pesquisa nos presentes moldes.

A aproximação aos debates ligados à linha da História da Historiografia brasileira nos permitiu refletir sobre os limites e as possibilidades relacionados à temática. Assim, passamos a nos interessar também pela representativa e singular contribuição dos intelectuais “não historiadores” para o pensamento brasileiro, tais como bacharéis, médicos, engenheiros, literatos, jornalistas e cientistas sociais. Esses especialistas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram responsáveis por interpretar e representar os diferentes “Brasis” espalhados pelo país.

A leitura de alguns clássicos ensaios interpretativos e interpretações historiográficas sobre a formação histórica e social do Brasil tornou-se elemento central na nossa pretensão de interrogar a fonte. De leitura inicial para a aproximação dos estudos sobre o mundo rural brasileiro, “Os Parceiros do Rio Bonito” acabou se constituindo no objeto da nossa pesquisa. Assim, passamos a nos perguntar: por que a obra de Candido, apesar do seu devido reconhecimento como um clássico do Pensamento Social Brasileiro, não costumava ser tratada pelos historiadores contemporâneos como um instrumento de análise histórica? A hipótese de que a formação de Antonio Candido não ocorreu no campo historiográfico nos pareceu frágil.

Afinal, assim como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido também não foi historiador de formação.

Em um segundo momento, já no curso da nossa leitura crítica de “Os Parceiros do Rio Bonito”, foi possível perceber que, além dos eixos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais, o autor optou por sustentar a sua análise do processo de transformação social caipira com base na Historiografia e nos ensaios interpretativos sobre a formação social e cultural das populações camponesas no Brasil. Assim, destacam-se as referências de Candido a autores brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda e Cornélio Pires, principalmente quando estabeleceu os parâmetros da análise do processo de formação histórica caipira, tomado posteriormente como critério de análise do sistema de transformação social tratado na obra.

Dessa forma, surgiu a nossa dúvida, que contrariava a identificação, anteriormente detectada, de “Os Parceiros do Rio Bonito” apenas com o campo das Ciências Sociais. Além disso, nos perguntamos: com base nesse cruzamento de orientações de temas, teorias e métodos das Ciências Humanas, seria possível tratar da aparente proximidade entre os diálogos estabelecidos por Antonio Candido com a tradição dos ensaios interpretativos brasileiros? Na primeira das três seções em que “Os Parceiros do Rio Bonito” foi dividida, Candido esboçou o “estado da arte” do processo histórico de formação social caipira. Para atingir esse objetivo, buscou na análise documental, nas interpretações historiográficas, nas representações ensaísticas e literárias, as principais bases para reconstituir o passado daquelas sociedades.

Com base nesses incômodos iniciais, no primeiro capítulo da pesquisa analisamos a forma como o sociólogo estabeleceu as diretrizes do seu estudo. Essa opção foi amparada, principalmente, pelas questões tratadas pelo autor nos textos do Prefácio e da Introdução de “Os Parceiros do Rio Bonito”. Nessas oportunidades, Candido evidenciou as suas preocupações centrais, delimitando a sua proposta de interpretar a forma como as sociedades caipiras da Paulistânia² se encontravam em franco processo de transformação sociocultural e econômico, balizado pela conjuntura de modernização proposta pelo Estado brasileiro.

² Sobre o uso por Antonio Candido do termo “Paulistânia”, é fundamental indicar que, ao remeter a essa região, o autor tinha como objetivo fazer referência a uma zona não geográfica de influência dos traços sociais e culturais surgidos no processo de expansão paulista. Assim, o sociólogo indicou que a “Paulistânia” seria conformada por regiões do interior do Estado de São Paulo e áreas limítrofes, associadas aos Estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul (CANDIDO, 2010, p. 77).

A leitura acurada desses textos foi fundamental para a comparação do viés sócio-histórico que caracterizou as escolhas de Antonio Candido no desenvolvimento da sua pesquisa. Por meio das questões tratadas no Prefácio e na Introdução da obra, tivemos o primeiro contato com os eixos teóricos e metodológicos escolhidos pelo autor ao desenvolver a sua apreciação da formação histórica das sociedades caipiras. Além disso, foi possível perceber a sua análise do processo de transformação social responsável pela inadequação dos caipiras ao presente brasileiro das décadas de 1940 e 1950. Desse modo, pareceu-nos igualmente fundamental explorar a maneira como Antonio Candido optou pela divisão da obra, essencialmente no que diz respeito à organização dos textos para a primeira publicação de “Os Parceiros do Rio Bonito”, ocorrida no ano de 1967.

No segundo capítulo da nossa pesquisa, examinamos a maneira como, após anunciar as suas escolhas temáticas, teóricas e metodológicas, Antonio Candido efetivamente aplicou aqueles eixos de interpretação na sua análise. Procuramos, primeiramente, tratar da forma como o autor estabeleceu as bases para a sua análise, explorando a maneira como o sociólogo procurou identificar quem eram os agentes sociais analisados. Assim, foi importante explorar o modo como Candido buscou, na historiografia e nos discursos literários e ensaísticos, os principais aspectos capazes de configurar aquelas sociedades rurais conformadas na região Centro-Sul do Brasil. Nesse segmento da pesquisa, tentamos compreender quais são os agentes sociais que Antonio Candido denominou como “caipiras”, bem como quais foram as diretrizes sócio-históricas, étnicas e geográficas responsáveis por embasar a delimitação do seu tema de estudo.

A aproximação a esse debate nos direcionou ao tratamento da forma como Antonio Candido procurou se aproximar da tradição do pensamento brasileiro, apropriando-se, ora abertamente, ora de forma subentendida, de eixos analíticos presentes no pensamento de alguns dos intelectuais que produziram interpretações sobre a cultura e a sociedade brasileira no século XX. Assim, foi importante atentar ao modo como Candido dialogou com a narrativa de Sérgio Buarque de Holanda sobre o processo de expansão bandeirante. Outro aspecto igualmente relevante foi a maneira como o sociólogo procurou sustentação em algumas representações da sociedade caipira – dentre as quais se destacam as suas referências a algumas obras do folclorista tieteense Cornélio Pires.

A fim de expandir e melhor fundamentar a nossa interpretação da obra, procuramos também explorar a forma como a pesquisa de Antonio Candido pareceu ter dialogado com propostas analíticas defendidas por outros importantes autores da cena intelectual brasileira, dentre os quais destacamos as referências e interpretações das obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior. Procuramos explorar os diálogos possíveis de Candido com algumas análises desses autores que tratam de temas correlatos à vida no campo brasileiro em diferentes recortes espaciais e temporais.

Munidos pelos temas abordados nos dois capítulos anteriores, passamos ao capítulo mais importante de nossa pesquisa. Nele, analisamos os diálogos de Candido com a tradição dos ensaios sócio-históricos brasileiros das décadas iniciais do século XX. Abordamos, inicialmente, algumas interpretações sobre o ensaio como gênero de interpretação e representação social e como esse enfoque serviu à construção do Pensamento Social Brasileiro na primeira metade do século XX. Nesse sentido, buscamos também interpretar as concepções de Antonio Candido sobre o ensaio, as quais se encontram permeadas pela apreciação do autor sobre a construção do Pensamento Social Brasileiro e sobre a História da Sociologia brasileira.

O cruzamento entre interpretações contemporâneas sobre o gênero ensaístico, a sua apropriação pelo pensamento brasileiro e a concepção de Antonio Candido sobre a construção da narrativa sócio-histórica brasileira fundamentam o texto que conclui a nossa pesquisa. Nele, examinamos a forma como algumas orientações de análise e interpretação da sociedade e da cultura brasileira parecem estabelecer diálogos entre a tradição do pensamento brasileiro e a análise do processo de transformação das sociedades caipiras estudado por Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Desse modo, pareceu-nos adequado analisar algumas propostas de interpretação do Pensamento Social Brasileiro por historiadores contemporâneos. Por meio dessa opção, tomaram corpo na pesquisa a proposta de Henrique Estrada Rodrigues sobre a apropriação do conceito de *formação* por alguns intérpretes do Brasil (RODRIGUES, 2015), ao lado da sugestão de Jean Marcel França sobre a possível busca de um *sentido da colonização brasileira* pelo pensamento nacional do século XX (FRANÇA, 2013) e, por fim, o debate estabelecido por Temístocles Cezar e Eliana de Freitas Dutra sobre o “presentismo” que caracterizou algumas das mais importantes narrativas historiográficas produzidas no Brasil da primeira metade do século XX (CEZAR 2013a; 2013b; DUTRA, 2013).

Com base nos debates propostos nos textos anteriores, procuramos aprofundar a nossa interpretação sobre a forma como as análises de Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” denotam aspectos, ora de aproximação, ora de distanciamento em relação às diretrizes do Pensamento Social Brasileiro do século XX, e, sobretudo, com a tradição dos ensaios interpretativos produzidos no país. Após apresentar, de forma sintética, as principais questões que nos motivam a empreender a presente pesquisa, podemos iniciar nossa análise do pensamento de Antonio Candido com o objetivo de contribuir com o estudo da Historiografia brasileira. Pretendemos também oferecer elementos que acreditamos serem importantes para propor uma reflexão acerca das contribuições do sociólogo à construção do Pensamento Social Brasileiro no século XX.

CAPÍTULO 1

Teoria e método em “Os Parceiros do Rio Bonito”

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa,
Grande Sertão: Veredas

No texto “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”, Elide Rugai Bastos escolheu narrar uma situação por ela vivida, ao tratar da tradição sociológica paulista em meados do século XX. Bastos afirmou que, em determinada ocasião, em companhia de um colega brasileiro, foi surpreendida por um questionamento de um pesquisador estrangeiro: “Por que vocês, no Brasil, se preocupam tanto em estudar seus próprios autores?”. A autora afirmou ter, de início, ignorado a inferência da possível “fraqueza teórica” do pensamento brasileiro, que teria sido sugerida pela questão a ela dirigida. Partindo dessa premissa, Elide Bastos indicou ter explicado ao sociólogo estrangeiro que, sem compreender as ideias e os lugares sociais de onde falavam os intelectuais patrícios, seria impossível ter acesso ao “movimento geral da sociedade brasileira” (BASTOS, 2002, p. 183).

A autora afirmou que a questão continuou a incomodá-la, mesmo algum tempo após a ocasião narrada. Ela lembrou de ter encontrado uma resposta adequada ao questionamento do sociólogo nas palavras de Luiz Jorge Werneck Vianna, em um texto no qual o autor empregou uma expressão habitualmente usada na Ciência Política, ao indicar que a necessidade de os estudiosos brasileiros buscarem refletir sobre o pensamento de seus antecessores se justificava, talvez, pelo fato de serem os brasileiros “filhos do jacaré com a cobra d’água” (WERNECK VIANNA, 2001). Curta e bem-humorada, a proposta de Werneck Vianna assegurou a relevância e a necessidade de constantes renovações nos estudos sobre o pensamento brasileiro considerando, principalmente, as singularidades que caracterizam o processo histórico de formação social, política e econômica do país.

Iniciar o presente texto com base no exemplo dado por Elide Bastos acena para a nossa compreensão de que a situação narrada pela socióloga é adequada ao

desenvolvimento dos debates que pretendemos fomentar na presente pesquisa. De início, é fundamental apontar que é nosso objetivo tratar do Pensamento Social Brasileiro produzido no século XX, focando nossa análise na obra “Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, de autoria do sociólogo e crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza (CANDIDO, 2010).

Apesar de a referida obra ser recorrentemente identificada com a Sociologia e com a Antropologia³, é importante considerar as relações entre os textos de “Os Parceiros do Rio Bonito” e outros campos das Humanidades. Portanto, podemos afirmar que é nosso propósito explorar os textos que compõem a obra de Antonio Candido amparados pelo pressuposto de que, além da evidente busca pelo sociólogo de bases teóricas e metodológicas nas Ciências Sociais, o autor estabeleceu, de modo complementar, diálogos com o campo da Historiografia, com a tradição dos ensaios interpretativos no Brasil e, também, com o campo literário.

Antonio Candido analisou o processo de transformação social caipira com base nas suas observações da situação social de grupos rurais específicos entre as décadas de 1940 e 1950, considerando a relevância de temas abordados pelo Pensamento Social Brasileiro sobre o meio rural entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É necessário indicar um dos aspectos que balizam a presente pesquisa, fundado no impacto causado pela criação das primeiras escolas superiores de Ciências Humanas no Brasil, na década de 1930⁴. Essa mudança é relevante para compreensão da pesquisa de Antonio Candido sobre o processo de transformação no meio social caipira, assim como sua aproximação dos preceitos de análise que caracterizaram a tradição dos ensaios sócio-históricos produzidos no país, especialmente, aquelas obras escritas no curso da primeira metade do século XX.

³ Para ilustrar este apontamento, podemos indicar, por exemplo, parte das concepções expressas por Luiza Franco Moreira, que tendem a delimitar os estudos de “Os Parceiros do Rio Bonito” tomando como base a relação da obra com a sociologia crítica uspiana produzida em meados das décadas de 1950 e 1960, em conjunto com as questões tratadas por Luiz Antônio Castro dos Santos sobre o caráter transdisciplinar da obra “Os Parceiros do Rio Bonito” (MOREIRA, 2015, p. 34; SANTOS, 2002).

⁴ Nosso entendimento sobre a importância da diversificação das análises sobre obras do pensamento brasileiro é amparado pelo próprio contexto de indefinição dos campos disciplinares associados às Ciências Humanas no Brasil até meados das décadas de 1930 e 1940. Nesse período, ocorrem as fundações das primeiras instituições de ensino que passaram a ofertar formações superiores em Filosofia e Ciências Humanas (CANDIDO, 2006a; SILVA; FERREIRA, 2011; LIMONGI, 2001; ALMEIDA, 2001; MICELI, 2001).

Poderemos, então, refletir sobre quais seriam os “jacarés” e as “cobras d’água”, que, de forma ora “manipulada”, ora “espontânea”, realizaram cruzamentos, legando características singulares à obra “Os Parceiros do Rio Bonito”. Compreendemos também ser necessário tratar de como essas diferentes orientações teóricas e metodológicas permeiam as interpretações de Candido do processo de transformação social, cultural e econômico das sociedades caipiras e, no limite, motivam os debates empreendidos pelo autor na investigação.

Antes de avançar no tratamento das questões, é importante ponderar a opção por adotar a 11ª edição de “Os Parceiros do Rio Bonito”, publicada no ano de 2010, e não a versão original do texto, apresentada como tese de doutorado, no ano de 1954. O primeiro aspecto que nos direcionou nesse sentido foi perceber que, a partir da primeira publicação do livro - ocorrida no ano de 1964 -, o trabalho adquiriu novo estatuto em face da possibilidade de maior circulação. Nessa perspectiva, é importante considerar a existência de limites à divulgação de conhecimento acadêmico e científico no Brasil na metade do século passado, marcada pela conjuntura da busca da autonomia e do reconhecimento das Ciências Sociais no país. O segundo aspecto que justifica a escolha da mais recente edição do livro está vinculado a questões indicadas por Antonio Candido no Prefácio da obra. Neste texto, o sociólogo defendeu o fato de serem reduzidas as diferenças entre a tese apresentada em 1954 e as edições publicadas entre o ano de 1964 e as décadas posteriores⁵. Apesar de Candido defender o pressuposto de que as mudanças não representaram grandes transformações na compreensão da obra, é fundamental problematizar a sua perspectiva, analisando atentamente o Prefácio, bem como o texto conclusivo de “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Sobre a minimização das diferenças entre as versões dos textos, é válido destacar um trecho do Prefácio de “Os Parceiros do Rio Bonito”, no qual, aparentemente, Antonio Candido se contradiz ao tratar do caráter do texto que conclui a obra:

Entre as partes que desejaria ter podido encorpar e melhorar está a referida CONCLUSÃO: O CAIPIRA EM FACE DA CIVILIZAÇÃO URBANA. Ela deveria ser mais sólida, para se tornar mais convincente e poder como

⁵ Candido afirmou que estas diferenças se concentram apenas em “correções da forma, uma ou outra ampliação, algumas retificações sugeridas pelos arguidores e a subdivisão mais racional das partes” (CANDIDO, 2010, p.13). Apesar de o autor aparentemente minimizar as alterações entre as versões do texto de 1954 e 1964, é importante destacar que, nas onze publicações da obra, ocorridas entre 1964 e 2010, houve a inserção do Prefácio e do texto “O caipira em face da civilização urbana”, que conclui as edições de “Os Parceiros do Rio Bonito”.

desejei, servir de introdução ao estudo da reforma agrária, que de lá pra cá se tornou assunto banal.

Apesar do caráter acadêmico, e da posição política ter sido apenas esboçada no fim, talvez este trabalho tenha ainda algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas economicamente e agrônomicamente; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade (CANDIDO, 2010, p. 13).

O destaque ao fragmento de Candido evidencia o primeiro excerto da obra no qual é possível notar o diálogo entre o preceito socioantropológico da publicação com a tradição dos ensaios interpretativos no Brasil. Isso se dá na medida em que o sociólogo caracterizou o texto “O caipira em face da civilização urbana” como um conteúdo permeado por disposições políticas e preceitos da pesquisa sociológica. Apresentadas essas questões iniciais, passamos a analisar “Os Parceiros do Rio Bonito”, explorando a forma como Candido defendeu a construção do seu objeto de pesquisa, indicando suas principais escolhas e os procedimentos teórico-metodológicos aplicados.

1.1 – Questões a partir de um Prefácio

Atentando especificamente à análise de “Os Parceiros do Rio Bonito”, é importante realizar uma breve apresentação da obra, com a finalidade de contextualizar seu processo de pesquisa e escrita. Inicialmente apresentando como tese acadêmica, o trabalho foi defendido pelo então jovem sociólogo Antonio Candido de Mello e Souza junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP - atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo -, no ano de 1954. Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido não especificou os motivos que justificam os dez anos que separam a defesa da tese e a publicação da obra. No entanto, em uma entrevista realizada por Luiz Carlos Jackson com o autor há duas décadas, quando perguntado sobre a repercussão da pesquisa, Candido afirmou:

Quanto à repercussão, não houve nenhuma no momento, pois a tese foi tirada apenas a seis exemplares dactilografados, para mim e para a banca. O editor José Olympio mandou dizer que a publicaria na coleção Documentos Brasileiros, mas não aceitei. Sou sempre meio esquivo quando se trata de publicar e achava que a tese precisava de uma boa revisão. Foi uma bobagem, porque isso atrasou de dez anos a sua divulgação, e se tivesse saído na hora certa teria tido mais significado na evolução da Sociologia brasileira. Em 1958, fui ensinar literatura em Assis e lá fiz a revisão, que na verdade, foi bem pouca coisa e não justificava a minha hesitação: suprimi os nomes científicos das plantas e animais, de preceito em trabalho universitário; creio

que pus uns intertítulos e sobretudo simplifiquei a linguagem, que estava meio pedante. José Olympio se dispôs a editá-lo, mas levou três anos para fazê-lo. Entreguei os originais creio que em 1961 e ele soltou o livro no começo de 1964 (CANDIDO, 06/06/1996 *apud* JACKSON, 2002, p. 136).

No Prefácio da obra, Candido realizou considerações sobre os motivos que o levaram a empreender a pesquisa. Segundo indicou, o interesse pelo tema foi despertado por meio do propósito de “analisar as relações entre a literatura e a sociedade”, tomando como ponto de partida o exame da poesia popular do caipira paulista, identificado como “Caruru”. Candido definiu essa forma de expressão como “dança cantada do caipira paulista”, baseada “em um desafio sobre os mais variados temas”, expressa por “versos obrigados a uma rima constante (*carreira*), que muda a cada rodada” (CANDIDO, 2010, p. 13).

Após agradecer a uma série de colaboradores, indicando, de forma sucinta, os temas tratados no livro, Candido prosseguiu delimitando o estudo. Assim, o autor afirmou que, no decorrer das atividades de pesquisa, foram, aos poucos, sendo descortinados aspectos comuns entre as diferentes comunidades caipiras por ele visitadas. Antonio Candido então defendeu que muitos dos aspectos observados apresentavam “estratos superpostos, em grau variável de mistura, mas podendo ser reduzidos a alguns padrões”, que foram por ele relacionados às formas de sociabilidade e expressão cultural dos caipiras (CANDIDO, 2010, p. 11). O destaque do sociólogo à observação de diferentes contextos socioculturais ilustra sua percepção de que o meio social em questão se encontrava em processo de transformação e, por isso, apresentava diferentes modalidades e configurações de relação social e econômica, surgidas nas alterações da maneira de vivenciar a temporalidade e transformações condicionadas pela conjuntura de modernização sociopolítica e econômica no Brasil da época.

Considerando essa interpretação, podemos ressaltar a concepção do sociólogo de que os “estratos superpostos de tempo” apontavam para um modelo de sociedade caipira tradicional caracterizado “pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos”, aliado ao “cunho coletivo da invenção” (CANDIDO, 2010, p. 11), o que, segundo ele, era completado pela sujeição das sociedades caipiras a “certas normas religiosas” (CANDIDO, 2010, p. 11). Contrastando com essas orientações, Antonio Candido afirmou que as sociedades caipiras visitadas entre 1947 e 1954 denotavam o surgimento de feições individualistas, implicadas nas formas de produção, nas relações de trabalho e no processo de secularização crescente das expressões religiosas e

transformações parciais ou totais de seus principais traços socioculturais (CANDIDO, 2010, p. 11).

Conforme a abordagem do autor, é possível destacar as principais orientações seguidas no desenvolvimento da pesquisa. Podemos relembrar os anseios iniciais apresentados pelo sociólogo, lembrando sua sugestão sobre a possibilidade de serem notados “traços”, que são tomados em nosso estudo pelo que indicam da forma como Antonio Candido definiu o tema de sua pesquisa. Nesse ponto, é interessante salientar a ideia preconcebida que atesta a orientação transdisciplinar de parte da produção intelectual do sociólogo, fundamentada em debates que tratam de como essa característica de cruzamento entre diretrizes de estudo permeiam toda a sua obra, conforme sugeriram Antonio Luiz Antônio Castro dos Santos e Luiza Franco Moreira (SANTOS, 2002; MOREIRA, 2015).

A nossa proposta de análise exige atenção em relação a outros textos de Antonio Candido, além de “Os Parceiros do Rio Bonito”. É importante considerar as questões tratadas pelo sociólogo ao longo de sua carreira, permeada pela Sociologia e pela crítica literária⁶ (SPIRANDELLI, 2010, p. 209). Para isso, indicamos algumas das obras de Candido que dialogam com o campo da crítica literária, em especial, “Formação da Literatura Brasileira” (1959)⁷, reconhecida como uma das mais importantes contribuições do autor para o pensamento brasileiro. A ela, somam-se outros trabalhos nos quais a história da literatura brasileira é tratada em diálogo com a abordagem de questões ligadas ao desenvolvimento do pensamento social no país entre os séculos XIX e XX.

⁶ Até o ano de 1958, Antonio Candido atuou como professor colaborador da Cadeira de Sociologia II na FFCL-USP, transferindo-se para a cidade de Assis, no Estado de São Paulo, onde assumiu a função de professor de literatura brasileira no Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado (atual UNESP). Candido retornou, no ano de 1961, à Universidade de São Paulo, na condição de professor colaborador da recém-criada Cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada. Quanto à sua atuação internacional, entre os anos de 1964 e 1966, Antonio Candido lecionou Literatura Brasileira na Universidade de Paris, transferindo-se para Universidade de Yale, em New Haven, nos Estados Unidos, em 1968. O tratamento pormenorizado da carreira intelectual e da vida particular de Antonio Candido é encontrado no artigo “Antonio Candido de Mello e Florestan Fernandes: breves perfis” (SPIRANDELLI, 2010, p.204-219).

⁷ Sobre a “Formação da Literatura Brasileira”, é importante indicar que, tendo sido escrito contemporaneamente a “Os Parceiros do Rio Bonito”, nesse trabalho, Antonio Candido analisou as diretrizes da literatura produzida no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, com base em preceitos teóricos caros às Ciências Sociais, abordando o processo de desenvolvimento do Pensamento Social Brasileiro e explorando, de forma crítica, temas ligados à formação da literatura brasileira. Para uma leitura criteriosa da obra, indicamos o artigo “Sobre a ‘Formação’ da Literatura Brasileira”, de Roberto Schwarz, (SCHWARZ, 1999).

De forma apenas a ilustrar parte dessa fortuna crítica, podemos indicar “Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária” (1965), “A educação pela noite e outros ensaios” (1987), “O discurso e a cidade” (1993), além de textos diversos, tais como “A Sociologia no Brasil” (1959)⁸ e “Euclides da Cunha Sociólogo” (2002).

Entre os temas tratados no Prefácio de “Os Parceiros do Rio Bonito”, é também importante destacar o modo como o sociólogo apresentou as escolhas dos métodos aplicados na pesquisa. Vale salientar um trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” no qual Candido indicou a maneira como procurou se aproximar à realidade caipira, mencionando o período em que empreendeu as investigações:

As investigações foram iniciadas em 1947. Devido aos encargos de ensino, que tomaram a maior parte das férias, processaram-se com irregularidade, e mesmo aos pedaços. Assim, se fez a colheita do material em algumas áreas caracteristicamente caipiras do estado, durante os anos de 1947, 48, 49, 52, 53, 54. Trabalhei, em curtos períodos de cada vez, nos municípios de Piracicaba (7 visitas), Tietê (2 visitas), Porto Feliz (1 visita), Conchas (2 visitas), Anhembi (1 visita), Botucatu (3 visitas) e, sobretudo Bofete. Neste, residi num agrupamento rural cerca de vinte dias, de fevereiro a março de 1948, e, novamente, quarenta dias, de janeiro a fevereiro de 1954, quando a redação, iniciada em agosto de 1953, tornou necessária a volta ao campo de estudo, para reforçar o material e verificar certas hipóteses, à luz da passagem do tempo. Com o intuito de estabelecer comparações dentro da área de formação ou influência histórica paulista, visitei alguns municípios limítrofes em Minas, no ano de 1952, e no de 1954, muito rapidamente em companhia do meu colega e amigo Ruy Coelho, as zonas rurais dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, em Mato Grosso (CANDIDO, 2010, p. 12).

Desse trecho, assinalamos aspectos importantes para a nossa proposta de análise: o primeiro é a demarcação cronológica indicada como o ponto de partida do desenvolvimento da pesquisa. Entendemos que o marco temporal apropriado na nossa investigação é de meados de 1940 a 1960 - ainda que, em alguns momentos, abordemos períodos anteriores ou posteriores a esse recorte temporal, em face da necessidade de tratar das bases teóricas e metodológicas apropriadas por Antonio Candido.

Ainda sobre o fragmento, vale ressaltar o modo como Candido apresentou as localidades por ele visitadas, e, principalmente, os propósitos antropológicos da sua pesquisa, além das bases na Historiografia, na Geografia e na literatura estatística sobre

⁸ Quanto ao artigo “A Sociologia no Brasil”, a sua primeira publicação ocorreu no ano de 1959, na Enciclopédia Delta Larousse. Como não tivemos acesso a essa versão, nossa referência se pauta em uma reedição, ocorrida no ano de 2006, pela Revista Tempo Social, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Na publicação mais recente, há uma nota explicativa de Candido, na qual o autor atestou a não alteração do texto (CANDIDO, p.271-301).

a economia agrária do município de Bofete - Aspecto tratado, principalmente, no capítulo 6, “Um município marginal”.

O sociólogo descreveu as experiências proporcionadas por suas visitas a diferentes comunidades caipiras localizadas no extremo sul de Minas Gerais e no Estado de Mato Grosso e, principalmente, no Estado de São Paulo - considerando o destaque de Candido às duas oportunidades em que visitou, por cerca de trinta a quarenta dias, os bairros rurais sediados na Fazenda Bela Aliança, identificadas como bairros da “Baixada” e do “Morro”⁹.

De acordo com essas orientações, podemos compreender parte das diretrizes selecionadas pelo sociólogo no desenvolvimento da pesquisa. Elas são pautadas na análise do processo de transformação de duas comunidades rurais¹⁰ com a finalidade de tratar de temas globais sobre a transformação sociocultural das populações espalhadas pela Paulistânia. Candido chamou atenção ao fato de que, à formação dessas duas comunidades rurais em Bofete, ligava-se o processo de transformação do modelo produtivo da Fazenda Bela Aliança. Esses fatores estão associados à decadência da cultura cafeeira no Brasil, afetada pela crise econômica global desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929¹¹.

Partindo das questões apontadas, objetivamos destacar a maneira como o autor procurou delinear as preocupações que inauguram o estudo. Desse modo, indicamos parte dos traços que compreendemos serem responsáveis por sugerir a maneira imbricada como Candido apresentou suas preocupações marcadamente sociológicas,

⁹ O uso das denominações “Baixada” e “Morro” foram indicadas por Candido devido à localização de cada um dos conjuntos de habitações caipiras em relação à sede da Fazenda Bela Aliança. Segundo ele, as primeiras se encontravam instaladas em região aproximada à sede da fazenda, enquanto as últimas estavam instaladas em local mais afastado, em região elevada, que fazia parte das dependências da propriedade agrária (CANDIDO, 2010, p. 25-26).

¹⁰ Sobre a opção em amparar a sua análise nas duas comunidades caipiras localizadas no município de Bofete, Candido afirma que a escolha ocorreu em função da dinâmica social desses dois grupos rurais, pelo que carregavam de singularidades em sua formação histórica. Ele reitera ainda que as comunidades do “Morro” e da “Baixada” devem ser consideradas como exemplos de “bairros rurais” formados de maneira particular, se comparadas ao modelo de conformação dos bairros caipiras tradicionais. Segundo o autor, os últimos possuíam uma dinâmica de formação histórica espontânea, sem a demarcação de um espaço predeterminado, como, no caso, a Fazenda Bela Aliança (CANDIDO, 2010, p. 26-27).

¹¹ Para ilustrar como se deu esse processo, Candido opta por reconstituir a história daquela propriedade fundiária, indicando que, no passado, a fazenda fora uma unidade de produção monocultora, centrada na cultura cafeeira, mais precisamente entre o período final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. No entanto, o contexto econômico de desvalorização do café, associado à conjuntura da crise econômica internacional gerada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, atingiu centralmente a economia rural brasileira, que, à época, encontrava-se abalada pela cafeicultura, tendo como principal consumidor da produção o mercado norte-americano (CANDIDO, 2010, p. 131-133).

dialogando com temas relativos à Historiografia, bem como os fatores que são indicados pelo sociólogo como condicionantes do processo de transformação analisado em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Nessa perspectiva, podemos aprofundar a nossa análise sobre a maneira como o autor delimitou suas preocupações e, sobretudo, a forma como apresentou as bases teóricas e metodológicas que fundamentaram sua investigação.

1.2 – A divisão de “Os Parceiros do Rio Bonito” como eixo de análise e interpretação da obra

Antes de tratar do modo como Antonio Candido apresentou e justificou suas escolhas no empreendimento da pesquisa, devemos abordar a forma como o sociólogo preparou o livro para a sua primeira publicação. “Os Parceiros do Rio Bonito” foi fracionado em três seções: I. A vida do caipira tradicional; II. A situação presente; e III. Análise da Mudança. Além dessas três partes, a obra também conta com os textos do Prefácio, da Introdução e de Conclusão¹². Com base nessa estrutura, destacamos um fragmento do texto inicial da terceira seção de “Os Parceiros do Rio Bonito”, quando o autor retomou, sinteticamente, os temas tratados até aquele momento:

Na primeira parte, a cultura caipira foi apresentada em função dos níveis mínimos, mas organicamente entrosados, de subsistência e vida social, exprimindo um tipo de economia semifechada. Esta foi caracterizada pela estrutura de agrupamentos de vizinhança e o equilíbrio instável com o meio, obtido por técnica rudimentar.

Na segunda parte, descreveu-se uma situação que pode ser considerada de mudança em relação à anterior, podendo-se dizer que o agrupamento descrito revela a passagem de uma economia autossuficiente para o âmbito de uma economia capitalista, manifestando sintomas de crise social e cultural.

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas do período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos dão formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste de seu funcionamento.

Todo equilíbrio social - essencialmente dinâmico - supõe estes dois aspectos. Diz-se todavia que há mudança quando, nas variações de equilíbrio, os fatores de alteração avultam, até motivarem recomposição da estrutura. A situação de crise define-se, do seu lado, por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência e os de alteração,

¹² Na edição adotada na pesquisa, existe também uma seção destinada a textos anexos, sendo, parte deles, conformados por escritos de Candido produzidos no curso da sua pesquisa etnográfica. Frente à riqueza dos temas tratados nas partes principais da obra selecionadas para o estudo, compreendemos ser, por ora, possível considerar neste trabalho os textos acima indicados como tema central da corrente análise.

podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura (CANDIDO, 2010, p. 186).

No fragmento, Candido sintetizou os temas tratados nas seções anteriores a fim de introduzir os debates que conformam a terceira seção de “Os Parceiros do Rio Bonito”. É possível indicar que, sob o ponto de vista de Candido, as questões tratadas na primeira das seções da obra tiveram base em sua pesquisa historiográfica, em diálogo com narrações literárias, interpretações ensaísticas e análises historiográficas da expansão bandeirante e de temas correlatos. Antonio Candido buscou referências, principalmente, na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda da expansão bandeirante, além de utilizar outras formas de interpretação das sociedades e da cultura caipira, principalmente aquelas presentes na escrita do folclorista Cornélio Pires na década de 1920.

A esse conjunto de referências, somam-se textos de outros autores que trataram de temas correlatos à vida no campo no Brasil e foram produzidos nas primeiras décadas do século XX. Ao lado dessas interpretações do mundo rural brasileiro, Candido selecionou uma base documental composta por relatos memorialísticos de viajantes naturalistas e agentes da estrutura colonial que, entre os séculos XVIII e XIX, descreveram a vida na colônia e no império. Essa base documental selecionada por Candido também é composta pelas memórias do passado recente caipira, acessadas por meio das entrevistas realizadas pelo sociólogo com agentes daquelas sociedades rurais¹³.

Ao tratar da segunda seção da obra, é notória a preocupação do autor em salientar que a escolha dos temas foi fundada nas suas observações sobre o presente social caipira. Nos seis capítulos que conformam a seção II, “A situação presente”, Candido tratou de temas associados à história daquelas sociedades rurais, a fim de analisar os traços socioculturais e econômicos que, ora eram apontados como remanescentes do modelo tradicional, ora eram notados como desaparecidos na trajetória histórico-social caipira. Ou, ainda, que apresentavam transformações singulares, seja pela conservação de atributos do modelo tradicional das sociedades

¹³ Ao tratar da divisão da seção “I. A vida do caipira tradicional” (CANDIDO, 2010, p. 43-106), é importante destacar que ela se encontra dividida nos seguintes capítulos: “1. Rusticidade e economia fechada” (CANDIDO, 2010, p. 43-58), “2. Alimentação e recursos alimentares” (CANDIDO, 2010, p. 59-70), “3. Os tipos de povoamento” (CANDIDO, 2010, p. 71-80), “4. As formas de solidariedade” (CANDIDO, 2010, p. 81 - 92), e “5. O caipira e sua cultura” (CANDIDO, 2010, p. 93-106).

rústicas, seja pela adequação daquelas coletividades à nova realidade imposta pela conjuntura econômica e social brasileira no período das décadas de 1940 e 1950.

Apesar de as questões tratadas pelo autor dizerem respeito à totalidade das sociedades rurais da Paulistânia, foi com base na análise das transformações ocorridas nos bairros rurais do “Morro” e da “Baixada” que o sociólogo desenvolveu a investigação que gerou “Os Parceiros do Rio Bonito”. A leitura sintética de Candido sobre as duas primeiras seções do livro nos permite considerar a perspectiva de Alceu Amoroso Lima¹⁴ sobre o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, conforme transcrito por Fernando Nicolazzi em artigo:

(...) somos nacionalidades apressadas, onde todas as phases da civilização coexistem, desde o selvagem no ultimo gráo de decadencia, até as intelligencias mediterraneas e subtis, que se isolam ou murcham nestes tropicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do ephemero e um presentimento contínuo de morte (ATHAYDE, 1924 *apud* NICOLAZZI, 2013, p. 2).

Atentos à sugestão de Athayde, que salienta a relação entre a sociedade nacional e suas sensibilidades histórica-temporais, é possível pensar o modo como, aparentemente, Antonio Candido interpretou as distâncias da realidade caipira face aos demais setores da sociedade brasileira presentes em regiões de maior dinamismo social e econômico. Nessa conjuntura, as sociedades caipiras foram afetadas pelas propostas desenvolvimentistas lançadas pelos governos de Getúlio Vargas, principalmente, a partir do estabelecimento do Estado Novo, em 1937. Podemos sugerir que, a exemplo de Athayde, Candido considerou ser importante tratar das diferentes “fases” ou “estágios” em que se encontravam as sociedades caipiras, fundamentando a análise do processo de transformação social em questão.

Antonio Candido compreendeu o contexto estudado, fundamentado na díade permanência/alteração. Com base nesse preceito, analisou os parâmetros sociais, culturais, técnicos e econômicos das sociedades caipiras em crise, além dos aspectos que apontavam para a permanência de traços dessas sociedades em processo de transformação. No texto “2. A cultura rústica” - que integra a introdução do livro -, pela primeira vez, é possível notar o propósito do sociólogo de esboçar sua compreensão sobre os principais aspectos identitários das sociedades e da cultura caipira. Desse modo, Candido cruzou referências dos estudos antropológicos de Robert Redfield,

¹⁴ Assinando com o pseudônimo “Tristão de Athayde” (ATHAYDE, 1924 *apud* NICOLAZZI, 2013, p. 2).

André Varagnac, Raymond Firth, Audrey Richard e Emílio Willems. Ao referenciar esses autores, Candido encontrou o tratamento de processos de transformação de sociedades tradicionais ou rústicas. Foi também nesse momento que ocorreram as primeiras referências de Candido às representações ensaísticas de Cornélio Pires acerca da cultura caipira.

Para ilustrar algumas das passagens do livro em que Candido tomou como apoio a díade permanência/alteração, é possível afirmar que nos capítulos 7 “População rural e parceria” - quando tratou da mudança no padrão das relações econômicas e cooperativas para o trabalho nas sociedades caipiras -, 8 “Os trabalhos e os dias” - sobre as transformações nas formas de execução das tarefas agrárias e alterações das relações dos agentes sociais caipiras com o tempo -, ou ainda, no capítulo 12 “Relações de trabalho e comércio” - no qual apresentou a forma como as sociedades caipiras buscam se integrar à nova dinâmica econômica - o sociólogo contrapôs suas análises do passado caipira com as observações sobre o presente daquelas sociedades rurais.

É com base nessa proposta que, no décimo segundo capítulo de “Os Parceiros do Rio Bonito”, uma vez mais, Candido investiu na perspectiva comparativa da relação tecida entre passado e presente caipira, abordando como as transformações socioeconômicas e culturais geravam tensões no meio social do âmbito rural da Paulistânia. Para exemplificar nossa proposta, destacamos a forma como o sociólogo analisou as transformações sociais naquele meio rural e seus impactos no dia a dia das comunidades caipiras. Para isso, Candido considerou o processo de inserção de novos elementos materiais estranhos à cultura rústica caipira nas décadas de 1940 e 1950:

Comecemos pelo plano econômico; na atual conjuntura ele é a chave dos demais e se manifesta principalmente através das flutuações do mercado. Tornadas excepcionalmente intensas na atual fase de desenvolvimento, elas são, para o caipira, um fator de desnorтеio – na produção, na compra e na venda.

A marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e consequentemente abertura de mercados; daí a penetração em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia *geral*, isto é, da região, do estado e do país, em contraste com a economia *particular*, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência [grifos do autor]. Doravante, ele compra cada vez mais, desde roupas e utensílios até alimentos e bugigangas de vários (sic) tipos; em consequência, precisa vender cada vez mais. Estabelece-se, desse modo, uma balança onde avultam receita e despesa (embora virtuais) – elementos que inexisteram na sua vida passada.

Por outras palavras, surgem relações compatíveis com a economia moderna, que vai incorporando à sua esfera (CANDIDO, 2010, p. 189).

No fragmento que inaugura o capítulo 12, “Relações de trabalho e comércio”, o sociólogo explorou como o processo de transformação social em curso afetava, de forma central, a cultura e a sociedade caipira no momento em que a conjuntura econômica brasileira seria responsável por desencadear novas demandas até então inexistentes no mundo rural. Ao buscar essa análise do autor, intencionamos indicar que a divisão da obra em três seções pode ser interpretada como um aspecto sensível da proposta de explorar a forma como ocorreu a apropriação da Historiografia, da Antropologia e da Sociologia por Candido, como fundamento da sua análise do processo de transformação social em questão.

Quando ilustramos esse aspecto da obra, optando pelo destaque de um trecho que integra o primeiro capítulo da seção denominada “Análise da mudança”, buscamos, sobremaneira, fundamentar o propósito do presente texto. Afinal, tomando como fundamento os aspectos identitários de cada uma das três seções da obra¹⁵, procuramos fortalecer o nosso entendimento da representatividade das escolhas de Antonio Candido na organização dos textos que compõem “Os Parceiros do Rio Bonito”.

A ideia de retomar temas tratados nas duas primeiras seções da obra como parâmetro analítico do processo de transformação social caipira é continuada nos capítulos que compõem a seção “Análise da mudança”. Antonio Candido também pareceu projetar o presente caipira sobre o passado daquelas coletividades quando, por exemplo, abordou a alternância entre as posições sociais na estrutura das sociedades estudadas pelos temas tratados no capítulo 15, “Posições e relações sociais”, ou, ainda, no momento em que tratou das formas de resistência da cultura caipira diante do cenário contemporâneo no capítulo 17, “As formas de persistência”. Em diversas passagens dos textos que integram a seção final de “Os Parceiros do Rio Bonito”, o sociólogo esboçou a sua compreensão do modo como a relação conflituosa entre as imagens do passado social caipira eram reavivadas naquele presente marcado pelas décadas de 1940 e 1950.

Desse modo, é importante afirmar que a proposta ora desenvolvida se aproxima das interpretações de Luiza Moreira e Luiz Antônio dos Santos, quando os dois autores

¹⁵ Considerando, desse modo, o aspecto majoritariamente historiográfico da seção “I. A vida do caipira tradicional”, o caráter antropológico/etnográfico da seção “II. A situação presente”, e, por fim, o aspecto de análise sociológica que conformam os textos da seção “III. Análise de Mudança” (MOREIRA, 2015, p. 40).

destacam as dificuldades de interpretar, de forma dissociada, cada uma das três seções que conformam “Os Parceiros do Rio Bonito” (SANTOS, 2002; MOREIRA, 2015). Em contrapartida, é inegável que a linha de análise explorada por Antonio Candido na obra não segue, de forma estrita, esta orientação em todas as seções do livro.

Apresentadas essas impressões gerais sobre a forma como o autor empreendeu análises em diferentes capítulos do livro, podemos afirmar que a associação entre as três seções de “Os Parceiros do Rio Bonito” tem base na proposta de Antonio Candido de dissociar as interpretações sobre os modos como ocorriam as transformações sociais, culturais e econômicas, indicadoras de traços, ora de permanência, ora de transformação, em relação ao modelo de sociedade tradicional caipira. Avançando no tratamento das questões, analisaremos a maneira como o autor justificou as escolhas de eixos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa.

1.3 – Por uma leitura atenta da Introdução de “Os Parceiros do Rio Bonito”

Intitulada “O problema dos meios de vida”, a introdução de “Os Parceiros do Rio Bonito” foi dividida em quatro textos: “1. Método”; “2. A cultura Rústica”; “3. Os níveis de vida e de sociabilidade”; e “4. Sociologia dos meios de subsistência”. Analisar a forma como Antonio Candido iniciou o livro é fundamental, pois as questões tratadas nesses textos embasam as reflexões sobre a maneira como ele justificou a aplicação dos eixos teóricos e metodológicos adotados para a pesquisa e escrita de “Os Parceiros do Rio Bonito”. A atenção a esse aspecto permite analisar a relação entre o pensamento de Antonio Candido e as diretrizes estruturalistas que caracterizam a tradição da Sociologia paulista¹⁶, baseada no pensamento de intelectuais como Claude Lévi-Strauss, Paul Abrousse-Bastide e Roger Bastide, entre outros.

Em conjunto, esses autores são compreendidos como responsáveis por terem agenciado a relação entre o pensamento sociológico europeu - sobretudo, francês - e o pensamento sociológico brasileiro, na medida em que atuaram como docentes e pesquisadores no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960. Além disso, esse grupo de

¹⁶ Sobre o tema da tradição do pensamento sociológico brasileiro em sua formação entre as décadas de 1930 e 1950, bem como os debates estabelecidos entre sociólogos e historiadores (sobretudo, entre Fernando Braudel e Claude Lévi-Strauss), indicamos a leitura do texto “O traje do novo presidente Braudel”, de François Dosse (DOSSE, 2001, p. 151-172).

cientistas sociais estrangeiros colaborou com o estabelecimento das primeiras escolas superiores de Ciências Humanas no Brasil na década de 1930, como abordado por Mariza Peirano e Fernanda Arêas Peixoto¹⁷ (PEIRANO, 1990, p. 43).

Nos quatro textos em que a introdução da obra foi dividida, Candido delineou as bases teóricas e metodológicas da pesquisa, indicando o período de 1947 e 1953 como o de desenvolvimento da investigação que gerou “Os Parceiros do Rio Bonito”. Antonio Candido também expressou suas concepções acerca da Sociologia e da Antropologia, assumindo ter cruzado as duas orientações teórico-metodológicas no desenvolvimento da pesquisa:

O leitor verá que aqui se combinam, mais ou menos livremente, certas orientações do antropólogo a outras mais próprias do sociólogo. Aquelas, desenvolvidas sobretudo para investigar povos primitivos, reunidos na maioria dos casos em grupos pequenos e relativamente homogêneos; estas, apropriadas ao estudo das sociedades civilizadas, diferenciadas ao extremo, ligadas a territórios vastos e grande população. Esquematizando com certa violência, poderíamos dizer, talvez, que aquelas recorrem à descrição, atêm-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja, em princípio, *todos* os aspectos da cultura; estas, eminentemente sintéticas no objetivo, valem-se de amostras representativas dos grandes números, interessam-se pelas médias que os indivíduos se dissolvem, limitando-se quase sempre a interpretar *certos* aspectos da cultura [grifos do autor] (CANDIDO, 2010, p. 21).

O sociólogo então referenciou os estudos nos quais autores trataram de processos da transformação de sociedades rústicas¹⁸, procurando consolidar sua impressão de que, enquanto a Antropologia tendia à descrição dos casos individuais, os estudos sociológicos eram predispostos à análise estatística (CANDIDO, 2010, p. 21).

Destacar essas considerações de Antonio Candido é importante, pois, além de indicar a compreensão do autor sobre as Ciências Sociais, serve para confirmar seu

¹⁷ Para um melhor tratamento sobre o tema da relação entre a tradição francesa e a sociologia brasileira, indicamos o texto “Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)”, de Fernanda Arêas Peixoto. A autora refletiu sobre a influência da tradição das Ciências Humanas francesas no desenvolvimento da sociologia brasileira, destacando as contribuições dos intelectuais que fizeram parte das missões estrangeiras na fundação dos cursos de Ciências Humanas no país, a exemplo de Paul Abrousse Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Charles Morazé (sociólogos e antropólogos); Émile Cornaert, Fernand Braudel, Émile Leonard e Jaques Godechot (historiadores); Pierre Deffontaines, Pierre Moinberg, Pierre Gourou (geógrafos); Jean Maugüe, Gilles Granger, Martial Gueroult e Ettiënne Borne (filósofos); e, por fim, François Perroux, René Courtin, Pierre Frammont e Paul Hugon (economistas) (PEIXOTO, 2001, p. 486).

¹⁸ Para fundamentar sua compreensão sobre a divisão entre pesquisas antropológicas e sociológicas, e, também, a necessidade de cruzar as orientações na pesquisa, Candido referenciou alguns textos, a exemplo da Introdução do livro “Earthbound China” (1948), de Hsiao-Tung Fei e Chih-I Chang, também o debate realizado por Horace Miner no capítulo “Problem and method” da obra “Culture and Agriculture” (1949), além das questões tratadas por Oscar Lewis em “On the Edge of the Black Waxy” (1948) (CANDIDO, 2010, p. 21-22).

entendimento do quão fundamental seria à sua pesquisa cruzar orientações sociológicas e antropológicas. Com base nessa concepção, Candido defendeu a ideia de que a combinação entre essas diretrizes de estudo encontrar-se-iam diluídas ao longo de “Os Parceiros do Rio Bonito”. Segundo ele, essa forma de abranger as linhas de investigação das Ciências Sociais não seria opcional, mas, sim, fundada na imposição do compromisso preexistente entre a Sociologia e a Antropologia (CANDIDO, 2010, p. 22).

Chamou a nossa atenção o modo como, no texto introdutório do livro, o sociólogo justificou a sua fundamentação na Historiografia, a fim de sustentar as análises do processo de transformação social caipira. Antonio Candido afirmou que a opção por analisar os bairros rurais do “Morro” e da “Baixada” o levou a situar o presente daquelas comunidades rurais no contexto histórico, social e econômico do município de Bofete. Desse modo, indicou ter tido o objetivo de “esboçar um panorama retrospectivo daquela cultura” (CANDIDO, 2010, p. 22), que tinha como base a sua compreensão acerca da importância da Historiografia como um dos alicerces da investigação:

Pareceu-me que o recurso à História daria a terceira dimensão que explica tantos aspectos da realidade observada em dado momento, e cuja ausência pode comprometer as interpretações.

A este propósito, convém notar que, quando se tratou de esboçar o maior desenvolvimento do município a que o grupo pertence, não houve dificuldade em obter alguns números e fatos relativos ao passado imediato. Ela surgiu quando se tentou reconstituir, embora esquematicamente, as condições da vida caipira tradicional – pois a História se ocupa do que ficou documentado, e a documentação se refere geralmente à vida das camadas dominantes. (CANDIDO, 2010, p. 22).

A leitura de Candido ilustra a sua interpretação sobre a Historiografia, bem como a relação da disciplina com as Ciências Sociais. A nosso ver, isso se dá na medida em que o sociólogo defendeu ter sido o seu recurso à Historiografia fator responsável por preencher as lacunas ensejadas pelo rigor teórico-metodológico que caracterizam as pesquisas abrangidas pelas Ciências Sociais. Segundo Candido, o recuso à História teria relevância no seu trabalho por “explicar tantos aspectos da realidade observada em dado momento”, cuja ausência poderia comprometer as interpretações (CANDIDO, 2010, p. 22).

Por meio dessa afirmação, Antonio Candido justificou não somente a busca pelo passado caipira com base nos documentos históricos e representações historiográficas

das populações rurais paulistas, mas também procurou avaliar o tratamento de temas historiográficos em outros debates empreendidos na obra, que excedem os temas tratados na seção “I. A vida do caipira tradicional”. Além disso, o sociólogo buscou, junto ao discurso historiográfico, elementos para contextualizar, historicamente, as sociedades caipiras como um todo e, conseqüentemente, as duas comunidades rurais localizadas na Fazenda Bela Aliança¹⁹.

No trecho destacado, Antonio Candido esboçou objetivamente sua concepção sobre a Historiografia. É importante salientar que, até aquela passagem do livro, a indicação do autor sobre a sua busca de amparo no campo historiográfico se resume a um trecho do Prefácio, quando Candido destaca a centralidade das interpretações historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda para o tratamento de temas ligados ao passado caipira. Candido definiu, então, o mérito do pensamento de Sérgio Buarque pelo que revelava sobre a “fecundidade dos pontos de vista ecológico e tecnológico para o estudo do povoamento de São Paulo”. Para isso, o sociólogo concedeu destaque ao tratamento de Holanda do tema do “aproveitamento dos recursos naturais para o ajuste ao meio” e “ao ritmo de fusão de raças e culturas” (CANDIDO, 2010, p. 14).

Ao tratar da relação intelectual e pessoal tecida entre Antonio Candido e Sérgio Buarque e, mais precisamente, sobre a forma como o primeiro buscou apoio nas representações do segundo, Thiago Lima Nicodemo refletiu sobre a gênese do interesse no pensamento brasileiro e nos temas ligados à cultura popular brasileira da seguinte forma:

Como tratamos de uma sociedade quase inteiramente iletrada, não há como discutir a irradiação de padrões e imagens literárias sem levar em consideração as modalidades musicais como a modinha, as operetas árcades, além de outras manifestações de origem afro-brasileira ou indígena, como o cururu ou os lundus. Esse é um tema presente em *Formação*, já que na difusão dessas canções está em jogo o embrião de uma cultura própria, cabocla ou caipira. Isso aparece não só nas linhas sobre Caldas Barbosa, mas nas sugestões que atribuí de um “sabor quase popular” à poesia lírica de Silva

¹⁹ Assim, podemos indicar como exemplo o que fez Candido no capítulo “6. Um município marginal”, no qual reconstituiu aspectos da história social e econômica da formação do município de Bofete e da Fazenda Bela Aliança. Desse modo, o autor contextualizou os espaços socioeconômicos da formação histórica do município de Bofete e da Fazenda Bela Aliança na trama histórica brasileira entre os séculos XIX e XX, a fim de estabelecer bases para a análise dos processos de transformação social observados nos bairros rurais do “Morro” e da “Baixada”. É importante destacar que, com o propósito de avaliar a história daquelas localidades, Candido pareceu desviar-se da pretensão de tratar dos aspectos ligados à cultura caipira. Essa ideia é fundamentada nos próprios meios de acesso do sociólogo à formação do município paulista e da fazenda, permeados por dados estatísticos que ilustram a dinâmica populacional, indicadores sociais e a historiografia oficial do processo de formação das unidades municipais do Estado de São Paulo nos séculos XVIII e XX (CANDIDO, 2010, p. 107-120).

Alvarenga [grifo do autor] (Candido, 2000, p. 135-142)²⁰. O tema remetia aos estudos de Mário de Andrade sobre música e cultura popular brasileira. Em 1944, enquanto escrevia a obra sobre o padre Jesuíno Monte Carmelo, Mário trocou experiências de pesquisa com Sérgio Buarque que incluíram debate sobre o lundu, “a primeira forma negra que se ‘nacionalizou’ brasileira, não só subindo pro salão burguês e se difundindo por todas as classes da sociedade brasileira, como por ser a primeira fusão dos elementos técnicos e formais afronegros e fusoeuropeus musicais. Fusão que daria na música folclórica atual” (Monteiro, 2012, p. 139)²¹.

Não por acaso, a tese de Candido, apresentada em 1954, *Parceiros do Rio Bonito* (livro publicado em 1964) se originou no esteio dessa discussão sobre a incorporação de elementos religiosos de origem lusitana gerando a cultura cabocla. Nas palavras do próprio Candido, “nasceu de uma pesquisa sobre poesia popular, como se manifesta no Cururu – dança cantada do caipira paulista”, que incorpora elementos religiosos do colonizador e passa a integrar a cultura cabocla (Candido, 2001, p. 11; Candido, 1956) (NICODEMO, 2017, p. 171).

É essencial pontuar as diferenças entre esses dois momentos em que Candido tratou sobre a opção de tomar a Historiografia como fundamento da análise: no Prefácio de “Os Parceiros do Rio Bonito”, o sociólogo optou apenas por indicar a relevância do pensamento de Sérgio como um dos caminhos escolhidos a fim de tratar da história da formação social no meio rural paulista dos séculos XVII e XIX:

Os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda – *Monções e Índios e Mamelucos na Expansão Paulista* (este, incorporado mais tarde ao livro *Caminhos e fronteiras*) – revelaram-me a fecundidade dos pontos de vista ecológico e tecnológico para o estudo do povoamento de São Paulo, sobretudo no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos naturais para o ajuste ao meio, ao ritmo da fusão de raças e culturas (CANDIDO, 2010, p. 14).

Já na Introdução do livro, Candido apresentou os registros documentais selecionados e a forma como buscou interpretá-los no decorrer da pesquisa:

Lancei mão, por isso, de dois recursos: 1) buscar, nos documentos dos viajantes do século XVIII e início do século XIX, referências e indícios sobre a vida do homem na roça; 2) interrogar longamente, pelos anos afora, velhos caipiras de lugares isolados, a fim de alcançar, por meio deles, como era o “tempo dos antigos”. Combinando ambos, foi possível em muitos casos obter coincidências que asseguram a validade da reconstituição (CANDIDO, 2010, p. 22).

Em conjunto, os trechos sugerem pontos importantes da nossa proposta de análise: o primeiro deles aponta para o entendimento do quão primordial era para Antonio Candido buscar, nas raízes históricas, os eixos que fundamentam a análise do processo de transformação dos hábitos, relações de sociabilidade e formas de expressão

²⁰ Aqui, Nicodemo faz referência à obra “Formação da Literatura Brasileira”, de Antonio Candido, republicada no ano 2000, pela Editora Itatiaia.

²¹ Aqui, Nicodemo faz referência à obra “Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência”, organizada por Pedro Meira Monteiro e publicada no ano de 2012, pela Editora Companhia das Letras, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e com a Edusp.

cultural das sociedades caipiras. Afinal, o recurso à Historiografia teve base na compreensão do sociólogo de que, ao analisar o processo de transformação daquelas sociedades rurais, era fundamental eleger bases de comparação para o tratamento das questões nas demais seções da obra.

O segundo ponto que clareia a compreensão de Candido sobre a apropriação do discurso historiográfico é matizado pela maneira como ele esboçou sua compreensão da função social da História. Nesse sentido, é importante lembrar a sugestão de Antonio Candido de que a História, de modo geral, se prestava ao registro do passado das “camadas dominantes”. Assim, quando realizou essa crítica à tradição historiográfica, Candido objetivou, igualmente, criticar a ausência de narrativas historiográficas que retratassem o passado dos estratos sociais menos favorecidos na trama da formação histórica brasileira - e principalmente focado em analisar o meio rural brasileiro -, mesmo considerando a importância da obra “Os Sertões” (1902) como referência ao estudo dos problemas sociais e econômicos no campo brasileiro no século XX²².

Se considerarmos a proposta lançada por Antonio Candido em sua obra como permeada pelo compromisso de analisar sociologicamente um grupo social específico na trama histórica e social brasileira - baseando-se, para isso, em representações historiográficas e em dados aferidos pela sua interpretação da documentação histórica selecionada -, é importante apontar sua recusa da perspectiva de Oliveira Vianna acerca do processo de formação das sociedades rurais brasileiras. Desse modo, Antonio Candido identificou a interpretação de Vianna da ruralidade brasileira como uma “ridícula teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional” (CANDIDO, 2006b, p. 127).

No entanto, é necessário considerar o período que marca o espaço entre a defesa da tese por Candido – ocorrida em 1954 - e a primeira publicação do livro – no ano de 1964. Ao realizar a crítica à interpretação de Vianna em “Populações Meridionais do Brasil” (1920), o sociólogo poderia ter adotado uma perspectiva capaz de historicizar o pensamento do intelectual fluminense, considerando o momento político e social a

²² Indicando as interpretações de Antonio Candido da importância de Euclides da Cunha na trama do pensamento brasileiro e, em especial, a obra “Os Sertões” (1902), podemos indicar três textos nos quais o sociólogo tratou do tema: o primeiro deles, o artigo “Euclides da Cunha Sociólogo” (2002), no qual Candido tratou especificamente do legado de Euclides da Cunha para o Pensamento Social Brasileiro; o autor ainda trata sobre o pensamento de Cunha no artigo “A sociologia no Brasil” (CANDIDO, 2006a) e no texto “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” (CANDIDO, 2006b).

partir do qual Vianna desenvolveu a sua representação da formação social no meio rural brasileiro. Ou seja, Candido poderia ter levado em consideração a existência de limites na produção do pensamento social em meados da década de 1920, o que, ironicamente, é tema central das análises do sociólogo sobre o processo de conformação do pensamento social nacional em alguns de seus textos (CANDIDO, 2006a; 2006b).

Sem o objetivo de incorrer no mesmo teor anacrônico da crítica de Candido à Vianna, interessa-nos indicar, sobremaneira, que a interpretação do sociólogo sobre a teoria de Oliveira Vianna acerca da formação social no meio rural do país infere sobre a sua compreensão - expressa no texto conclusivo de “Os Parceiros do Rio Bonito” - de que, naquele trecho da obra, a análise do sociólogo - até ali permeada pelas observações moldadas pelos “recursos metódicos de quem visa a resultados objetivos” - cedia a “palavra ao reformador político, ao administrador, e mesmo ao reformador social que jaz latente em todo verdadeiro estudioso das sociedades modernas” (CANDIDO, 2010, p. 257).

Considerando a leitura de Candido sobre sua obra (indicando a sua pretensa disposição de ir além da análise da transformação social caipira, mas, conjuntamente, contribuir minimamente com propostas ao futuro aberto nos horizontes daquelas sociedades rurais), é possível compreender a acidez do julgamento do autor em relação ao pensamento de Oliveira Vianna. Não somente no texto conclusivo do livro, mas também em uma série de outros debates empreendidos em “Os Parceiros do Rio Bonito”, o sociólogo, sempre comprometido com os preceitos investigativos científicos, pareceu permitir que falasse também o “reformador social”. Em vários segmentos da obra, Antonio Candido, ora lamenta, ora denota disposição de sugerir caminhos a serem trilhados pelos caipiras diante dos “futuros possíveis” abertos àquelas sociedades rústicas. Desse modo, é lícito afirmar que essa tendência do pensamento de Candido se faz presente, principalmente, nos seis capítulos que integram a seção “Análise da Mudança”.

À parte dessas lacunas, podemos encontrar, nas reflexões do sociólogo, traços que caracterizam o seu entendimento sobre a disposição sociopolítica da Historiografia. Essas indicações marcam as orientações da linha de pensamento em “Os Parceiros do Rio Bonito”, o que, em certo sentido, contraria a defesa do sociólogo de que teria

reservado suas concepções pessoais - ou “pontos de vista”²³ - do processo de transformação estudado ao texto conclusivo da obra (CANDIDO, 2010, p. 21). Candido, então, afirmou que, pela disposição das reflexões ao longo de “Os Parceiros do Rio Bonito”, é possível perceber que os cruzamentos entre linhas de interpretação social seriam indicativos do modo como combinou “orientações dos sociólogos - buscadas nos dados históricos e estatísticos - com as dos antropólogos - reconstituindo, por meio de poucos informantes, reputados significativos numa sociedade relativamente homogênea” (CANDIDO, 2010, p. 22-23). Dessa afirmação, é importante considerar os motivos que levaram Antonio Candido a associar sua tarefa de realizar levantamentos historiográficos à prática dos especialistas em Ciências Sociais. Apresentadas essas questões, seria possível perguntar se, dessa forma, Candido teria o objetivo de recusar aproximações da sua metodologia de pesquisa à prática do historiador.

Diante da questão, é importante lembrar o trecho do Prefácio no qual o sociólogo afirmou que, ao empreender a reconstituição histórica da formação social caipira na primeira seção do livro, não teria “realizado uma pesquisa documental segundo os requisitos historiador” (CANDIDO, 2010, p. 12). Essa afirmação nos pareceu relacionada à afirmativa do autor de que teria limitado sua referência na Historiografia à apropriação do que denominou como um “material impresso”, que lhe pareceu útil à tarefa de reconstituir o passado das sociedades rurais da Paulistânia (CANDIDO, 2010, p. 12). Assim, podemos nos questionar se essa perspectiva pretendia afastar quaisquer compreensões que associassem a obra de forma objetiva ao campo historiográfico; ou, ainda, se essa posição assumida por Cândido foi pautada pela recusa do valor da Historiografia como campo do conhecimento favorável ao desenvolvimento das pesquisas sociológicas.

De modo geral, a restrição do autor à relação entre o seu pensamento e o campo historiográfico pareceu mais apropriada se considerada em conjunto com a sua afirmação de que o recurso à História seria responsável por conferir uma terceira dimensão a “Os Parceiros do Rio Bonito” (CANDIDO, 2010, p. 22). Talvez, ainda, a

²³ Ao usar essa expressão, é importante indicar a concepção apropriada pelo autor no artigo “A sociologia no Brasil” de que um dos traços que caracterizam os ensaios interpretativos no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, é a alternância entre as diretrizes das análises, que, a partir de um duplo movimento, aproximam-se do campo das Ciências Sociais dos “pontos de vista” de seus autores. Ao indicar essa concepção, Candido pretendeu fundamentar a sua defesa de que o processo de solidificação da Sociologia no Brasil passou pela transição do “ponto de vista” à pesquisa fundamentada em eixos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais (CANDIDO, 2006a, p. 238-239).

recusa de Candido do campo historiográfico possa ser concebida como uma forma de se resguardar em relação a possíveis críticas dos historiadores.

De todo modo, é importante afirmar que, ao destacar o modo como Antonio Candido interpretou sua aproximação com o campo historiográfico, tivemos como objetivo explorar, principalmente, dois aspectos: o primeiro diz respeito à compreensão do autor sobre o modo como buscou bases na Historiografia. Esse propósito toma corpo em nossas reflexões, na medida em que discordamos parcialmente da concepção de Antonio Candido que defende o afastamento de “Os Parceiros do Rio Bonito” em relação ao pensamento historiográfico. Diferente do que defendeu Candido, compreendemos ser possível perceber como o autor procurou manejar as informações levantadas com base no referencial histórico-documental selecionado e no conjunto de representações sobre a expansão bandeirante e a formação das sociedades rurais na Paulistânia, baseadas, a nosso ver, em seu desígnio de elaborar uma configuração social da categoria caipira.

Assim, é importante indicar que a nossa leitura das obras de Sérgio Buarque de Holanda - centralmente aquelas apropriadas por Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” - evidencia que o historiador paulista não pareceu ter por objetivo delinear, ou mesmo, “categorizar” os povoadores da região centro-sul do Brasil. Desse modo, podemos afirmar que Sérgio Buarque não procurou diferenciar a atuação dos primeiros frente ao modelo de expansão bandeirante. De forma mais simples, podemos afirmar que não há, no pensamento de Sérgio Buarque, inferências que indicam separação entre as categorias sociais “bandeirante” e “caipira”.

No mesmo sentido, podemos tratar da maneira como Antonio Candido buscou referências nas representações ensaísticas de Cornélio Pires. Se por um lado, o folclorista tratou especificamente dos “caipiras” - tomando-os como grupo social identificável por traços singulares, formados nos interiores do Estado de São Paulo -, por outro, não se dispôs a analisar processos da *transformação social* caipira, adotando, para isso, diretrizes teórico-metodológicas ligadas à Historiografia ou à Sociologia. As interpretações de Cornélio Pires sobre a cultura caipira podem ser compreendidas como narrativas que registram traços característicos daquelas sociedades, sendo, deste modo, identificadas como textos enquadráveis na fronteira entre a literatura e o ensaio interpretativo.

Com base nessa interpretação do pensamento de Pires, é importante destacar um fragmento de “Conversas ao pé do fogo” (1921), no qual o autor tieteense ilustrou sua intenção de registrar traços identitários característicos da cultura rural paulista:

“Caipiras”... Mas que são os caipiras?

São os filhos das nossas brenhas, de nossos campos, de nossas montanhas, e dos ubérrimos vales de nossos piscosos, caudalosos, encachoeirados e inumeráveis rios, “acostelados” de milhares de ribeirões e riachos.

Nascidos fora das cidades, criados em plena a natureza, infelizmente tolhidos pelo analfabetismo, agem mais pelo coração do que pela cabeça. Tímidos e desconfiados ao entrar em contato com os habitantes da cidade, no seu meio são expansivos e alegres, folgazões e francos; mais francos e folgazões que nós outros, os da cidade. De rara inteligência – não vai nisto exagero – são, incontestavelmente, mais argutos, mais finos que os camponeses estrangeiros. Compreendem e aprendem com maior facilidade: fato, aliás, observado por estrangeiros que com eles têm tido ocasião de privar.

É fato: o caipira, puxador de enxada, com maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, *adomador*, torcedor de taquares e guembê, ou construtor de pontes. Basta-lhe “uma só” explicação bem clara; ele responderá:

“*Se os ôtro faiz... porque não hi de fazê!... Não agaranto munto, mais vô exprementá*” [grifo do autor].

Euclides da Cunha, construindo a grande ponte metálica de S. José do Rio Pardo, com o material da ponte derribada pelas águas, grandes vigas de ferro contorcidas, instalou vinte ou trinta forjas, transformando simples roceiros em hábeis forjadores e ferreiros.

Os caipiras não são vadios: ótimos trabalhadores, têm crises de desânimo quando não trabalham em suas terras e são forçados a trabalhar como *camaradas*, a jornal. Nesse caso, o caipira é, quase sempre, uma vítima (PIRES, 2002, p. 20).

Pelo trecho destacado, tem-se uma ideia de como Pires interpretou a cultura caipira, caracterizada pelo uso de expressões populares comuns ao universo sociocultural do meio rural paulista, em conjunto com a indicação de determinados aspectos que ilustram as observações e o conhecimento do autor da vida social no campo²⁴. É igualmente importante observar que as palavras de Pires denotam um tom elogioso, que reforça a sua concepção sobre as qualidades singulares daqueles homens rurais, que contrastam com representações que se tornariam clássicas pela forma como o escritor Monteiro Lobato representou o homem rural brasileiro - materializado pela construção da personagem Jeca Tatu²⁵:

²⁴ Sobre a relação de Cornélio Pires com o âmbito rural, no Prefácio da edição de “Conversas ao pé do fogo” apropriada na presente pesquisa, Israel Lopes indica que o interesse do folclorista pelo tema caipira tem base na sua vivência, pautada pela sua origem interiorana, mais precisamente, em uma fazenda localizada no município de Tietê, de propriedade do pai do folclorista, onde Pires nasceu, no ano de 1884, e viveu parte da infância e da juventude. (LOPES, 2002, p.6-9 *in*: PIRES, 2002).

²⁵ Sobre as relações estabelecidas entre o pensamento de Cornélio Pires e Monteiro Lobato, indicamos a leitura do quarto capítulo da pesquisa intitulada “Cornélio Pires e Monteiro Lobato: da esperança à melancolia – o debate sobre o progresso”, defendida como tese de doutoramento por Emiliano Rivello Alves no ano de 2012. (ALVES, 2012, p.223).

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o *atraso* que feriu a atenção de Saint-Hilaire e criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já no século XX, no Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (CANDIDO, 2010, p. 96).

As palavras de Antonio Candido sugerem motivos pelos quais ele teria optado pela recusa da representação de Lobato do homem rural. Sua referência ao escritor, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, foi resumida, apenas, a uma passagem, na qual, diante do rechaço à concepção do literato, não deixa de valorizar o brilhantismo da caricatura de Lobato do caipira.

O segundo aspecto, que indica a importância de tratar da relação entre o pensamento de Antonio Candido com a Historiografia, tem base na defesa pelo autor de que sua fundamentação historiográfica foi responsável por balizar a análise do processo de transformação social caipira. Assim, o sociólogo apontou que seu propósito de reconstituir historicamente o passado caipira foi central no desenvolvimento das questões que debatem os traços socioculturais e econômicos os quais, segundo ele, ora desapareciam, ora permaneciam. Desse modo, esses aspectos são indicados como base do diálogo estabelecido entre o passado e o presente caipira - ainda que sua concepção vá de encontro à sua possível recusa de conceber a aproximação dos temas tratados em “Os Parceiros do Rio Bonito” à Historiografia. Ainda sobre a maneira como Candido apresentou as referências intelectuais e propôs um debate acerca de sua relevância, é importante destacar como justificou a recusa da metodologia de pesquisa denominada “Estudos de Comunidade” - comuns no pensamento sociológico brasileiro entre as décadas de 1940 e 1950, por influência, principalmente, das tradições sociológica norte-americana e inglesa²⁶.

Candido procurou distanciar seus objetivos na pesquisa ao referido método. O autor afirmou não ter tido o objetivo de empreender uma investigação sistemática sobre os aspectos sociais e culturais de determinado recorte social, principalmente, em função dos limites por ele indicados como responsáveis por caracterizar os chamados Estudos de Comunidade:

²⁶ Para melhor compreensão acerca dos debates sobre a apropriação dos “Estudos de Comunidade” no pensamento brasileiro, indicamos a leitura do capítulo “‘Estudos de Comunidade’ como um primeiro diálogo”, na tese intitulada “Pelo Movimento: natureza e modernidade em ‘Os Parceiros do Rio Bonito’ de Antonio Candido” (DOS SANTOS, 2013. p. 27-62). Também sobre o tema, indicamos o artigo “Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil”, de Nemuel da Silva Oliveira e Marcos Chor Maio (OLIVEIRA; MAIO, 2011. p. 521-550).

Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos de determinado agrupamento, englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica. Depois de bastante hesitar, rejeitei este ponto de vista, em parte pelo que tem de *estático e convencional* [grifo nosso] – levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sociocultural como algo que, para usar a velha expressão caipira, “devera de ser assim mesmo”. Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu corte descritivo mais frequente, me pareceu comprometer no pesquisador o *senso dos problemas* [grifo nosso].

Ora, este que agora apresento procura localizar um *aspecto* da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerado não só como *tema sociológico*, mas também como *problema social* [grifo do autor] (CANDIDO, 2010, p. 24).

A citação de Candido indica seu propósito não somente de analisar teoricamente o processo de transformação sociocultural caipira, mas também de atentar à elaboração de propostas possíveis àquela parcela marginalizada da sociedade camponesa, submetida a um processo radical de transformação social. A maneira como o sociólogo fundamentou o distanciamento dos Estudos de Comunidade, mais uma vez, contraria sua defesa de que procurou isentar a pesquisa das interferências advindas das suas disposições político-ideológicas, reservando-as, apenas, ao texto conclusivo do livro. Dessa interpretação de Candido, é possível, ainda, apreender sua defesa de que teria procurado ir além do que seria possível alcançar sobre o “senso dos problemas” que atingiam as sociedades rurais estudadas.

Devemos considerar a opção do autor de atentar à realidade caipira como um todo para, posteriormente, abordar questões específicas que configuram o processo de transformação sociocultural daquelas sociedades. Isso, sobretudo, quando lembramos que Candido defendeu o pressuposto de que sua análise fora estabelecida, principalmente, na observação do processo de transformação das duas comunidades rurais localizadas na Fazenda Bela Aliança (CANDIDO, 2010, p. 123). Como fundamento dessa interpretação - que sugere certa contradição entre o que Antonio Candido pretendeu realizar e o que efetivamente realizou na pesquisa -, destacamos mais um trecho da parte introdutória de “Os Parceiros do Rio Bonito”. Nele, o sociólogo explicitou o modo como compreendeu a organização de suas reflexões, amparadas pelo cruzamento das referências historiográficas e sociológicas, além daquelas ensaísticas e literárias:

Ora, este que agora apresento procura localizar um *aspecto* da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerado não só como *tema sociológico*, mas também como *problema social* [grifo do autor].

Semelhante atitude não significa desconhecer o caráter interdependente dos traços de uma cultura; ver-se-á adiante em que medida esta posição teórica, pressuposto da Sociologia, ocorre no presente estudo. Não significa,

igualmente, repúdio da objetividade científica e confusão de ciência e arte; mas a convicção de que os fatos se tornam problemas conforme a perspectiva do pesquisador, e que não é possível desconhecer a implicação prática das investigações metodicamente conduzidas (CANDIDO, 2010, p. 24).

É possível observar a maneira como Antonio Candido configurou seu estudo, justificando a opção de tomar como base aspectos relativos às sociedades caipiras, elegendo, não apenas dados estatísticos, mas, junto deles, aspectos particulares que foram abrangidos pelos debates de processos de transformação sociocultural naquelas comunidades rurais analisadas. Partindo da leitura de Candido sobre a fundamentação teórica e metodológica de “Os Parceiros do Rio Bonito”, chamou-nos atenção a forma como o autor procurou assegurar o empreendimento de uma pesquisa pautada pela “objetividade científica”, conforme se pode notar pelo distanciamento do conflito estabelecido entre a “ciência” e a “arte”²⁷.

Para ilustrar as dificuldades de identificar o gênero ensaístico e suas disposições, destacamos um fragmento do texto de André Gaió, no qual ele debateu sobre a relação entre gênero ensaístico e modernismo brasileiro:

A discussão acerca da natureza do ensaio frequentemente opõe ciência e arte, ciência e estética, conhecimento e intuição, pesquisa e opinião, visão total ou parcial de uma certa (sic) realidade, formato conclusivo dos textos ou inacabamento, pesquisa ou interpretação, fundamentação ou exercício impressionista. Aqueles que recusam o ensaio o criticam, utilizando sempre o segundo termo dos pares acima citados.

As posições de Lukács, Simmel e Adorno tornaram-se referências para a discussão do alcance do ensaio como forma adequada de conhecimento da realidade.

A definição mesma de ensaio já é algo estranho na medida em que ele se esclarece por enumeração dos procedimentos a que ele submete o objeto a ser interpretado e se constitui também por oposição a outros gêneros textuais (GAIÓ, 2004, p. 10-11).

Apesar de embrionária e de teor geral, a referência de Gaió importa ao nosso objetivo de tratar de como Antonio Candido destacou sua apreensão do método científico. Esse viés é notável quando o sociólogo sustentou a possível oposição existente entre “Os Parceiros do Rio Bonito” e a literatura. Candido pretendeu, daquele modo, afastar possíveis compreensões que levassem à aproximação de “Os Parceiros do

²⁷ Chama atenção a contraposição entre os conceitos de “ciência” e “arte”, que entendemos remeter ao debate sobre os traços que caracterizam parte do pensamento brasileiro identificado como “ensaio socio-histórico” ou “ensaio interpretativo”. Como se verá no terceiro capítulo (quando pretendemos explorar de forma mais cuidada parte do debate sobre a tradição dos ensaios interpretativos no pensamento brasileiro), são comuns as concepções que defendem ser o gênero ensaístico a forma mais adequada de imbricar os preceitos “científicos” e “artísticos”, considerando, nesse sentido, a concepção que associa a literatura à “arte”.

Rio Bonito” dos ensaios interpretativos? Vale destacar, por esse lado, a valorização de Candido à tradição dos ensaios interpretativos no contexto intelectual brasileiro, considerados pelo autor como um dos traços formadores da consciência crítica no pensamento social do país. Essa defesa de Candido do ensaio também considerou o gênero como um dos fundamentos do desenvolvimento da Sociologia no Brasil²⁸.

Apesar disso, chamou atenção a coincidência entre as afirmações de André Gaio e Antonio Candido, quando o primeiro indicou ser comum a apropriação por alguns autores do termo “arte”, com o objetivo de desvalorizar o gênero ensaístico como forma de representação da realidade. Nesse sentido, é importante lembrar o uso desse mesmo termo por Candido no trecho destacado, o que, de certo modo, confirmaria a pretensão do sociólogo de alinhar “Os Parceiros do Rio Bonito” ao campo “científico” (CANDIDO, 2010, p. 24).

No texto titulado “2. A cultura rústica”, Antonio Candido apresentou parte das escolhas teóricas, fundadas em pesquisas antropológicas desenvolvidas nas décadas de 1930 e 1950²⁹. Foi desse modo que o sociólogo procurou melhor definir sua concepção sobre o conceito de sociedade rústica, para, posteriormente, enquadrar as sociedades caipiras pela lente antropológica. Podemos, então, destacar dois parágrafos que sintetizam o trabalho de conceituação das sociedades e da cultura caipira por Antonio Candido, destacando sua referência no pensamento de Robert Redfield, André Varagnac, George Foster e Raymond Firth³⁰:

²⁸ Ao indicar essa leitura sobre a interpretação de Candido da tradição dos ensaios sócio-históricos no Brasil, é fundamental fazer referência ao debate empreendido pelo sociólogo acerca do processo de solidificação da produção em Ciências Humanas no país, marcada, segundo ele, pela fundação das escolas paulistas de sociologia na década de 1930 (CANDIDO, 2006a, p. 271-273). Ainda sobre o tratamento do autor acerca do tema, é igualmente importante referenciar textos de sua autoria, a exemplo dos já citados “A sociologia no Brasil” (CANDIDO, 2006a) e “Literatura e cultura de 1900 a 1945” (CANDIDO, 2006b), além do Prefácio à segunda edição a “Raízes do Brasil” (1967), no qual Candido destacou, sob diferentes perspectivas, a importância da tradição dos ensaios sócio-históricos no pensamento nacional, com destaque para autores como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, entre outros. Candido indicou as obras desses autores como centrais no processo de formação das gerações dos sociólogos brasileiros entre as décadas de 1930 e 1940 (CANDIDO, 1967).

²⁹ Sobre esta tendência da pesquisa de Candido, é importante indicar a relação do pensamento do autor com duas obras: “The Folk Culture of Yucatán” (1941), de Robert Redfield, e “Hunger and Work in a Savage Tribe: a Functional Study of Nutrition Among the Southern Bantu” (1932), de Audrey Richards. Esses estudos são apresentados como duas de suas principais bases teóricas e metodológicas no desenvolvimento da pesquisa. Nessas duas obras, Redfield e Richards analisam as transformações sociais em curso nas décadas de 1930 e 1940 em sociedades tradicionais localizadas, respectivamente, na província mexicana de Yucatán e na África Meridional (CANDIDO, 2010, p. 25-28).

³⁰ Sobre os trabalhos desses antropólogos, que balizam a categorização da sociedade caipira por Candido, é importante indicar as obras por ele referenciadas: de Redfield, o texto “The Folk society”

Convém agora esclarecer o uso, no texto, de duas expressões: cultura (e sociedade) rústica; cultura (e sociedade) caipira. O termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto (sic) com o aborígene.

Implicando, não obstante o isolamento, em constante incorporação e reinterpretação de traços, que vão-se (sic) alterando ao longo do contínuo rural-urbano, *rústico* não traduz *folk-culture* ou *folk-society*, usado entre nós com certa intemperança como *cultura* ou *sociedade* (barbarismo dispensável; pelo menos no sentido limitado que lhes deu afinal Redfield, seu criador, no artigo já citado, em que engloba no mesmo tipo-ideal apenas as sociedades primitivas e as que a ela se equiparam). Corresponderia talvez melhor à *civilization traditionnelle*, de Varagnac, ou – inclusive lexicamente (sic) – ao conceito de *cultura camponesa* empregado por certos arqueólogos, etnógrafos e historiadores europeus, nos quais foi recentemente buscá-lo Redfield, adaptando-o e modificando-o para descrever situações antes compreendidas no seu conceito inicial, e desprovidas mais tarde de designação adequada, desde que operou nele a mencionada restrição [grifos do autor] (CANDIDO, 2010, p. 25-26).

As palavras de Candido permitem interpretar seu propósito de fundamentar o estudo dialogando com pesquisas de cientistas sociais contemporâneos, que procuraram analisar processos de transformação social e cultural de sociedades rústicas. É interessante indicar também que a proposta de Candido pretendeu reafirmar a cientificidade de “Os Parceiros do Rio Bonito”, confirmando o anseio de distanciamento do campo “científico” em relação às linhas de análise e interpretação balizadas pela literatura e pelo ensaísmo. Tão destacado quanto o trabalho do autor em evidenciar a sua base teórica e metodológica na Antropologia é o modo como Candido relativizou a aplicação dessa categoria de sociedade rústica ao abordar as sociedades caipiras na pesquisa.

Para isso, Candido elegeu, como exemplo, o tratamento dado pelo antropólogo Emílio Willems nos estudos sobre um processo de transformação social no meio rural brasileiro³¹. Nesse sentido, ele buscou, igualmente, referências nas obras de Cornélio

(1947) bem como o segundo capítulo da obra “The primitive World and its Transformations” (1953); de André Varagnac, a introdução da obra “Civilization Traditionnelle et Genres de Vie” (1948); de George Foster, o volume 55, nº 2, parte I de “What is “Folk” Culture?” (1953); e, por fim, de Raymond Firth, o terceiro capítulo de “Social Change in Peasant Communities” (1951), intitulado “Elements of Social Organization”. (CANDIDO, 2010, p. 26).

³¹ Apesar de Antonio Candido não fazer referência a um trabalho específico de Willems, é possível pensar que daquela forma, o sociólogo procurou remeter à obra “Cunha: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil” (WILLEMS, 1947), na qual o antropólogo alemão radicado no Brasil procurou analisar o processo de transformação social da população do município paulista de Cunha (localizado na região conhecida como Vale do Paraíba, na região nordeste do Estado de São Paulo), tomando como fundamento teórico e metodológico o modelo dos Estudos de Comunidade.

Pires, nas quais o folclorista tratou de temas ligados às sociedades caipiras. Antonio Candido destacou, então, o pioneirismo de Willems na aplicação, segundo ele, “de modo coerente”, da expressão “cultura cabocla”. Assim, defendeu que o uso dessa expressão por Willems foi responsável por valorizar parte das “modalidades étnicas e culturais” das culturas e das sociedades brasileiras geradas no contato entre portugueses e o meio colonial, destacando, sobretudo, o processo de sincretismo étnico e cultural entre brancos, indígenas e negros na formação social brasileira (CANDIDO, 2010, p. 27).

Antonio Candido realizou uma ressalva quanto aos possíveis problemas associados à aplicação da categoria “caboclo” pelo antropólogo. Pretendeu, assim, justificar os motivos que o levaram a adotar “caipira” como categoria de análise em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Pela importância dessa separação entre as bases teóricas e a forma como o autor procurou aplicá-las, é relevante destacar o fragmento em que Antonio Candido definiu a proposta de conceituação do caipira:

(...) Entretanto, no presente trabalho o termo *caboclo* é utilizado apenas no primeiro sentido, designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência (sic) histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua.

Cornélio Pires descreve, em um de seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *integrou* de fato num conjunto bastante homogêneo [grifos do autor] (CANDIDO, 2010, p. 27).

O trecho anterior é o primeiro momento em que Antonio Candido propõe uma definição do caipira como uma categoria específica em “Os Parceiros do Rio Bonito”. É notória a importância dos temas tratados pelo autor no texto “2. A cultura rústica” para a compreensão dos debates que fundamentam a pesquisa como um todo. Isso, na medida em que a sua proposta de analisar o processo de transformação das sociedades caipiras foi a base da abordagem de temas associados a uma categoria de homens rurais brasileiros que, até meados das décadas de 1940 e 1950, não haviam sido tomados como objetos de estudo, seja pela Sociologia, seja pela Historiografia. O trecho indicou também a opção de Candido de iniciar o estudo pela reconstituição histórica das sociedades caipiras, uma vez que as bases bibliográficas e documentais exploradas pelo

autor na pesquisa não tratam especificamente daqueles grupos sociais, mas de temas relacionados a uma parcela da população camponesa, que se formou nos interiores dos Estados de São Paulo e em regiões adjacentes³².

Quando pretendeu apresentar sua melhor definição do que seria *o caipira*, Candido buscou referências nos ensaios de Cornélio Pires intitulados “As estrambólicas aventuras de Joaquim Bentinho, o Queima Campo” (1924) e “Continuação das estrambólicas aventuras de Joaquim Bentinho, o Queima Campo” (1924), e, principalmente, aqueles compreendidos pela obra “Conversas ao pé do fogo” (1921)³³.

Após esboçar sua compreensão sobre as funções dos campos sociológico, antropológico e historiográfico, Candido apresentou um dos parâmetros centrais da pesquisa afirmando pretender, dali em diante, tratar de temas ligados aos “meios de vida” das sociedades caipiras, que, segundo ele, constituía o “tema central do livro” (CANDIDO, 2010, p. 28). Para ilustrar a perspectiva do sociólogo, destacamos um fragmento no qual salientou a relação entre sociedades humanas e meios naturais:

A existência de todo grupo social pressupõe a existência de um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e da qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico. Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são os impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão-se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo, podemos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las. O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e a sua satisfação. E sob este ponto de vista, as situações de crise aparecem como dificuldade, ou impossibilidade de correlacioná-las (CANDIDO, 2010, p. 28).

³² A exemplo das questões abordadas por Emílio Willems em “Cunha: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil” (WILLEMS, 1947), ou dos temas abordados por Sérgio Buarque de Holanda em “Monções” (1945) e “Índios e mamelucos na expansão paulista” (1949).

³³ Deixando de lado o debate voltado a identificar de forma estrita a obra de Cornélio Pires como texto “literário” ou “ensaístico” sobre a cultura e a sociedade caipira, é importante indicar que, nas três obras anteriormente referenciadas por Antonio Candido, o folclorista procurou esboçar as suas impressões sobre o tema de uma forma que, talvez, poderíamos identificar como partidas do seu “ponto de vista”, considerando a maneira como ele apontou ser um dos traços que marcam a tradição ensaística brasileira, escrita nas primeiras décadas do século XX (CANDIDO, 2006a, p. 284-285).

Por meio do trecho em destaque, é possível compreender o objetivo de Candido de demonstrar como pretendia tratar das transformações sociais no meio caipira. Tomando como base os preceitos de análise sociológica que abordam a relação entre sociedade e natureza, Candido indicou a sua compreensão sobre o desenvolvimento de uma pesquisa centrada na análise da situação de crise de um grupo específico, como meio para realizar uma análise global sobre um determinado processo de transformação social. Dessa proposta de Candido podemos indicar, talvez, que o seu principal objetivo em “Os Parceiros do Rio Bonito” foi o de provocar reflexões sobre a maneira como as sociedades caipiras analisadas apresentavam traços do processo de transformação social, econômico e cultural, indicando, desse modo, novas modalidades de sociabilidade, balizadas por alterações na estrutura daquelas sociedades rurais.

Para fundamentar a proposta, o sociólogo recorreu ao pensamento de Karl Marx, indicando que o pensador alemão se recusou a aceitar “a dicotomia homem-natureza, implicada seja no idealismo, seja no materialismo mecânico” (CANDIDO, 2010, p. 34). Segundo Candido, esse eixo do pensamento de Marx contribuiu para a abertura de horizontes à compreensão das relações de solidariedade tecidas entre natureza, cultura e sociedade (CANDIDO, 2010, p. 29). Ainda sobre a proposta de Marx, Candido afirmou que o autor encarou esse aspecto “à luz do desenvolvimento histórico, como elementos do mesmo processo dialético” (CANDIDO, 2010, p. 29).

Tomando essas proposições como fundamento, Candido indicou que Marx contribuiu com a determinação de uma importante proposta no estudo das sociedades humanas. Isso, na medida em que seu pensamento permitiu a compreensão de aspectos ligados à vida social, em especial, pela proposta de estudo presa ao tema da satisfação das necessidades mínimas de um grupo social. Candido, então, defendeu a ideia de que, por um lado, a obtenção dos meios de subsistência era cumulativa, e, por isso, associada ao “equipamento técnico”; por outro, não poderia ser considerada apenas do ponto de vista “natural”, ou seja, “como operação para satisfazer o organismo”. Portanto, Antonio Candido defendeu a concepção de que os estudos sobre a obtenção dos meios de subsistência deveriam ser igualmente interpretados do ponto de vista social, ou, nas palavras do autor, “como forma organizada de atividade” (CANDIDO, 2010, p. 29-34). Com base no pensamento de Karl Marx, o sociólogo fundamentou o tema central da pesquisa, buscando estabelecer um parâmetro teórico ideal do empreendimento de reflexões sobre o processo de transformação social caipira.

Após essa abordagem mais geral sobre as exigências que partem da relação entre sociedade e obtenção dos meios de subsistência, Candido amparou sua proposta no pensamento de outros antropólogos que trataram de temas correlatos, a exemplo de Bronislaw Malinowski. Sobre a importância do pensamento de Malinowski para a pesquisa de Candido, é central sua afirmação de que “em nossos dias, Malinowski mostraria que a satisfação das necessidades é uma das molas da cultura, já se situa em pleno terreno institucional” (CANDIDO, 2010, p. 30).

Candido complementou a sua referência ao antropólogo polonês, defendendo que “as *necessidades básicas* não apenas dão lugar a *reações culturais (cultural responses)*, mas estas originam novos tipos de comportamento que se tornam necessidades derivadas, indissolivelmente ligadas àquelas”³⁴ [grifos do autor] (CANDIDO, 2010, p. 30).

Partindo dessas referências, é possível perceber que era forte a perspectiva do autor de que o estudo do processo de transformação de uma sociedade rústica exigia do sociólogo uma sensibilidade seminal aos temas ligados à cultura, por ele considerada como aspecto sensível na conjuntura das análises. É importante ressaltar a forma como Candido realizou uma pesquisa que tratou do processo de transformação social caipira atentando não somente aos dados relativos às transformações econômicas e estatísticas, mas, sobretudo, balizado pelo interesse em analisar as formas de permanência e de transformação das expressões culturais dos homens rurais da Paulistânia. Essa vertente da análise de Candido é coroada no tratamento dos temas pelo autor no décimo sétimo e último capítulo do livro, intitulado “As formas de persistência”, bem como no texto conclusivo da obra, denominado “O caipira em face da civilização urbana”. Desse modo, é importante destacar dois trechos que conformam o último capítulo da obra, pois eles ilustram a maneira como o sociólogo abordou as questões anteriormente indicadas:

A análise precedente tentou mostrar certas consequências da incorporação progressiva dos agrupamentos rurais à esfera de influência da economia capitalista. Selecionando alguns aspectos, considerados significativos, nos diferentes planos em que ela se dá, verificou-se, inicialmente, que o aumento de dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho; ambos condicionam uma reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio e abre caminho para novos ajustes; este fato provoca alteração no equipamento material e no sistema de crenças e valores, antes condicionados pela manipulação do meio físico imediato e pelo apego às normas

³⁴ Ao fazer referência ao pensamento de Bronislaw Malinowski, Candido referenciou os textos contidos das páginas 91 a 131, dos capítulos X e XI de “A Scientific Theory of Culture and Others Essays” (1944).

tradicionais. Tais condições dão lugar a modificações estruturais, com aparecimento de novos papéis e de suas posições sociais, bem como de uma nova ordenação das relações, tendo sido apontados no primeiro caso a configuração do parceiro como categoria econômica e tipo humano, e, no segundo, a comercialização da cooperação vicinal. De tudo, finalmente, resultam traços novos da personalidade, de que apenas se destacaram (pela falta de elementos adequados à análise) certos comportamentos e representações denotadores de tensão psíquica (CANDIDO, 2010, p. 231).

Nesse parágrafo, é identificável a tentativa de Candido de sintetizar as primeiras conclusões da pesquisa de “Os Parceiros do Rio Bonito”, considerando o seu esforço de concatenar a análise mais geral sobre aspectos que configuram as transformações socioculturais nas sociedades caipiras com a observação de determinados temas econômicos e produtivos. Ao interpretar a proposta de Candido no texto “Sociologia dos meios de subsistência”, podemos pensar sobre os temas tratados no capítulo 4, intitulado “As formas de solidariedade”, em que o sociólogo interpretou a forma como os agentes sociais caipiras estabeleciam, entre si, modalidades de colaboração solidária, a exemplo do “mutirão”³⁵ - por ele indicada como responsável por fomentar o desenvolvimento de tarefas impraticáveis por um pequeno número de trabalhadores. Além disso, nos capítulos 9, 10, e 11, respectivamente intitulados “A dieta”, “Obtenção dos alimentos” e “Valor nutritivo da dieta”, Antonio Candido considerou como parâmetro o seu trabalho etnográfico, analisando as formas como as bases alimentares dos caipiras indicavam transformações em relação ao modelo tradicional. O mesmo se pode dizer dos capítulos que compõem a seção “III. Análise da mudança”. Neles, Candido demonstrou esforço em tratar da dinâmica de transformação dos traços culturais caipiras como expressão de todo o contexto abordado na pesquisa³⁶.

³⁵ Sobre a prática social e cultural do “mutirão”, vale indicar que esse é um dos principais temas abordados por Antonio Candido quando o autor pretende ilustrar a forma como as sociedades caipiras tradicionais apresentavam práticas de colaboração voltadas para o desempenho de tarefas que atendiam tanto aos interesses comuns de um, dois ou mais bairros rurais – a exemplo da edificação de passagens sobre cursos d’água ou de templos religiosos que serviam a mais de uma comunidade caipira – ou mesmo a colaboração entre pertencentes a um mesmo agrupamento caipira, unidas em favor da ajuda de um dos seus integrantes, no desenvolvimento de tarefas produtivas que exigiam um número maior de trabalhadores do que aquele que comumente integravam as unidades familiares de produção agrícola – como processos de colheitas, limpeza de pastagens, construção de estruturas de contenção de água, entre outros (CANDIDO, 2010, p. 81-92).

³⁶ Ao fazer referência a esses capítulos que concluem a análise de Candido na obra, é importante indicar os seus títulos, pelo que fornecem de indícios acerca das análises voltadas à reflexão sobre a alteração dos padrões culturais caipiras. Assim, esses textos encontram-se identificados no livro como: “12. Relações de trabalho e comércio”, “13. Ajuste ecológico”, “14. Técnicas, usos e crenças”, “15. Posição e relações sociais”, “16. Representações mentais” e “17. As formas de persistência”. O aspecto que liga todos os temas tratados nesses capítulos é a abordagem do autor que cruza análises do processo de transformação das sociedades caipiras, balizando as suas análises nos dados estatísticos, principalmente, nas reflexões sobre aspectos específicos das sociedades caipiras que apresentam grandes transformações em relação aos modelos tradicionais.

O sociólogo defendeu que, nos estudos sobre as sociedades, é possível compreender que, para cada caso específico e em um determinado momento, surgem equações que levam os pesquisadores a cruzarem temas ligados ao ajuste, ao meio e à organização social dos grupos humanos. Candido sustentou, deste modo, a ideia de que “nas sociedades civilizadas, de grande volume demográfico, há tantas subequações quantos grupos diferenciados pelo gênero de vida, pois há um ajustamento do camponês e outro do cidadão; do rico e do pobre; do lavrador e do criador, etc.” (CANDIDO, 2010, p. 30). Candido, então, determinou que as referidas equações indicavam “as fórmulas de equilíbrio grupal – que pode ser estável ou instável; satisfatório ou insatisfatório, com referência ao equilíbrio ótimo permitido pelas condições gerais da cultura” (CANDIDO, 2010, p.30). Ele terminou essas reflexões indicando que:

De qualquer modo, há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas. Formulado nestes termos, o equilíbrio social depende de uma equação entre o mínimo social e o mínimo vital. Seria, porém difícil, sem larga margem de arbítrio e etnocentrismo, falar em mínimo cultural, visto como, nos casos para nós mais rudimentares, a cultura pode significar, pelo simples fato de existir, uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio (CANDIDO, 2010, p. 30-31).

Pelo destaque aos trechos, é possível melhor compreender a maneira como o sociólogo procurou explorar aquilo que, em nossa concepção, é o “cerne” da análise presente em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Em nossa perspectiva, o aspecto central da terceira parte do texto introdutório é a pretensão do sociólogo de fundamentar a proposta de analisar as sociedades caipiras. Ele demonstra estar atento não somente aos dados estatísticos, que remetiam aos processos de mudança em curso, mas, sobretudo, abrangendo temas associados à cultura como eixo da análise das transformações sociais em curso no meio rural da Paulistânia.

Essa pretensão do autor se torna ainda mais clara na última parte da introdução da obra, denominada “4. Sociologia dos meios de subsistência”. Com base nas questões apresentadas, Candido pretendeu fundamentar a sua proposta de análise indicando que “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’”. Segundo o sociólogo, estas teriam sido “desenvolvidas sob o estímulo das ‘necessidades básicas’” (CANDIDO, 2010, p. 33). Essa afirmação do autor é seguida da sua proposta de que a alimentação, como

necessidade primária que é, deve ser encarada como “recurso vital por excelência” (CANDIDO, 2010, p. 33).

Candido indicou, daquele modo, sua compreensão de que existem necessidades “inadiáveis”, uma vez que elas apresentam correspondentes na organização social³⁷. Ele apontou que o impulso da fome seria caracterizado pela exigência de satisfação constante, requerendo uma estruturação social adequada³⁸ (CANDIDO, 2010, p. 33). De todos os temas tratados pelo autor, o mais importante a ser destacado tem base na sua proposta de que, quando pretendeu se debruçar sobre o processo de transformação social caipira, compreendia ser imprescindível considerar as formas como o processo de alteração daquele grupo seria responsável por deixar marcas profundas no modo como as sociedades caipiras teriam, necessariamente, de se adaptarem ou de estabelecerem novos modelos de obtenção dos recursos alimentares.

Apesar de Candido não analisar as particularidades desses processos, sua investigação é responsável por amparar reflexões que tratavam do processo de desaparecimento de práticas culturais tradicionais caipiras, a exemplo da caça, da pesca e da coleta de gêneros alimentares no meio natural. Na sua análise sobre as mudanças das práticas de obtenção de alimentos essenciais à sobrevivência caipira, o sociólogo recorreu a uma parte das experiências etnográficas:

Todavia, se atentarmos, em nosso tempo, para as populações chamadas arcaicas; para os povos e grupos de progresso técnico limitado; para as classes inferiores da população, poderemos constatar a cada instante o peso que ela [a alimentação] assume nas relações e na própria caracterização da personalidade. *De certa caipira velha, ouvi há muitos anos que o seu maior desejo seria comer e fazer comer aos seus filhos e netos de tal maneira que se esquecessem do que era fome. No limiar da morte, o seu papel de mãe lhe parecia falhado na medida em que dera à luz tanta gente que não podia comer à vontade* [grifo nosso] (CANDIDO, 2010, p. 36).

Por meio desta passagem, podemos nos aproximar da pretensão do autor de refletir sobre o modo como o processo de modernização brasileira impactou as relações no campo, o que indica a sua compreensão da forma como o equilíbrio das sociedades caipiras encontrava-se preso à questão alimentar. É interessante observar que o

³⁷ O autor indica como exemplo a “respiração”, além de outras, por ele definidas como não processadas “conforme padrões definidos”, com a diferença de que, segundo Candido, poderiam ser suspensos ou interrompidos “sem acarretar cessação da vida”, a exemplo do “impulso do sexo” (CANDIDO, 2010, p. 33).

³⁸ Nesse trecho do texto, Antonio Candido realizou nova referência à afirmação do economista norte-americano David Martin Goodfellow, na obra “Principles of Economic Sociology” (1939), de que “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida” (CANDIDO, 2010, p. 30).

sociólogo procurou fundamentar a sua percepção não somente nos eixos teóricos ofertados pelas Ciências Sociais sobre processos de transformação de sociedades rústicas e o tema da alimentação, mas também nas experiências proporcionadas pela pesquisa etnográfica.

Com base nas questões tratadas no texto introdutório da obra, Antonio Candido reafirmou a sua percepção da importância de se tomar a alimentação caipira como elemento central na pesquisa. Para isso, o autor cruzou esse debate com dados estatísticos relativos ao “nível de vida” caipira, tais como: aspectos biológicos - por meio das questões sugeridas sobre a “qualidade nutritiva” da alimentação caipira, o que, segundo o autor, indicava a forma como aquelas sociedades exploravam o meio natural em que viviam -, aspectos econômicos - que ele definiu como “tipo de participação nos recursos totais do grupo” - e, por fim, aspectos socioculturais - identificados por Candido como fatores de sociabilidade (CANDIDO, 2010, p. 38).

O texto de Elide Rugai Bastos sobre a Sociologia produzida no Brasil, em meados do século XX, é importante para o entendimento das reflexões de Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Um primeiro ponto é a sugestão de Bastos sobre a recorrência dos debates pautados no tema do “atraso brasileiro”, tomado como mote por parte dos sociólogos uspianos, entre as décadas de 1950 e 1960 (BASTOS, 2002, p. 185). Vale destacar a atenção de Bastos sobre alguns dos cientistas sociais que produziram conhecimento naquele contexto:

A escola sociológica paulista, denominação que se atribui ao grupo que tem como centro Florestan Fernandes e seus assistentes, apresenta como eixo de sua reflexão a pergunta sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil. A especificidade de seu caminho analítico é dada por um objetivo claro: a recusa de uma visão dualista, comum à maioria dos intérpretes, e que aparece nestes como um *continuum* onde (sic) o processo de mudança social teria a função de superação desse retardo. Recusando essa posição, o autor, acompanhado pelos pesquisadores que o cercam ou que descendem desta tradição de pensamento, toma a imagem e altera-lhe (sic) o sentido: em lugar de uma explicação linear, opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio, a compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação. A expressão *circuito fechado*, que mais tarde será utilizada como título de um dos livros de Florestan, embora tenha um significado mais amplo, uma vez que retrataria o próprio funcionamento da sociedade, simboliza muito bem o ponto de partida e o resultado da interpretação (BASTOS, 2002, p. 185-186).

Assim, a autora identificou o grupo de cientistas sociais que integrou a “escola sociológica paulista”. Para Bastos, esse grupo se formou pela influência de Florestan

Fernandes, contando com uma série de colaboradores, a exemplo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Candido, Aziz Simão e Ruy Coelho - que fizeram parte da primeira geração de sociólogos formados no país e que atuaram na docência e na pesquisa sociológica entre as décadas de 1950 e 1970 (BASTOS, 2002, p. 186). Desconsiderando certo esquematismo proposto pela análise de Elide Bastos, acreditamos ser possível examinar a maneira como a Sociologia produzida na USP tomou o tema do “atraso brasileiro” como eixo das reflexões, e como essa característica pode ser compreendida como um dos caminhos trilhados por Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Tomando essa sugestão como pressuposto, é válido destacar a nossa concepção sobre a preocupação de Candido de abordar temas ligados ao atraso das sociedades caipiras das décadas de 1940 e 1950. Nesse sentido, é lícito supor que esse modelo de sociedade denotava alterações na forma como passou a lidar com a temporalidade, em função do processo de transformações operadas pela modernização do país.

Podemos ilustrar o tratamento do tema com as reflexões de Antonio Candido em relação à ideia de que o advento dos projetos de modernização nacional exigiu das sociedades caipiras esforço de adaptação frente às mudanças em curso nos modelos de sociabilidade entre os membros dos grupos rurais, bem como a mudança dos seus padrões técnicos de produção. O sociólogo defendeu o pressuposto de que, em conjunto, essas mudanças eram responsáveis por fomentar o surgimento de novos padrões de manifestações culturais e religiosas. Nesse caso, podemos, uma vez mais, sugerir que a análise de Antonio Candido foi fundamentada na díade tradição/modernização, que media todo o processo de transformação social caipira.

Um segundo aspecto destacado por Elide Bastos, aplicável às análises de Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, é a sugestão de que, na tradição do pensamento sociológico paulista, é possível notar semelhanças na forma como aqueles intelectuais interpretaram a tensão social como fator constitutivo das sociedades. A socióloga elegeu alguns subtemas responsáveis por balizarem essa perspectiva analítica, dentre os quais destacamos a atenção ao tema da “crise” como aspecto central de algumas análises sociológicas empreendidas pelos cientistas sociais ligados à tradição da Sociologia paulista. Desse modo, Elide Bastos sugeriu que, tomando a tensão “como parte da natureza da sociedade”, a Sociologia paulista foi levada a tratar da “centralidade da noção de crise” (BASTOS, 2002, p. 209). A autora afirmou ter por

objetivo, desse modo, destacar o “sentido heurístico da ideia”, indicando que “a crise assume a função de desvelamento de possibilidade de ver além da aparência”.

Bastos tomou como base o pensamento de Georg Lukács para defender a concepção de que “a autonomia que assumem - um em relação ao outro - momentos estritamente conexos e complementares, a crise a destrói violentamente. Por isso a crise revela a unidade dos momentos que estavam reciprocamente isolados” (LUKÁCS 1965 *apud* BASTOS, 2002, p. 209). Por fim, a socióloga indicou que, tanto percebida com base em seu caráter de estrutura, como derivada de mudanças sociais específicas, a crise “permite ao analista colocar-se de uma nova perspectiva para perceber o movimento da sociedade” (BASTOS, 2002, p. 209).

A reflexão proposta por Elide Bastos permite tratar de como Antonio Candido abordou a “crise” social caipira e a sua influência no processo de transformação das sociedades rurais paulistas. Afinal, foi com base na confrontação entre perspectiva histórica - explorada na primeira seção da obra - e sociológica - explorada na segunda e na terceira seção do livro - que o autor baseou a análise do processo de transformação social em questão.

Associado a essa reflexão, podemos mobilizar a sugestão de Elide Bastos acerca de um segundo eixo de análise que caracteriza a tradição de pensamento sociológico uspiano, fundado no estabelecimento de reflexões entre temas ligados ao “passado” e ao “presente” dos estratos sociais tomados como objeto de estudo. Com base nessa proposta, a autora afirmou que a maneira de conciliação entre elementos remetentes ao passado, bem como os desafios impostos ao presente, serviam como eixo para a compreensão das alianças políticas, tão comuns à realidade brasileira (BASTOS, 2002, p. 210).

Desse modo, podemos nos lembrar da forma como Antonio Candido procurou focalizar temas relativos ao passado e ao presente caipira, pautado no seu objetivo de tratar da maneira como as tensões naquele meio social se encontravam fundadas no processo de transformação do modelo tradicional de sociedade rural, em função dos conflitos gerados pela proposta de modernização do país entre as décadas de 1930 e 1950. Ao indicar a interpretação de Elide Bastos, entendemos ser possível identificar alguns traços apresentados por Antonio Candido no texto introdutório da obra, que podem ser considerados fundantes nas pretensões do sociólogo em “Os Parceiros do Rio

Bonito”. Avançando em nossa proposta de análise, passaremos a tratar da maneira como o autor construiu a categoria caipira, atentando, especificamente, à forma como Candido buscou base em um referencial teórico que abrangeu Ciência Social, Historiografia, Literatura e ensaio interpretativo.

CAPÍTULO 2

A construção do objeto da pesquisa: caipiras em processo de transformação social

Examinaremos a maneira como Antonio Candido retratou o processo de formação das sociedades rurais povoadoras da Paulistânia. Para isso, o autor identificou o “caipira” como um tipo específico da população rural brasileira. Somente após tratar de uma série de questões, ao longo dos cinco primeiros capítulos da obra, Candido analisou o processo de transformação social pelo qual passavam aquelas sociedades, no período conformado pelas décadas de 1940 e 1950. O próprio subtítulo da obra - “Os Parceiros do Rio Bonito: *estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*”- é um indício da pretensão do sociólogo de analisar os traços socioculturais responsáveis por caracterizar aqueles homens rurais e suas sociedades para, posteriormente, examinar o contexto de transformação em questão.

Com base nessa proposta, é importante contextualizar historicamente o momento a partir do qual Antonio Candido desenvolveu a sua pesquisa, diante do que a conjuntura histórica brasileira pareceu ter influenciado parte das opções do autor em tratar de determinados temas. O primeiro aspecto que compreendemos ser importante indicar é a relevância do projeto nacional-desenvolvimentista que, inicialmente proposto pelo regime do Estado Novo de Vargas, surge como traço definidor das pretensões de Candido, considerando seu objetivo de analisar um processo de transformação social no país, inserido na conjuntura de modernização nacional.

Afinal, já no Prefácio do livro, Candido defendeu ser um dos seus objetivos colaborar com “os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadamente econômicas e agronômicas; mas também no estudo da sua cultura [dos caipiras] e da sua sociabilidade” [grifo nosso] (CANDIDO, 2010, p. 12-13). Desse modo, Candido forneceu indícios da sua disposição de colaborar com o desenvolvimento dos estudos voltados à proposição de caminhos possíveis a serem trilhados por aquelas sociedades rurais em situação de crise.

Podemos ilustrar a interferência do cenário político e econômico no debate empreendido por Candido, apontando uma pequena parte do conjunto de medidas

tomadas pelos governos de Getúlio Vargas e seus sucessores, entre as décadas de 1940 e 1960. Essas propostas tinham o objetivo de promover o desenvolvimento da economia nacional por meio de investimentos na industrialização do país, bem como no avanço da produção agrária³⁹. Assim, destacaram-se ações como a criação de polos industriais regionais, o incremento da infraestrutura de transporte rodoviário e ferroviário no Brasil, bem como a fundação de corporações estatais de extração e beneficiamento mineral - a exemplo das fundações da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás, criadas, respectivamente, nos anos de 1941, 1942 e 1953. Em conjunto, essas medidas auxiliaram o processo de expansão urbana do Brasil e, conseqüentemente, aquela caracterizada pelo sentido campo/cidade, como analisou Ângela de Castro Gomes:

Estes imensos deslocamentos populacionais, particularmente intensos nos anos 1940 e 1950, vão responder por um êxodo rural de 10 milhões de pessoas, numa população que chegou, nesta última década, a cerca de 50 milhões de habitantes. Quando, em meados dos anos 1960, já sob o regime civil e militar implantado em 1964, iniciou-se a mecanização do campo, era adiantado o processo de esvaziamento e empobrecimento das áreas rurais do país, o que se agravaria muito ao longo dos anos 1970. Dessa forma, inverte-se decisivamente a curva de concentração da população brasileira que, em 1930, ainda contava com 70% de seus habitantes em zonas rurais, enquanto em 1980 os mesmos 70% se encontravam em cidades (GOMES, 2013b, p. 59).

O texto de Ângela de Castro Gomes indica esse movimento geral de transformação social e econômica ocorrido no país entre as décadas de 1940 e 1960, mesmo momento em que Antonio Candido buscou compreender um processo específico de mudança na estrutura da sociedade brasileira e, por consequência, das sociedades caipiras. Esses fatores deixaram marcas também na forma como o meio rural reagiu à pretensão do Estado brasileiro de posicionar o Brasil na conjuntura econômica global, afetada pela urgente e necessária reconstrução da Europa no pós-guerra.

O segundo aspecto que nos parece importante para compreender os motivos que levaram Antonio Candido a tomar as sociedades caipiras como objeto de estudo está relacionado à emergência de temas rurais como conteúdo de investigação pela Sociologia brasileira. Contribuindo com este debate, Ana Carolina Vila Ramos dos

³⁹ Para uma leitura mais completa sobre o tema das políticas de desenvolvimento no campo no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, indicamos a consulta à seção “Agricultura e Estado”, que integra o livro “Origens Agrárias do Estado Brasileiro”, de autoria do sociólogo Octávio Ianni. (IANNI, 2004, p. 192-155).

Santos⁴⁰ defendeu a ideia de que o meio rural passou a ser alvo da preocupação do pensamento social brasileiro a partir da atuação dos pesquisadores formados pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre as décadas de 1940 e 1960⁴¹. A autora indicou a possível relação da obra de Antonio Candido com esse momento da produção sociológica brasileira:

Trato essencialmente de um tema que acredito ser o articulador de textos e autores - trata-se da preocupação com o atraso brasileiro e o lugar do mundo rural em um país submetido a uma onda de grandes transformações sociais, econômicas e culturais em meados do século XX. Tomar o mundo rural como o locus privilegiado do atraso brasileiro, sugiro, é o elemento característico da produção sociológica sobre o mundo rural nas décadas de 1940, 1950 e 1960 no Brasil (DOS SANTOS, 2013, p. 63).

Tomando esses dois aspectos como ponto de partida, analisaremos a forma como a obra de Antonio Candido guarda relação com os debates fomentados por autores que, nas quatro décadas iniciais do século XX, interpretaram o meio rural brasileiro de maneiras distintas. Assim, acreditamos ser importante explorar os diálogos do sociólogo com alguns dos autores referenciados em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Optamos por dividir o conjunto de referências em dois grupos: o primeiro deles é formado por livros nos quais seus autores buscaram interpretar, de forma abrangente, as raízes rurais da formação histórica e social brasileira. Enquadram-se nesse grupo os debates propostos por Sérgio Buarque de Holanda em obras como “Raízes do Brasil” (1936), “Caminhos e Fronteiras” (1957) e “Monções” (1945), ao lado das reflexões de Caio Prado Júnior em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) e também nos textos “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural”⁴² (1953) e “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”⁴³ (1935).

⁴⁰ Para melhor aproximação ao debate sobre a emergência do campo de estudos relacionado ao tema rural na Sociologia brasileira, indicamos a leitura do segundo capítulo da tese de Ana Carolina Vila Ramos dos Santos, titulado “Os primeiros anos da sociologia rural paulista” (DOS SANTOS, 2013, p. 63-92).

⁴¹ Ao apontar a perspectiva proposta por Ana Carolina Vila Ramos dos Santos, é importante indicar que o tema da ruralidade foi tratado pelo pensamento brasileiro desde fins do século XIX até as décadas de 1930 e 1940, a partir de obras que abrangeram temas ligados aos traços conformadores das tradições culturais, sociais e econômicas das sociedades rurais brasileiras, a exemplo dos trabalhos de autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, entre outros, como tratou Maria Isaura Pereira de Queiroz no texto “O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato” (QUEIROZ, 1973, p. 7-32). No entanto, ao tomar a proposta de Ana Carolina dos Santos, pretendemos apenas contextualizar o momento em que Antonio Candido trabalhou no desenvolvimento da pesquisa e da escrita de “Os Parceiros do Rio Bonito”, bem como a sua associação àquele contexto acadêmico da sociologia da USP entre as décadas de 1950 e 1960.

⁴² Texto integrante da obra “Evolução Política do Brasil” (1953).

⁴³ Sobre a referência de Antonio Candido ao pensamento de Caio Prado, é importante indicar que em “Os Parceiros do Rio Bonito”, o sociólogo optou por fazer menção apenas aos textos publicados nos

O segundo grupo de obras e autores é composto por “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha, “Populações Meridionais do Brasil” (1920), de Francisco de Oliveira Vianna e “Conversas ao pé do fogo” (1921), de Cornélio Pires. O aspecto em comum entre essas três obras é o fato de os autores terem procurado interpretar temas ligados ao meio rural brasileiro por meio de ensaios interpretativos, ainda que suas abordagens tratem de coletividades camponesas lotadas em diferentes regiões do Brasil, adotando recortes temporais distintos. Partindo dessas diretrizes, passaremos a examinar o modo como Antonio Candido trabalhou na construção da categoria “caipira” com base nos debates empreendidos pelos autores e obras supracitados.

2.1 – O caipira como categoria social e o debate com o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior

Voltando a nossa atenção à maneira como Antonio Candido interpretou o processo de formação das sociedades caipiras, é central perceber como o sociólogo buscou bases na tradição dos ensaios interpretativos e na Historiografia. A primeira das três seções da obra foi denominada “I. A vida caipira tradicional”. Essa parte de “Os Parceiros do Rio Bonito” é composta por cinco capítulos, nos quais Candido explorou, de forma cuidadosa, uma série de elementos que compunham o caráter tradicional da vida caipira.

Candido tratou das questões remontando às origens do processo de povoação da região da Paulistânia, com base nas interpretações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão bandeirante, nos ensaios de Cornélio Pires sobre a sociedade e a cultura caipira e, por fim, na sua própria interpretação dos registros históricos produzidos por agentes coloniais portugueses e viajantes naturalistas que cruzaram os interiores do Brasil entre o final do século XVIII e o início do XIX.

Partindo dessas referências, Antonio Candido defendeu que a formação das sociedades caipiras pode ser compreendida como resultante do processo de sedentarização da expansão bandeirante. O sociólogo procurou evidenciar os principais

anos de 1953 e 1935, ainda que consideremos que a obra “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) detenha grande importância no plano dos debates relativos às origens rurais da sociedade brasileira, essencialmente em relação aos aspectos econômicos dos modelos de produção agrária praticados no Brasil entre a colônia e aquele momento presente, a partir do qual nos escreve o historiador.

aspectos responsáveis por aproximar as sociedades caipiras ao processo de expansão colonial português dos séculos XVI a XVIII e também a maneira como os traços originários da cultura indígena foram apropriados na conjuntura de formação sociocultural caipira. Para ilustrar o modo como Candido estabeleceu as diretrizes de seu estudo, é válido destacar um trecho no qual ressaltou a importância da interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, confirmando a sua já anunciada disposição de tomar a História como a “terceira dimensão” da pesquisa:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

O ponto de partida para compreender essa situação deve ser buscado na própria natureza do povoamento paulista, desde logo condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras. Do ponto de vista deste estudo, o bandeirismo pode ser compreendido de um lado, como vasto processo de invasão ecológica; de outro, como determinado tipo de sociabilidade, com suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrúpis. A linha geral desse processo foi determinada pelos tipos de ajustamento do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra; e só a análise desse processo pode dar elementos para compreender e definir a economia seminômade, que tanto marcou a dieta e o caráter do paulista.

Esta linha é estabelecida e seguida pelos estudos de Sérgio Buarque de Holanda – os mais sólidos e penetrantes sobre o ajustamento do colonizador ao meio físico na América. Neles, encontramos o que já se escreveu de mais seguro sobre os aspectos ecológicos da expansão paulista, abrangendo o desenvolvimento das técnicas de orientação, defesa, utilização do meio natural, tomadas ao indígena pelo conquistador. O seu estudo permite reconstruir o tipo de equilíbrio entre o grupo e o meio, característico da cultura tradicional do caipira, obtido pela elaboração original das heranças culturais que recebeu (CANDIDO, 2010, p. 44).

É com base nesse trecho que Antonio Candido realizou a primeira das muitas referências ao pensamento de Sérgio Buarque na obra. Quando o sociólogo indicou os estudos do historiador como “os mais sólidos e penetrantes sobre o ajustamento do colonizador ao meio físico na América”, salientou a importância dos temas tratados por Holanda na obra “Monções” (1945) e, especialmente, no texto “Índios e mamelucos na expansão paulista” – publicado pela primeira vez nos Anais do Museu Paulista, em 1949, e, posteriormente, integrado à obra “Caminhos e fronteiras”, no ano de 1954 (CANDIDO, 2010, p. 14).

Partindo das premissas de Sérgio Buarque, é importante observar como o pensamento do historiador paulista se tornou uma das principais bases no

desenvolvimento de “Os Parceiros do Rio Bonito”⁴⁴. No entanto, compreendemos ser essencial apontar para a preocupação de Holanda de analisar a maneira como se revelavam os traços de persistência da matriz rural na formação sociocultural brasileira, principalmente no terceiro capítulo da obra “Raízes do Brasil” (1936), intitulado “Herança Rural” (HOLANDA, 2016, p. 117-160). Em nossa interpretação, o principal objetivo de Sérgio Buarque no referido capítulo foi tratar da forma como o modelo de produção econômica, baseada na monocultura extensiva, auxiliou o estabelecimento de um regime político e social que caracterizou a sociedade, a cultura e a vida política brasileira. No trecho a seguir, é possível perceber uma das questões tratadas por Sérgio Buarque no referido texto:

Se, conforme opinião sustentada no capítulo anterior⁴⁵, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode-se dizer que tal situação não se modificou especialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.

Tão incontestado, em realidade, que muitos representantes da classe dos antigos senhores puderam, com frequência, dar-se ao luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso da nossa história. A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio que descansava esse prestígio, ou seja, o trabalho escravo (HOLANDA, 2016, p. 119-122).

Segundo a interpretação de Sérgio, a autoridade exercida pela aristocracia rural no meio social e político da formação brasileira teria sido responsável por formatar as

⁴⁴ Para sustentar a nossa proposta, é válido indicar a concepção defendida por Afrânio Garcia de que “Raízes do Brasil” (1936) e “Casa-grande & Senzala” (1933) devem ser consideradas obras centrais para os estudos acerca das raízes agrárias da formação nacional. Com base nessa afirmação, Garcia considerou que os pensamentos de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre foram essenciais por terem sido responsáveis pela exploração das “marcas da hierarquia constitutiva do grande domínio rural construído a partir da escravidão de populações africanas negras sobre a psicologia íntima dos brasileiros”. Como aspecto pontual do tratamento de Afrânio Garcia sobre as obras e autores anteriormente referenciados, é importante indicar a concepção do autor que destacou a diferença dos trabalhos de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. É lícito considerar que o primeiro ter-se-ia interessado pela interferência dessas relações sociais nascidas no meio rural, na vida pública e no comportamento político dos brasileiros, indicando como essas projeções das formas de sociabilidade representaram “um empecilho à construção de um Estado moderno e democrático” (GARCIA, 2008, p. 164).

⁴⁵ Aqui, Sérgio Buarque de Holanda faz referência aos temas tratados no capítulo “2. Trabalho & Aventura” (HOLANDA, 2016, p. 59-116).

relações de trabalho, produção e sociabilidade no país. Assim, nos pareceu apropriado examinar o modo como a interpretação de Candido do processo de transformação social caipira dialogou com suas análises. No entanto, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Candido não fez referência aos temas tratados por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”. Em sua análise, o sociólogo abordou o peso representado pela força econômica que teve origem no ímpeto modernizador do Estado Novo, sentida pelos pequenos e médios produtores do campo, devido à pressão econômica exercida no meio rural e, conseqüentemente, observada no seio das sociedades caipiras.

Nos pareceu razoável relacionar a interpretação de Sérgio Buarque sobre a formação dessa lógica social do campo à proposta de Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, na medida em que os principais agentes do processo de modernização brasileira no meio rural foram os grupos economicamente dominantes da estrutura agrária brasileira no século XX. Assim, a proposta desenvolvimentista do Estado brasileiro direcionou o meio produtivo agrário a um contexto de expansão, afetando o modelo tradicional de sociedade caipira, podendo, deste modo, ser assinalado como um dos fatores responsáveis pelo processo de desestabilização daquelas coletividades camponesas.

Integradas àquele contexto socioeconômico, as sociedades caipiras se viram obrigadas a alterar a sua relação com a produção, e, conseqüentemente, com seus meios de sobrevivência, na medida em que foram impelidas a vender sua força de trabalho à estrutura de produção rural, alinhada ao modelo de mercado voltado ao atendimento das exigências geradas pela nova dinâmica econômica produtiva brasileira do campo. Desse modo, a estabilidade das sociedades caipiras, antes balizadas por práticas de solidariedade vicinal, pela relação subjetiva com o tempo e, por isso, delineada por um modelo de produção desassociado do mercado produtivo e comercial, foi afetada pela nova estrutura de organização do trabalho, da produção e do tempo, propostos pelas novas diretrizes da economia agrária brasileira (FURTADO, 2007, p. 274-285; IANNI, 2004, p.192-255).

A fim de ilustrar a nossa compreensão sobre a possibilidade de associar a interpretação de Antonio Candido aos temas tratados por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”, tomamos como exemplo um trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito”, no qual o sociólogo interpretou esse processo de desestabilização social e econômico das

sociedades caipiras. Candido chamou atenção aos aspectos que configuraram o desajuste, por ele observado, entre o modelo de sociedade rústica caipira diante das transformações às quais aquelas sociedades se encontravam sujeitas:

Em verdade, esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura. Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso de sua posse, nunca legalizada; despojado de sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário.

(...) A cultura caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada (CANDIDO, 2010, p. 96-97).

Podemos perceber uma aproximação entre essa interpretação do autor e a concepção de que o cenário social e econômico do país afetou decisivamente aquele processo de transformação social. De forma sintética, Candido apontou alguns dos aspectos socioculturais, econômicos e políticos por ele compreendidos como fatores determinantes do processo de diluição do modelo de sociedade tradicional caipira⁴⁶.

Antonio Candido também tratou da concepção de Sérgio Buarque sobre o suposto “caráter provisório da aventura” bandeirante paulista⁴⁷. O sociólogo procurou confrontar a interpretação do historiador com temas tratados nas suas referências documentais. Para isso, analisou parte do documento intitulado “Diário da jornada, que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e

⁴⁶ Pela análise da breve passagem, é fundamental relembrar da concepção defendida por Candido no Prefácio da obra, quando destacou a importância de desenvolver uma análise sobre a transformação da estrutura social rural brasileira, tomando como base não somente os enunciados políticos e os dados estatísticos, mas, sobretudo, aspectos socioculturais do processo de transformação em questão (CANDIDO, 2013, p. 13).

⁴⁷ Ao tratar sobre o tema no artigo “Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda”, o historiador Thiago Lima Nicodemo afirmou como em “Os Parceiros do Rio Bonito” o “‘caráter’ ‘provisório da aventura’ (Candido, 2001, p. 48) permanece como forma de se colocar no mundo do caipira” (NICODEMO, 2017, p. 173). Desse modo, o autor tomou como base a sugestão de Luiz Carlos Jackson, por meio de sua afirmação de que “o resultado é uma sociedade que se transforma muito pouco no decorrer do tempo, e que recorre à tradição como recurso de ajustamento à nova situação (Jackson, 2002, p. 55)” (NICODEMO, 2017, p. 173).

desta até as Minas Anno 1717”⁴⁸, em conjunto com algumas questões abordadas nos textos memorialísticos dos viajantes naturalistas, que tratavam de temas ligados às sociedades camponesas:

A sociedade que se formou do século XVI ao XVIII na área paulista de expansão só pode ser compreendida à luz de reflexões como estas, que dão a chave das acomodações sucessivas por que passou aqui o colonizador, nas vicissitudes da sua intensa mobilidade. A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pela sua origem nômade. A combinação dos traços culturais indígenas portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. *Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura* [grifo nosso].

A sua casa (significativamente chamada *rancho* por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousadas no solo. Pobres cabanas de palha, algumas infestadas de baratas, encontrou por campos e vilas o conde de Assumar, em 1917, na sua longa jornada para Vila Rica; iguais às que se construíram no primeiro século da colônia, e às que os viajantes estrangeiros veriam cem anos depois (CANDIDO, 2010, p. 45).

No trecho destacado, Antonio Candido cruzou sua interpretação das representações do passado rural na Paulistânia, complementando a pretendida comparação entre tempos e meios de vida que caracterizavam sociedades camponesas registradas nos séculos anteriores pelas narrativas de outros viajantes naturalistas, tais como John Mawe (no ano de 1808), Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius (no ano de 1818). Utilizou também os escritos do agente colonial português Luis d’Alincourt, que, no ano de 1826, deixou suas impressões acerca das sociedades rurais povoadoras da região que coincide com aquela que Candido denominou como Paulistânia (CANDIDO, 2010, p. 45-46).

Podemos perceber a intenção de dialogar com a interpretação de Sérgio Buarque, mais especificamente no que diz respeito aos traços responsáveis por configurar a dinâmica da mobilidade bandeirante, a qual, para Holanda, apresentava, como traço marcante, a provisoriedade e a inconstância no processo de exploração do território (CANDIDO, 2010, p. 45). Thiago Lima Nicodemo, em artigo no qual tratou da relação intelectual tecida entre Sérgio Buarque e Antonio Candido, destacou que:

⁴⁸ Antonio Candido indica na obra que esse documento foi publicado no ano de 1939, no terceiro volume da Revista do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN), pela seguinte referência: “ANÔNIMO. DIÁRIO DA JORNADA, QUE FES O EXMO. SENHOR DOM PEDRO DESDE O RIO DE JANEIRO ATÉ A CIDADE DE SÃO PAULO E DESTA ATÉ AS MINAS ANNO 1717. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº3, 1939 *apud* CANDIDO, 2010, p. 320”.

A revisão de Raízes e sua reapropriação colaborativa não se pautam apenas por descontinuidade e apagamentos, mas sobretudo por um desejo de aprimoramento desta mesma ideia tão insistente: como formas nacionais nascem no descompasso entre a ordem burguesa e moderna que se instaura e a persistência de formas tradicionais resultantes de um longo processo de adaptação do europeu no Novo Mundo. Sob essa ótica, o bloco de textos que compreende Monções (1945) e Caminhos e fronteiras (1957) e a obra Parceiros do Rio Bonito (1964) se fundem num grande projeto, que se complementa, dedicado a compreender a interiorização do Brasil e suas resultantes culturais. Essa colaboração está muito longe de ser um segredo. Candido reconhece, diversas vezes, que a cultura caipira estudada no volume nada mais é do que a continuação e aprofundamento da cultura bandeirante analisada por Sérgio (Candido, 2001, p. 46-47, 276⁴⁹; Jackson, 2002, p. 53-55⁵⁰). Sérgio, por sua vez, reconhece que a ideia de unir os textos sobre a expansão paulista, em sua maioria escritos na segunda metade da década de 1940, em um volume, Caminhos e fronteiras, fora do amigo (Holanda, 1994, p. 15)⁵¹. Pensando na questão do recorte temporal, Caminhos e fronteiras trata da expansão paulista por caminhos terrestres, das entradas e das bandeiras, concentradas nos séculos XVI e XVII. Monções trata do processo de expansão a partir do planalto paulista, sobretudo pelas vias fluviais, ocorrido principalmente no século XVIII. Parceiros do Rio Bonito, enquanto estudo sociológico trata do problema no presente, mas recorre frequentemente ao passado, dando um lugar considerável para os relatos dos séculos XVIII e XIX (NICODEMO, 2017, p. 171-172).

As palavras de Nicodemo apontam sua compreensão das continuidades existentes entre as interpretações de Sérgio Buarque, nas obras “Monções” (1945) e “Caminhos e Fronteiras” (1957), e o texto de Antonio Candido aqui estudado. No entanto, para tratar da maneira como o sociólogo conjugou elementos em sua proposta de identificar o “caipira”, visto em sua condição de protagonista do processo de transformação estudado, é importante indicar que os propósitos dos dois autores apresentam distanciamentos fundamentados em dois aspectos principais: o primeiro e mais evidente deles é a distinção entre o preceito historiográfico de Sérgio Buarque, balizado pela busca de interpretar o processo de adaptação e desenvolvimento das técnicas de superação das dificuldades impostas pelo meio natural ao movimento de expansão bandeirante, e as diretrizes sociológicas da proposta de Candido, evidenciadas na análise do processo de transformação social caipira entre as décadas de 1940 e 1950.

⁴⁹ Por meio dessa referência, Nicodemo indica os momentos em que Antônio Candido consolida a sua referência nas obras de Sérgio Buarque de Holanda em “Os Parceiros do Rio Bonito” (CANDIDO, 2010).

⁵⁰ Aqui, Thiago Nicodemo faz referência ao livro “A tradição esquecida: os Parceiros do Rio Bonito e à sociologia de Antonio Candido” de Luiz Carlos Jackson (JACKSON, 2002, p. 53-55).

⁵¹ Por meio dessa referência, Thiago Nicodemo indicou a fala de Sérgio Buarque que embasa a sua perspectiva da defesa do caráter de continuidade entre as obras do historiador paulista e do sociólogo. No entanto, na parte dedicada às referências bibliográficas localizada no artigo de Nicodemo, não há nenhum texto que confere com a data “1994”, indicada pelo autor. Desse modo, acreditamos ter havido um equívoco na referência de Thiago Nicodemo, que, provavelmente, procurou fazer referência à 3ª edição da obra “Caminhos e Fronteiras”, publicada pela Editora Companhia das Letras no ano de 1995 (HOLANDA, 1995; NICODEMO, 2017, p. 178).

O segundo ponto de distanciamento entre o pensamento dos dois autores é o fato de que, em suas obras, Sérgio Buarque de Holanda tratou, principalmente, do processo de expansão bandeirante entre os séculos XVI e XVII. Dessa forma, o historiador explorou o modo como a ação bandeirante impulsionou o povoamento de uma vasta região do território brasileiro, que abrange aquela denominada pelo sociólogo como Paulistânia. Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Candido analisou o processo histórico de formação e posterior transformação das sociedades caipiras, interpretando a conjuntura responsável por permitir o surgimento de uma nova categoria social, por ele considerada como uma “subcultura” atrelada ao tronco sociocultural português (CANDIDO, 2010, p. 43).

Thiago Nicodemo defendeu que as interpretações de Sérgio do “bandeirante” e de Candido do “caipira” podem ser compreendidas como “representações da mesma figura em planos temporais distintos”. Partindo dessa premissa, os dois grupos sociais podem ser identificados como parte da população pobre do campo, à procura de adaptação e conseqüente desenvolvimento de técnicas e meios básicos de sobrevivência de seus grupos. Segundo Nicodemo, Sérgio Buarque defendeu que essa busca pela superação das dificuldades ocorreu no aprendizado sobre como se guiar e se comportar na mata diante das rudes vias de comunicação abertas pelos naturais do país (Holanda, 2000, p. 16) ou nos rios, graças às técnicas de navegação e tecnologia de construção dos próprios barcos⁵² (NICODEMO, 2017, p. 172). Deste modo, o historiador defendeu que:

Em todos os casos, o uso dos recursos nativos não se dá sem a “recuperação do legado europeu e amálgama de tradições que resulta em algo novo” (Wegner, 2000, p. 161 *apud* NICODEMO, 2017, p. 172); ou nas palavras de Candido, “a combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta” (Candido, 2001, p. 48 *apud* NICODEMO, 2017, p. 172).

Concordamos com a perspectiva de Nicodemo sobre a existência de aproximações entre os pontos de partida das interpretações propostas por Sérgio Buarque e Antonio Candido. No entanto, é fundamental considerar que, apesar das

⁵² Sobre essa afirmação de Thiago Nicodemo, é importante lembrar que o autor faz aqui referência aos dois trabalhos de Sérgio Buarque. Primeiramente ele se refere ao desenvolvimento de técnicas de exploração do continente pelas vias fluviais em relação aos temas tratados pelo autor na obra “Monções” (1945). A segunda referência tange ao desenvolvimento de técnicas de orientação nas matas e “rudes vias de comunicação”, aos temas tratados por Sérgio Buarque na obra “Caminhos e Fronteiras” (1957) (NICODEMO, 2017, p. 172).

evidentes aproximações entre as linhas reflexivas dos dois autores, as narrativas de Buarque e Candido apresentam distinções fundadas no modo como cada um deles esboçou a sua compreensão das conjunturas histórico-sociais protagonizadas pelas sociedades bandeirantes e pelas sociedades caipiras.

Partindo desta proposta, podemos afirmar que, tanto em “Monções” (1945) como em “Caminhos e fronteiras” (1957), Sérgio Buarque se preocupou, majoritariamente, em interpretar o esforço bandeirante de superar as dificuldades impostas pelo meio natural, enquanto a interpretação de Candido tratou da melhor capacidade de ambientação dos caipiras diante das difíceis condições por eles encontradas no meio natural. Ao buscar diálogo com a interpretação de Thiago Nicodemo, não estamos à procura de relativizar a importância das interpretações de Sérgio Buarque sobre a expansão paulista, considerando, sobretudo, o impacto positivo causado pelo pensamento do historiador paulista nos debates sobre a formação histórico-social da sociedade e da cultura brasileira. Por meio das questões tratadas em “Os parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido propôs uma leitura renovada sobre a formação histórica de um determinado grupo social, que, até meados da década de 1950, não contava com uma análise aprofundada do seu processo de formação histórica e social. Desse modo, é válido destacar um trecho da obra que apresenta a compreensão de Antonio Candido da distinção entre bandeirantes e caipiras:

É preciso indicar, neste passo, que agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posses; sobretudo estas, que abriram para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. A posse, mais ou menos formal, ou a ocupação, pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais. *Vida de bandeirante atrofiado, sem miragens, concentrada em torno dos problemas de manutenção dum equilíbrio mínimo entre o grupo social e o meio* [grifo nosso] (CANDIDO, 2010, p. 56).

Assim como existem continuidades entre as interpretações dos dois autores, podemos perceber que o sociólogo dissociou a figura do bandeirante e tudo que a envolve do modelo de sociedade e de cultura religiosa e material apresentado pelas coletividades caipiras. Candido explicitou a sua compreensão de que as sociedades caipiras apresentavam, como traço marcante da sua forma de vida, a substituição do ímpeto expansionista legado pelos bandeirantes pela maior capacidade de adaptação ao meio natural. Com base nessa concepção, é possível compreender melhor os motivos

que levaram o sociólogo a dissociar as atuações daqueles dois grupos sociais, considerando a sua sugestão de que, dentro das condições objetivas de manutenção dos meios de vida entre os séculos XIX e parte do XX, o caipira teria levado uma vida de “bandeirante atrofiado” (CANDIDO, 2010, p. 56).

A interpretação de Candido sugeriu que a formação das sociedades caipiras teria apresentado, como uma de suas características centrais, a maior disposição ao sincretismo social e cultural, pautado na absorção de traços das tradições culturais europeias e ameríndias. Desse modo, se, por um lado, é possível afirmar que Candido pautou a sua análise em um dos aspectos centrais da interpretação de Sérgio Buarque, por outro, esta reflexão sobre a apropriação de Candido do pensamento do historiador paulista nos permite afirmar que a sua interpretação apresentou, até certo ponto, um viés inovador. Podemos indicar, por exemplo, a compreensão de Candido de que a formação histórica das sociedades caipiras poderia ser compreendida como responsável pelo surgimento de uma “subcultura” que, ligada à tradição portuguesa, teve base no processo de sedentarização do processo de expansão bandeirante, em confluência com o processo de sincretização dos traços socioculturais indígenas. Com base nesses determinantes socioculturais, as sociedades caipiras teriam se desenvolvido de maneira compartimentada, fundamentadas em uma divisão social e econômica fechada sobre si mesma, que apresentaria reduzida necessidade de contato com o meio social e econômico circundante⁵³ (CANDIDO, 2010, p. 43-44; 55-56).

Segundo Candido, essa estrutura de relativa independência econômica das sociedades caipiras foi um dos principais aspectos responsáveis pelo desenvolvimento de lógicas próprias de sociabilidade, apoiadas em relações de solidariedade vicinal - a exemplo do mutirão -, de produção agrária familiar, bem como o desenvolvimento de formas de expressão cultural e religiosa singulares. Desse modo, é importante apontar que, nas obras “Monções” (1945) e “Caminhos e fronteiras” (1957)⁵⁴, Sérgio Buarque de Holanda não tratou do processo de formação das sociedades *caipiras*, mas sim sobre

⁵³ Sobre este aspecto, vale lembrar os momentos de “Os Parceiros do Rio Bonito” em que Antonio Candido analisou a forma como as sociedades caipiras, foram, aos poucos, aderindo a um modelo de maior contato com as vilas e cidades próximas às suas povoações, em substituição à prática do passado de somente ir à povoação mais próxima com o objetivo de obter produtos inacessíveis no meio rural. Nesse sentido, o autor destaca o sal como um dos elementos que exigiam o constante contato entre caipiras e centros comerciais mais próximos, como tratado pelo sociólogo no capítulo “1. Rusticidade e economia fechada” e também no capítulo “10. Obtenção dos alimentos” (CANDIDO, 2010, p. 43-58; 159-172).

⁵⁴ Considerando sempre que a referência de Antonio Candido em sua obra é ao artigo “Índios e mamelucos na expansão paulista” (1949), incorporado em 1957 à obra “Caminhos e Fronteiras”.

o processo de expansão bandeirante, e de como esse movimento auxiliou o processo de exploração e conseqüente povoação de uma determinada porção do território colonial luso⁵⁵. Com base nas questões tratadas, acreditamos ser possível afirmar que as contribuições de Sérgio Buarque ao pensamento de Antonio Candido apresentam limites, circunscritos pela interpretação do historiador sobre o processo de assimilação cultural e do enquadramento dos bandeirantes ao meio colonial (HOLANDA, 2014a, p. 41-154).

Podemos considerar também os aspectos tratados por Caio Prado Junior, principalmente a sua análise de temas ligados à formação social e econômica do campo. Esse debate empreendido pelo historiador marxista tem fundamento na sua proposta de analisar o processo de formação social, histórica e econômica do país, a exemplo dos debates empreendidos nas obras “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) e “Evolução Política do Brasil” (1933).

Dentre as muitas questões abordadas por Caio Prado, é nosso interesse tratar, principalmente, da sua defesa da existência de dois setores heterogêneos na estrutura socioeconômica brasileira: um setor orgânico e outro inorgânico. Maria Isaura Pereira de Queiroz atribuiu ao historiador marxista a condição de um dos precursores do tratamento de temas ligados às parcelas intermediárias do campesinato brasileiro. Desse modo, Queiroz definiu Caio Prado como “o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro” às camadas sociais que não poderiam ser configuradas “nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem-terra” (DE QUEIROZ, 1976, p. 11).

Os eixos de análises de “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) parecem próximos dos temas tratados por Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Prado

⁵⁵ Ainda sobre essa breve referência à obra “Monções” (1945), podemos indicar os próprios títulos das seções em que o livro se encontra dividido como exemplos dos temas tratados pelo historiador paulista. Na última edição da obra, publicada no ano de 2014, encontramos os seguintes textos, intitulados como “1. Os caminhos do sertão”; “2. O transporte fluvial”; “3. Ouro”; “4. Sertanistas e mareantes”; “5. As estradas móveis”; “6. Comércio de Cuiabá” (HOLANDA, 2014a, p. 41-154). Assim, nesse trabalho, Holanda procura interpretar parte do processo de expansão colonial, centrando a atenção essencialmente nos desdobramentos dessa ação, pela análise das formas como as expedições bandeirantes desenvolveram técnica e culturalmente a sua caminhada em busca das riquezas minerais, tomando como base um recorte cronológico que se estende dos séculos XVII até o processo de exploração de parte da atual região Centro-oeste do Brasil.

Junior defendeu a existência dos setores “orgânicos” e “inorgânicos”⁵⁶ na estrutura socioeconômica brasileira, que estiveram presentes entre o período colonial e as décadas iniciais do século XX⁵⁷. Segundo Caio Prado:

Para constatar o acerto da observação, basta-nos comparar os setores da vida colonial em que respectivamente domina uma e outra forma de trabalho, escravo ou livre. À organização do primeiro, à sua sólida e acabada estruturação e coesão, corresponderá a dispersão e incoerência do outro. Vimos estes dois aspectos da sociedade colonial: de um lado, o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o ‘clã’ patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas, em parcelas pequenas, a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam (PRADO JR, 2011b, p. 363).

Ao propor a existência de um grupo social específico na estrutura brasileira, Antonio Candido parece ter estabelecido uma linha de raciocínio próxima àquela defendida pelo historiador marxista. Esta opção indica sua busca de compreender como as sociedades caipiras - formadas entre os séculos XVIII e XIX - adotaram um modelo de relativo distanciamento dos demais dispositivos estruturais da economia e da sociedade brasileira, sobretudo, entre os séculos XVIII e as primeiras décadas do XX.

Algumas questões tratadas por Candido em sua obra permitem pensar sobre esse eixo de interpretação adotado pelo sociólogo. Maria Odila Leite Silva Dias identificou a

⁵⁶ Para uma análise mais aprofundada da obra de Caio Prado Jr., bem como a melhor exploração da maneira como o autor formula a sua teoria sobre a existência e a dinâmica com que ele relaciona os setores “orgânicos” e “inorgânicos” na formação social e econômica brasileira, sugerimos a leitura dos seguintes textos: primeiramente, o artigo “Impasses do inorgânico”, da historiadora Maria Odila da Silva Dias, que pode ser considerado como um texto clássico sobre o tema na historiografia brasileira (DIAS, 1989, p. 377-405). Como base complementar do pensamento de Dias, indicamos o texto “Setores orgânico e inorgânico na formação social brasileira em Caio Prado Jr”, de Evelyne Pereira e Milena Fernandes (PEREIRA; FERNANDES, 2016, p. 29-62).

⁵⁷ Esse aspecto, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, foi o fator responsável por caracterizar o pensamento do autor como uma proposta que defendeu a descontinuidade na análise da formação socioeconômica brasileira. Essa análise baseada na concepção de Caio Prado negou a importação ou aplicação pura e simples do modelo europeu de relação de trabalho e produção nos estudos sobre a formação brasileira. Segundo a autora, autora: “Ainda imperava entre os marxistas um arcabouço conceitual e teórico da época stalinista, privilegiando a ortodoxia de esquemas abstratos para reforçar um determinismo econômico claro, central, uno e universal. Já em 1933, ousava Caio Prado Júnior, como um aspirante ao partido comunista, sugerir mudanças no modo como se interpretava o processo histórico brasileiro. Contrariava a tese da linearidade das etapas de formação do capitalismo na Europa, ao afirmar que o feudalismo não deixou traço algum de relevo na formação histórica do Brasil (DIAS, 1989, p.379). Para sustentar a sua interpretação do pensamento de Caio Prado, Maria Odila da Silva Dias destacou um trecho de “Evolução política do Brasil”: “A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu” (PRADO JUNIOR, *Evolução política do Brasil*, 1933, p. 16 *apud* DIAS, 1989, p. 379).

diretriz proposta por Caio Prado como fundada em uma base estruturalista, amparada em diretrizes marxistas, aspecto que, reconhecidamente, caracteriza seu pensamento:

O incontestável predomínio da empresa capitalista da grande lavoura, absorvendo a pequena propriedade, impedia que rendeiros, pequenos proprietários de gleba e agregados chegassem a constituir uma classe social distinta. Desclassificados sociais, contidos pelas forças de dominação da sociedade colonial, não chegaram a se organizar economicamente, nem a reivindicar sua cidadania.

Uma tensão estrutural básica inspirou o plano do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde o autor descreveu dois núcleos opostos da sociedade colonial: o núcleo orgânico do sistema colonial de produção propriamente dito, localizado na grande lavoura escravista do litoral e sua periferia inorgânica, continuamente engrossada em número pelo crescimento vegetativo da população, que se espalhava pelo imenso território, propiciando o povoamento do interior do país e garantindo a sua articulação sempre na dependência da grande lavoura. “Daí a sua insustentabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos”⁵⁸. Nestes capítulos prepondera a leitura da desordem enquanto sentido fundamental da nossa história colonial. Ao identificar, nos setores marginalizados da população, as origens do futuro proletariado nacional, antecipou e trabalhou como pioneiro as teorias do subdesenvolvimento e da dependência.

As vicissitudes do inorgânico, as forças sociais de aparente fragmentação e subordinação da sociedade colonial aparecem como fulcro central da elaboração do autor – processo necessariamente árduo e difícil de formação da nacionalidade que nasce de um antagonismo básico (DIAS, 1989, p. 380).

Ao tratar das transformações das sociedades caipiras, Antonio Candido procurou compreender de que forma aquelas coletividades estabeleceram, no curso de sua história, modelos tradicionais de desenvolvimento das atividades produtivas. Inicialmente, Candido considerou essas práticas como instrumentos de garantia dos “mínimos vitais” necessários ao equilíbrio social e econômico caipira para, posteriormente, nas seções “II. A Situação Presente” e “III. Análise da Mudança”, tratar da maneira como as transformações no meio rural brasileiro no século XX afetavam o formato tradicional das sociedades caipiras. Em conjunto, esses fatores exigiam daqueles agentes sociais a tentativa de absorver determinados padrões de produção e relação com o tempo, que afetavam as suas formas de sociabilidade e de manifestação cultural e religiosa. Paralelamente, Candido também refletiu sobre a busca de adequação pelos caipiras às necessidades das suas sociedades, quando estes trabalhavam em suas pequenas propriedades, conjugando essa tarefa com a prestação de serviços. É o que ocorria por meio da modalidade de “parceria”, firmada com os proprietários das unidades atreladas ao modelo de grande produção agrária.

⁵⁸ PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*, 1933, p. 67 *apud* DIAS, 1989, p. 380.

Assim, em diferentes momentos de “Os Parceiros do Rio Bonito”, é possível encontrar traços da análise de Candido que se aproximam do conceito de “sociedade inorgânica”, de Caio Prado Junior. Podemos tomar como exemplo a análise do sociólogo sobre o modo como as sociedades caipiras se encontravam em um contexto de reestruturação da relação com as técnicas produtivas, com as suas atividades sociais e culturais, e, sobretudo, com a temporalidade. Para isso, podemos tomar como exemplo as questões tratadas por Candido no capítulo intitulado “8. Os Trabalhos e os dias”, no qual o sociólogo tratou dos aspectos que ilustravam o processo de transformação social em curso nas sociedades caipiras. Candido justificou sua opção por tomar os bairros rurais localizados no território da Fazenda Bela Aliança como exemplos ideais a serem analisados, principalmente pelo que a história recente daquelas coletividades camponesas e também daquela unidade agrária apresentavam de elementos ilustrativos do processo de transformação da lógica produtiva e econômica rural brasileira:

A noroeste da sede do município estendem-se, entre outros, os bairros da Roseira e do Morro Grande. A fazenda se situa em ambos, tendo no primeiro a maioria das suas terras, que tocam a noroeste o bairro das Três Pedras. É uma grande propriedade de 1.700 hectares, mais de 700 alqueires paulistas, fundada no século XIX e tendo sido grande produtora de café. No alto do tabuleiro do Morro, moravam os escravos, depois colonos pretos; no nível da sede, os empregados brancos, portugueses na maioria. A casa da fazenda era bem traçada e nobre, embora sem grandes dimensões comuns no tempo; as benfeitorias, excelentes, destacando-se um conduto de pedra, por meio do qual o café, colhido no tabuleiro, deveria escorrer até a sede, para daí ser transportado em cargueiros até Piramboia. Não ficou terminado, pois a crise de 1902, afetando todo o município, marca o fim do período áureo da fazenda. Vendida depois da geada de 1918, decaiu cada vez mais. Depois da crise de 1928 passou às mãos de um credor, que a possui ainda hoje, mas não a dirigiu, nem a ela se dedicou até 1948, pois seus interesses comerciais estão em São Paulo. Nesta data, a direção foi confiada a um de seus filhos, graças ao qual pude residir entre os moradores, e lá voltar em 1954.

Esta série de fatores – crises, quebras, abandono – ligados ao movimento geral da involução agrícola no município, determinou a situação peculiar, que estimulou a elaboração deste estudo. Com efeito, houve na fazenda, um período de meio século transformações econômicas, técnicas e culturais, que a tornaram campo excepcional para pesquisar as mudanças que vem sofrendo a vida tradicional caipira. Conheceu o trabalho escravo, o colonato de pretos livres e imigrantes portugueses. Mas a partir de 1918 deixou propriamente de ser fazenda, isto é, propriedade administrada em que o proprietário explora este ou aquele ramo de atividade agrícola ou pecuária, para se tornar um conjunto de glebas dadas em parceria, sob a sua vigilância distante. Pretos e portugueses deixaram o cenário, preenchido por *aforantes* caipiras (CANDIDO, 2010, p. 131-132).

Percebe-se a proximidade com a interpretação de Caio Prado Júnior. A conceituação do setor inorgânico sugerida pelo historiador marxista se assemelha à interpretação de Candido da condição em que se encontravam as sociedades caipiras

que habitavam os arredores da Fazenda Bela Aliança. Afinal, a forma como Caio Prado caracterizou aqueles integrantes dos setores inorgânicos da sociedade brasileira indica a sua compreensão sobre agentes sociais, por ele identificados como marginais diante da estrutura de produção econômica.

Após apresentar o contexto no qual se encontravam estabilizadas as relações entre “aforantes caipiras” e o proprietário da Fazenda Bela Aliança, Antonio Candido esboçou a estrutura mínima conformada pelas habitações caipiras. O sociólogo afirmou que, anexa a cada moradia caipira, existiam locações importantes ao desenvolvimento de atividades diárias regulares, a exemplo da criação de aves e suínos, bem como espaços reservados ao armazenamento de cereais, sobretudo o milho, indicado pelo sociólogo como elemento central na composição da dieta caipira. Aliado a isso, o forno de barro à lenha, essencial à produção de alimentos, também foi considerado fator relevante na nutrição das comunidades caipiras. O autor chamou a atenção ao fato de que a vida daquelas sociedades “se pautou e ainda se pauta, pelo ritmo da agricultura de semisubsistência” (CANDIDO, 2010, p. 133). Desse modo, defendeu que as culturas basilares da alimentação caipira eram o feijão, o arroz e o milho, complementados pelo consumo da mandioca e, raramente, de batata inglesa e amendoim (CANDIDO, 2010, p. 133-134). Com base nessas indicações, o sociólogo dispôs de uma série de dados que integravam as possibilidades de produção dos agricultores caipiras, determinando as alterações relativas à disponibilidade daqueles agentes em laborar seus espaços agricultáveis.

Por meio de todos esses dados e interpretações é que Antonio Candido apresentou a sua compreensão do modelo de vida e de sociedade em voga no recorte espaço-temporal tomado como objeto de análise. Após explorar todas essas questões, Candido tratou da maneira como compreendeu se encontrar o processo de diluição de determinados traços característicos daquelas sociedades rurais. Com base nesses dados, o sociólogo analisou como o processo de integração daquelas sociedades ao modelo de produção estabilizado na parceria entre donos das terras e caipiras aforantes podia ser indicado como um fator diretamente responsável por parte das alterações observadas no modo de vida das sociedades caipiras em processo de transformação social. Candido examinou o modo como esses novos modelos de produção e obtenção de víveres, que os caipiras eram impelidos a adotar, encontravam-se, em parte, desalinhados ao costume tradicional. É importante atentar, mais uma vez, às palavras do sociólogo, pois elas

manifestam a sua interpretação daquele contexto e dos fatores que possibilitam a indicação de conexões com a interpretação de Caio Prado Junior sobre a conformação dos setores inorgânicos da sociedade brasileira:

A fim de obter os resultados expostos, o parceiro deve obedecer a um certo ritmo de trabalho, inscrito nas diferentes unidades de tempo - que são para ele o dia, a semana e o ano agrícola. Para o operário urbano, com a jornada fixa, a hora e frequentemente o minuto assumem relevo marcado, indicando rendimento imediato de esforço e os elementos temporais em que se decompõem uma operação. Não é assim para o trabalhador rural, que *lavora* de sol a sol, e cujas tarefas se completam em períodos mais longos, só se perfazendo, na verdade, segundo o ciclo germinativo.

Para o colono ou o assalariado, o mês é unidade fundamental, que regula o recebimento do dinheiro; mas não para o *aforante*, cujas contas se fecham ao cabo do ano agrícola, e para quem os trinta dias nada significam. O ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela “revolução da lua”, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e o contacto com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. A vida caipira é fechada sobre si mesma, como a vida destas. A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-a a resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas (CANDIDO, 2010, p. 139-140).

Para fundamentar a sua análise da relação homem/natureza, com base nas suas experiências etnográficas, Candido buscou, mais uma vez, o argumento do historiador. Dessa vez, o sociólogo recorreu ao pensamento de Fernand Braudel, sobretudo no tratamento dado pelo historiador dos *Annales* ao regime de circularidade da história, que aponta para a relação dos homens com os ciclos repetitivos ou, nas palavras de Braudel, “ciclos ininterruptamente recomeçados” (BRAUDEL, 1949, p. XIII *apud* CANDIDO, 2010, p. 140).

Candido objetivou associar o modelo de sociedade rústica caipira às análises do historiador francês, levando em conta a percepção e uso do tempo pelos homens franceses na passagem do século XII para o XIII. Assim, Candido procurou delinear a forma como compreendia a ocorrência do processo de alteração das relações de produção e o tempo de dedicação dos caipiras às atividades produtivas. Podemos complementar a análise pelo destaque à forma como essas transformações teriam afetado as atividades diárias daqueles homens rurais, bem como os seus momentos de lazer ou de manifestação religiosa:

A semana tem papel marcante no lazer, na recreação, nos contactos sociais, nas relações comerciais. O parceiro e o sitiante, nos períodos de menos trabalho, costumam dispor não apenas do domingo, mas do sábado, no todo ou em parte, para as idas ao povoado – a compras, transações, ou simples passeio. Nestes dias têm lugar as festas, nas capelas ou nas casas; as visitas

de bairro a bairro; as recreações locais, como o jogo de malha, a caça e a pesca. (CANDIDO, 2010, p.140-141).

Após estas reflexões, trataremos das relações entre o pensamento de Candido e de outros autores que também estudaram temas correlatos ao modelo de sociedade rural na formação histórica e social do país.

2.2 – Antonio Candido, Cornélio Pires, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna: apropriações, recusas e debates na construção de uma categoria social

Trataremos agora do modo como Candido buscou fundamentos de análise em outros autores que investigaram processos e contextos sociais específicos ligados ao mundo rural brasileiro. Dentre essas referências constam documentos históricos, representações historiográficas, literárias e dos ensaios interpretativos. É fundamental abordar a importância das obras de Cornélio Pires, pois elas oferecem importantes elementos à interpretação de Candido da formação histórica e do processo de transformação social caipira.

Antonio Candido deu grande importância à maneira como Pires representou os traços étnicos formadores das sociedades camponesas⁵⁹, o desenvolvimento de técnicas específicas de coleta de gêneros alimentícios e matérias primas pelos caipiras no meio natural⁶⁰, a prática da caça e da coleta como elementos centrais no modelo de sociedade caipira tradicional⁶¹, e, por fim, o exame minucioso das tradições alimentares dos caipiras. Para ilustrar o pensamento de Cornélio Pires, destacamos um trecho do capítulo 2, “Alimentação e recursos alimentares”, no qual Candido explorou o modo como se encontravam estabelecidas as técnicas de obtenção alimentar por aquelas sociedades rurais da Paulistânia. Para isso, Candido se amparou no texto “Alimentação

⁵⁹ Este debate foi realizado por Cornélio Pires no texto inaugural de “Conversas ao pé do fogo” (1921), quando o autor procurou estabelecer diferenças étnico-raciais entre caipiras “brancos” e “mestiços” e o conseqüente peso destas questões nas relações sociais do grupo (PIRES, 2002, p. 20-22).

⁶⁰ Técnicas de coleta estas que foram indicadas por Antonio Candido como fundamentais à manutenção do modelo de sociedade “semifechada” caipira, essencialmente pelo que esta técnica possibilitava à fabricação de ferramentas de trabalho, objetos de uso rotineiro e substâncias - como a pólvora caipira -, que são indicadas pelo sociólogo como basilares na estrutura cultural e de produção das sociedades caipiras (CANDIDO, 2010, p. 207-208).

⁶¹ A qual Candido defendeu ser um dos aspectos centrais na relação entre a sociedade caipira e o meio natural, além de ser um dos traços que evidencia a incorporação de aspectos ligados aos costumes indígenas pelas sociedades caipiras (CANDIDO, 2010, p. 159-172).

dos roceiros” (PIRES, 2002, p. 79-82), que integra a obra “Conversas ao pé do fogo” (1921):

Só poderemos, todavia, compreender de que modo esta dieta representava uma fórmula viável de sobrevivência dos grupos, se indicarmos o seu complemento: coleta, caça, pesca.

A coleta se dirigia principalmente às frutas, do mato e do campo, e aos palmitos, não apenas o doce (*Euterpe edulis* M.), como, em falta dele, o amargo, guariroba (*Cocus oleracea* Mart.) – acarretando a morte das admiráveis palmeiras de que são os gomos vegetativos. Das frutas de mato, a jabuticaba é por antonomásia a *fruta*, sempre pronunciada *fruta* e preferida a todas as outras. Ao lado dela, maracujás, araticuns, ou araticuns e similares, goiabas, jaracatiás, pitangas e, sobretudo, as bananas. Dentre as do campo, o juá manso, o gravatá, ou caraguatá, que se come assado, os mamões, etc.

A atividade caipira por excelência era todavia a caça, através da qual se obtinha quase toda a ração cárnea. Com efeito, nas expressões de dois velhos informantes, “já se caçava de propósito” (isto é: com o intuito de obter comida); e “tinha caboclo que envelhecia sem conhecer açougue”.

Nela se desenvolvia a extraordinária capacidade de ajustamento ao meio, herdadas do índio: conhecimento minucioso dos hábitos dos animais, técnicas precisas de captura e morte. Caça principal no mato era o macuco e os nhambus ou inambus (várias espécies do gênero *Crypturus*), dentre as aves; dentre os mamíferos, pacas, cutias, quatis, porcos-do-mato, de que há espécie menor cateto ou caititu, e a maior, queixada. A capivara se encontra à beira d’água.

No campo, brejo e lagoa, dentre as aves: perdiz e codorna; saracuras frangos-d’água, marrecas, patos, etc. Dos mamíferos, principalmente os veados, de caça trabalhosa: campeiro, catingueiro, mateiro, galheiro. Mais acessíveis, o lagarto ou teiú e os tatus, principalmente tatuê, ou tatu-galinha (CANDIDO, 2010, p. 67-68).

Como se pode notar, Candido toma referências nas análises de Pires, a fim de ilustrar parte dos elementos ofertados pelo meio natural circundante, apropriados pelas sociedades caipiras com base nas práticas da coleta, da caça e da pesca. Ao mesmo tempo, pautou-se nas diretrizes sociológicas e no conhecimento sobre o bioma das regiões povoadas pelas sociedades caipiras. Para isso, baseou-se na obra “Botânica e agricultura no Brasil” (1937), de Frederico Carlos Hoehne (HOEHNE, 1937).

O autor complementou essa perspectiva de análise com base no conhecimento adquirido pelo seu contato com as tradições orais caipiras, expressas pela transcrição da linguagem oral, examinando o modo como aqueles homens rurais pronunciavam alguns dos nomes de animais e plantas comuns às suas vivências. Com isso, se aproximou das interpretações ensaísticas de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Assim como aqueles autores, Candido também transitou entre a linguagem formal e expressões coloquiais – traço esse, muitas vezes, associado à tradição dos ensaios sócio-históricos brasileiros, da qual Euclides e Freyre são reconhecidamente tributários.

As referências de Candido à literatura de Cornélio Pires se estendem ao longo de todo “Os Parceiros do Rio Bonito”, com destaque para os momentos em que o sociólogo descreveu e analisou aspectos que singularizariam as sociedades caipiras. Esses apontamentos tiveram o objetivo de balizar a análise do processo de transformação sociocultural e econômico enfrentado pelos camponeses da Paulistânia.

Essa intenção de Candido de se aproximar, cuidadosamente, dos traços conformadores da cultura caipira pode ser justificada com base na sua defesa de uma investigação que deveria se preocupar, ao máximo, em explorar temas ligados às mudanças observadas naquele meio social, por meio da análise dos aspectos socioculturais. Isso, segundo o autor, principalmente por conta dos aspectos inacessíveis ao estudo apenas dos “enunciados políticos, ou pelas investigações especializadas econômicas e agrônomicas” (CANDIDO, 2010, p. 13). Em conjunto, esses aspectos podem ser indicados como responsáveis por justificarem o interesse do sociólogo no estudo da cultura e da sociabilidade caipira em suas particularidades.

É importante abordar alguns fragmentos de “Os Parceiros do Rio Bonito” nos quais Antonio Candido ilustrou aspectos centrais da cultura caipira com base nas narrativas literárias e ensaísticas de Pires. A primeira dessas várias referências ocorreu ainda na Introdução da obra. Candido buscou, no pensamento do folclorista tietense, a base para tratar de aspectos relativos à heterogeneidade étnica da formação social daquelas coletividades. Com base na narrativa de Pires, Candido defendeu não haver, de forma flagrante, aspectos de distinção étnico-racial na formação social caipira. Assim o sociólogo interpretou que, em “Conversas ao pé do fogo” (1921), Pires apontou para a existência do “caipira branco”, do “caipira caboclo”, do “caipira preto” e do “caipira mulato”. Com base nessa possível separação sugerida por Cornélio Pires, o sociólogo defendeu ser essa “a maneira justa de usar os termos”. Segundo ele, essa diversidade de nomenclaturas ou classificações étnicas dizia respeito à “acentuada incorporação de diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo”, que o sociólogo identificou como de “*acaipiramento*, ou *acaipiração*”, responsável, segundo ele, por, de fato, *integrar* aquelas sociedades “num conjunto bastante homogêneo” (CANDIDO, 2010, p. 27).

Acreditamos que as palavras de Pires, em certo sentido, contrariam a interpretação de Candido, na medida em que, nos quatro textos nos quais o folclorista

esboçou sua compreensão sobre a coexistência de diferentes matrizes étnicas na conformação social caipira, é clara sua visão acerca da heterogeneidade étnica das populações rurais povoadoras da Paulistânia. Essa percepção de Pires se mostra candente quando ele especificou o grupo dos “caipiras brancos”, preconizando a ideia de que eles podiam ser identificados como os de “melhor estirpe; meia mescla, descendentes de estrangeiros brancos...” (PIRES, 2002, p. 22). Cornélio Pires continua esta tipificação do “caipira branco” da seguinte forma:

(...) gente que possa destrinçar a genealogia da família até o seu trisavô, confirmando pelo procedimento o nome e a boa fama dos seus genitores e progenitores. Podem ser alvos, morenos ou trigueiros... São brancos. Descendem geralmente dos primeiros povoadores, fidalgos ou nobres decaídos de suas pompas, ou de brancos europeus atraídos para a nossa terra pela árvore das patacas e que, nos sertões de então, fecundos latinos, deixaram sua descendência. A média de filhos do caipira branco é de 8, e ele consegue criá-los. São esses os caipiras reclamadores de escolas. Seus filhos, engarupados no *pangaré*, freqüentam aulas na cidade a uma e mais léguas de distância, quando não há escola no bairro. Por mais pobres que sejam, com seus cobrinhos, suas terras, porque eles são sempre proprietários, podem andar remendados, mas andam limpos. Usam chinélos de liga ou *cara de gato*, sapatões de vaqueta branca-amarelada (sic) ou botinas de elástico, pés não muito grandes, porém altos; barba abundante e os lóbulos das orelhas gordos e desatacados das faces. Não dispensam o paletó (sic), não usam colete, não passam sem um lenço amarrado ao pescoço; chapéu de pano, calça de riscado, e uma boa cinta de couro curtido, *couro de sapateiro*, como dizem eles (PIRES, 2002, p. 22).

Mais adiante, após a proposição de uma configuração dos traços marcantes dos “caipiras brancos”, Cornélio Pires realizou uma interpretação similar, relativa aos traços conformadores dos grupos de “caipiras caboclos”, “caipiras pretos” e “caipiras mulatos”. Quando destacou os traços formadores dos grupos de caipiras caboclos, Cornélio Pires chamou a atenção para as suas raízes indígenas. O autor defendeu que os caipiras caboclos seriam “descendentes diretos dos bugres catequisados pelos primeiros povoadores do sertão”. A fim de fundamentar a sua compreensão sobre a distinção entre brancos e caboclos, afirmou ainda que, se os caipiras brancos poderiam dizer “eu sou da família Amaral, Arruda, Campos, Pires, Ferraz, Almeida, Vaz, Barros, Lopes de Souza, Botelho, Toledo”, os caboclos se referiam às suas raízes assegurando ser “raça de tal gente...” (PIRES, 2002, p. 24-25). Pires também chamou a atenção para a menor disposição dos caboclos à calvice, às doenças coronárias e à tuberculose, além de defender que estes eram pouco aceitos pelos brancos, principalmente diante da possibilidade de casamentos entre membros das duas linhagens étnicas (PIRES, 2002, p. 25). No que se refere aos “caipiras pretos”, o autor destacou que eles eram:

(...) descendentes dos africanos já desaparecidos do Brasil. São bons brasileiros vítimas das últimas influências da escravidão. Almas carinhosas e pacientes, generosas e humildes são os “negros velhos”.

Vede-os ali, “conversando ao pé-do-fogo”, ou sentados numa pedra, no terreiro, ou na soleira de uma porta se aquecendo ao sol... Também estão rotos e esfarrapados... Pobres depois de terem, com seu suor, inundado as fazendas de brasileiros patrícios seus – de canaviais, algodoads e cafezais, enchendo-os de dinheiro, desse ouro abundante e bom!

Que é o negro velho?

Um farrapo de gente... é um bagaço da vida! É um hospital de doenças! Tem os pés inchados e rachados pelas frieiras, pelos espinhos, pela erisipela, pela elefantíase... O seu peito ronca e ringe cheio de asma!

E ele, o negro velho, nos sorri, contando histórias de outros tempos, humilde, cabisbaixo, sem gestos, ou só gesticulando de quando em quando, tentando estender a mão ‘engruvinhada’, de dedos encrocados, entravada pelo reumatismo, mão com que tenta mostrar o porte de uma criança ou apontar o quartel de cana ou o talhão de ‘café-velho’, para além, muito além, onde ele conheceu a mata-virgem e ouviu o estrondar dos jequitibás nas derribadas; onde ele viu erguer-se a lavoura nova do ‘sinhô’ e onde amou a sua ‘crioula’... (PIRES, 2002, p. 27-28).

Tomando em conjunto a leitura de Cornélio Pires sobre os traços identitários dos quatro troncos étnicos que determinam as diferenças sociais no meio caipira, é possível notar a diferença entre as interpretações do folclorista e de Antonio Candido, na medida em que o primeiro atentou para uma série de aspectos que sugerem a sua compreensão sobre a condição daqueles homens rurais, os quais, a partir de uma visão mais afastada, pareciam conformar um mesmo grupo sociocultural e econômico. Por meio das questões levantadas por Pires, fica evidente a ocorrência de distinções demarcadas pelos fatores étnico-raciais que foram, em parte, ignorados por Candido⁶². Podemos perceber no pensamento de Pires traços de análises evolucionistas apropriadas por ensaístas e outros pensadores brasileiros em meados das décadas de 1910 e 1920, como tratou o próprio Antonio Candido no artigo “A sociologia no Brasil” (CANDIDO, 2006a)⁶³.

No capítulo 1, “Rusticidade e economia fechada”, Candido buscou na obra de Pires aspectos sobre o modo como aqueles homens rurais procuravam desenvolver

⁶² Tomando como base essa nossa atenção à diferença como Antonio Candido e Cornélio Pires compreenderam a formação étnica nas sociedades caipiras e as suas implicações sociais mais diretas, é essencial apontar que, num determinado segmento da obra, o sociólogo esboçou o seu entendimento sobre as distinções propostas pela representação de Pires, quando sintetizou a formação das sociedades caipiras. No final da primeira seção da obra, ele afirmou: “Nelas se desenvolveu uma população dispersa, móvel, livre, branca ou mestiça, geralmente de branco e índio, com pouco sangue negro. Já Cornélio Pires assinalava o caráter típico, por assim dizer mais lídimo, do caipira proprietário (*branco*), vinculado à sociabilidade vicinal, distinguindo-se do *caboclo*, de origem predominantemente indígena e, segundo a sua descrição, tendendo ao que se poderia chamar parasitismo social e anomia” (CANDIDO, 2010, p. 96).

⁶³ Neste artigo, Antonio Candido trata do modo como os estudos evolucionistas se encontravam carregados de preceitos racialistas, responsáveis por diferenciar, fenotipicamente, as etnias constituintes da sociedade brasileira. Esses fatores parecem fundamentar a análise de Cornélio Pires, ilustradas pelos momentos em que o folclorista destacou as distinções morfológicas e socioeconômicas interpostas entre brancos, indígenas, negros e seus descendentes (CANDIDO, 2006a).

técnicas de fabricação de utensílios e substâncias fundamentais à recriação de suas tradições alimentares e à prática de algumas atividades seminais na estrutura social caipira. O sociólogo indicou uma série de práticas sociais e culturais dos caipiras mencionadas nos textos de Pires e também nos dados fornecidos pela documentação histórica produzida no início do século XIX:

Os utensílios eram, na maior parte, feitos em casa. Mais tarde, foram entrando os do comércio, e as pessoas deixaram de fazer os antigos: gamela de raiz de figueira, vasilha e prato de porungatê, cuia de beber, pote de barro, colher de pau, etc.

A pólvora para as armas e rojões era feita do seguinte modo: cortava-se no mato crindiúva, que, depois de deixada secar, era enterrada e queimada, resultando um carvão fino; misturava-se este com salitre e enxofre, pilava-se bem e passava-se numa peneira; quanto mais fina esta, melhor a pólvora. Também em casa faziam-se as balas: o chumbo era derretido e derramado em pequenos buracos abertos no chão duro, do tamanho desejado; o resfriamento e a solidificação eram rápidos.

Para a iluminação usava-se o candeeiro de barro, com banha de porco ou azeite de mamona, e torcida de algodão, tudo feito em casa, menos quando o candeeiro era de ferro. Na capital, observaram Spix e Martius, em 1817, que [...] em vez das grandes lâmpadas de vidro ou castiçal com vela e cera, campeia no meio da mesa um lampião de latão, no qual a queima azeite de mamona⁶⁴.

Indústria caseira eram também o açúcar, a rapadura e a garapa (que substituíam frequentemente como adoçante), envolvendo a utilização de aparelhos feitos pelo próprio roceiro, como moendas, geralmente manuais, de madeira, e os fornos de barro, além de outros adquiridos, como fôrmas ou tachos, de lata e de cobre.

O povoado mais próximo dos meus informantes de Bofete, Tatuí, distava entre sete e doze léguas das suas moradias, indo eles, raramente, abastecer-se lá de sal. De vez em quando, formavam-se cargueiros de galinhas para vender em Itu ou Campinas, onde era compensador o lucro (uns dez mil-réis) e de onde se aproveitava para trazer aquele condimento (CANDIDO, 2010, p. 48).

Considerando o trecho destacado, podemos compreender uma das formas como Antonio Candido cruzou as suas distintas referências sobre o passado caipira, a fim de melhor caracterizar o modo de vida daquelas sociedades rurais. O autor percorreu um espaço de tempo desde o período em que os viajantes naturalistas descreveram suas experiências pelo interior do Brasil até as suas análises etnográficas das décadas de 1940 e 1950. Por meio desta análise cronológica, Candido construiu uma linha evolutiva capaz de descortinar a forma como os caipiras de Bofete lidavam com o processo de transformação das técnicas e meios de obtenção de utensílios fundamentais ao desenvolvimento de algumas das suas atividades cotidianas. Outro aspecto relevante é a atenção dada ao processo de inserção ou substituição de alguns desses objetos, que, segundo inferiu o sociólogo, tornaram-se mais acessíveis às comunidades caipiras a

⁶⁴ SPIX, Johan Baptist. MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, 4 v. *apud* CANDIDO, 2010, p. 49.

partir do início do século XX, quando ocorreu a acentuação do processo de integração à dinâmica econômica dominante no Brasil.

Por fim, é importante atentarmos para dois outros momentos nos quais Antonio Candido buscou bases nas representações de Cornélio Pires, refinando a sua procura de elementos e aspectos socioculturais responsáveis por caracterizar aquelas sociedades rurais. Podemos indicar novamente o primeiro trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” citado neste texto, que integra o capítulo intitulado “2. Alimentação e recursos alimentares”, no qual o sociólogo explorou a forma como as sociedades caipiras rústicas conservavam práticas de obtenção de alimentos baseadas em métodos herdados da tradição cultural indígena - a exemplo da caça, da pesca e da coleta. Assim, no momento em que realizou a enumeração de espécies vegetais e animais, comumente coletados, caçados e consumidos pelos caipiras no meio natural, o sociólogo chamou atenção à sua base nos textos “Alimentação dos roceiros” (PIRES, 1921), “A província de São Paulo” (GODÓI, 1875), de Joaquim Floriano de Godói, e “no testemunho de velhos caipiras” (CANDIDO, 2010, p. 68).

Frente à maneira como Candido procurou abranger uma série de aspectos responsáveis por caracterizar o caipira e a sua cultura, é interessante atentar à forma como o texto de Cornélio Pires apresentava, duplamente, a característica de ensaio sobre a cultura caipira e traços do trabalho do antropólogo, considerando a intenção do folclorista de fornecer o maior número de dados e informações possível, nos moldes de uma descrição etnográfica. Esses fatores são apropriados por Candido não somente como uma análise da sociedade e da cultura caipira, mas também como um registro documental do modelo de vida e das práticas socioculturais desenvolvidas por aquelas coletividades, em seu dia a dia.

Antonio Candido também estabeleceu diálogos com a maneira como Francisco Oliveira Vianna interpretou, em “Populações Meridionais do Brasil” (1920), o processo histórico de formação de uma parte da população rural brasileira. Também analisaremos a relação com a obra “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha. Oliveira Vianna e Euclides da Cunha parecem não ter tido o objetivo de identificar os traços caracterizadores dos agentes sociais como uma categoria social e econômica específica - aspecto que compreendemos ter sido essencial ao trabalho de Antonio Candido, que,

para tratar da transformação social caipira, buscou antes compreender o processo histórico de formação daquelas sociedades.

Ao narrar a “saga” de Canudos, Cunha interpretou a maneira como aquela sociedade do sertão nordestino estabeleceu os seus meios de vida, em um cenário marcado por problemas climáticos, econômicos e produtivos, coroados pela ausência do Estado. Esse, nas poucas vezes em que se fez presente, agiu como aparelho repressor do movimento contestatório liderado por Antonio Conselheiro. Embora Euclides tenha identificado o sertanejo em suas características mais salientes, descortinando os aspectos responsáveis por configurar os costumes, as formas de expressão religiosa e de produção agrária daquelas sociedades camponesas, podemos afirmar que não há em “Os Sertões” (1902) um esforço sistemático de categorização dos agentes sociais que conformavam o cenário rural do agreste brasileiro.

A construção da figura do sertanejo por Euclides ocorreu de forma “diluída”, ao longo da obra e da abordagem das questões que regiam a vida social, econômica e cultural daquelas populações rurais. Podemos ilustrar a forma como o intelectual fluminense empreendeu a sua interpretação destacando uma passagem da narrativa euclidiana sobre o sertão e sobre o sertanejo:

É uma paragem impressionadora.

As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regime torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as séries mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas: todas as variedades cristalinas, e os quartzitos ásperos, e as filades e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal cobertos por uma flora tolhiça — dispondo-se em cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens.

Porque o que estas denunciam - no enterroado do chão, no dismantelo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos - é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas. De um lado a extrema secura dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas; e daí um jogar de dilatações e contrações que as disjunge, abrindo-as segundo os planos de menor resistência. De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas.

(...) Deste modo se tem a cada passo, em todos os pontos, um lineamento incisivo de rudeza extrema. (CUNHA, 2010, p. 8-9).

É por meio dessa linha narrativa que o autor expressou suas experiências, descrevendo, de forma singular, o clima, os costumes, a paisagem: em uma palavra, a cultura sertaneja⁶⁵. Pela forma como Cunha interpretou aquela realidade, podemos esboçar a nossa compreensão de que não há, na interpretação euclidiana, o mesmo esforço de categorização do sertanejo que compreendemos serem identificáveis na leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito”, sobretudo, na primeira das três seções em que o livro se encontra dividido. Partindo da perspectiva que compreende a obra de Cunha como localizada nas tênues fronteiras dos discursos literários, ensaísticos e historiográficos, tomamos como base a interpretação da narrativa de Euclides proposta pelo historiador Edgar Salvadori de Decca, quando este tratou do diálogo entre Literatura e História na obra do engenheiro fluminense:

Existem muitas razões para se considerar *Os Sertões* uma obra emblemática para as compreensões do modo de pensar e interpretar a história do Brasil. Vários autores procuram fazer esta reflexão e muitos a colocam como obra inaugural. Ao contrário de outras obras históricas que se caracterizam por ser narrativas cronológicas das etapas do passado do Brasil, *Os Sertões* representaria uma ruptura, por ele se propor a interpretar a sociedade brasileira e o seu passado a partir de um único acontecimento. Se na grande maioria das obras de história que antecederam *Os Sertões* o tempo histórico resultante do processo narrativo era linear e cronológico, em Euclides o tempo histórico ganha uma nova complexidade.

(...) *Os Sertões*, apesar de ser uma obra considerada indispensável para a maioria dos historiadores brasileiros, não chega a se constituir em uma referência importante para se pensarem os procedimentos do historiador. Muito louvada e revisitada, a maioria das opiniões de historiadores e outros especialistas das chamadas ciências humanas (sic) não diferem muito nas conclusões. Ou tecem comentários repetitivos a respeito da visão determinista da história em Euclides ou então, como tem sido recorrente nas últimas publicações, a revisão historiográfica procura demonstrar a precariedade das bases documentais que sustentam a interpretação euclidiana da história (DE DECCA, 2002, p. 158).

Como é possível perceber na leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito”, a escrita de Candido é seguramente defensável como detentora de fluidez, pautada, principalmente, no domínio linguístico e na capacidade de síntese do sociólogo. No entanto, se pensarmos sobre os traços definidores do caráter literário representado pelos textos de “Os Sertões” (1902), é lícito admitir que a comparação entre as linguagens de

⁶⁵ Para uma análise mais cuidadosa das muitas possibilidades de análises ofertadas pela obra de Euclides da Cunha, indicamos a leitura do livro “O Clarim e a oração: cem anos de Os Sertões” (FERNANDES, 2002). Nessa coletânea de textos, organizados por Rinaldo de Fernandes em comemoração ao centésimo aniversário de publicação da obra, encontramos uma série de análises que abordam, por meio de diferentes perspectivas, o discurso de Euclides da Cunha.

Cunha e Antonio Candido conferem ao texto do último autor caráter técnico, pautado mais nos preceitos da análise sociológica do que naqueles propriamente literários⁶⁶.

Ao buscar estas referências teóricas e metodológicas na tradição da Ciência Social europeia e norte-americana, Candido objetivou analisar o processo de transformação das sociedades rurais da Paulistânia, ainda que a nossa compreensão do texto indique o propósito do autor de contextualizar historicamente estas sociedades rurais no processo de formação social brasileiro. É especificamente neste aspecto da análise de Candido que se concentra nossa interpretação da aproximação entre os objetivos do autor àqueles identificados com a escrita dos intelectuais ensaístas brasileiros, a exemplo dos já citados Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Optamos aqui por ilustrar este extenso grupo apenas pela referência a esses quatro autores mais reconhecidamente identificados com a tradição dos ensaios sócio-históricos brasileiros.

Podemos indicar as referências de Candido ao pensamento de alguns antropólogos da primeira metade do século XX, a exemplo de Robert Redfield, Audrey Richards e Bronislaw Malinowski, além da sua base nas teorias de Karl Marx - especialmente em “A ideologia alemã” (1933)⁶⁷ -, na qual o intelectual alemão abordou, dentre outros temas, a relação entre as sociedades rústicas e seus meios de obtenção de mínimos vitais (CANDIDO, 2010, p. 21-42). Foi com base nesses agentes do pensamento sociológico ocidental que Antonio Candido fundamentou a sua análise da formação e da transformação social no meio caipira, complementada pela sua base historiográfica⁶⁸.

⁶⁶ Sobre os debates que tratam da questão linguística bem como a adoção de uma perspectiva literária por Euclides da Cunha em “Os Sertões”, indicamos a leitura dos seguintes textos: “Da transgermanização de Euclides: uma abordagem preliminar”, de Haroldo de Campos; e também “Os Sertões: historiografia e esteticidade”, de Hildeberto Barbosa Filho. Os dois textos fazem parte da coletânea intitulada “O clarim e a oração”, organizada por Rinaldo de Campos em comemoração ao centésimo aniversário de publicação da obra, no ano de 2002 (CAMPOS, 2002, p. 303-314; BARBOSA FILHO, 2002, p.315-330). O tema também foi tratado por Antonio Candido em uma série de textos, principalmente no artigo intitulado “Euclides da Cunha Sociólogo” (CANDIDO, 2012).

⁶⁷ Sobre a obra “A ideologia alemã”, assinada de forma conjunta por Karl Marx e Friedrich Engels, é importante indicar que o manuscrito foi concluído no ano de 1846, embora a obra tenha sido publicada pela primeira vez apenas após a morte dos autores, no ano de 1933 (MARX, ENGELS, 1998).

⁶⁸ Ao indicar este número reduzido de autores que foram apropriados por Antonio Candido como base de acesso aos preceitos de análise sociológica, devemos considerar que a lista de cientistas sociais apontados pelo autor é extensa, incluindo um grande número de sociólogos e antropólogos que produziram estudos sobre processos de transformação social na primeira metade do século XX. Nesse grupo, encontram-se referências aos trabalhos de Grafton Elliot Smith, Cyril Daryll Forde, Daniel

Em “Populações Meridionais do Brasil” (1920), Viana abordou a formação das sociedades rurais na porção centro-sul do Brasil, considerando centralmente as porções territoriais que integram os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – o autor ainda faz referência a aspectos observados na região extremo sul do Brasil (VIANA, 2005). Como recorte cronológico que baseia a análise, o autor considerou o período conformado pelo início da colonização lusa na América e o final do século XIX⁶⁹. Aspecto importante do nosso objetivo de tratar sobre os diálogos possíveis entre as obras de Vianna e Candido é a coincidência entre os recortes espaciais explorados pelos autores em suas análises, na medida em que parte do que Vianna denominou “Brasil Meridional” integra aquele espaço identificado por Antonio Candido como “Paulistânia”.

É fundamental atentar à crítica de Candido à maneira como Oliveira Vianna interpretou a formação das sociedades rurais brasileiras que povoaram a região centro sul do país. Essa crítica do sociólogo ganha solidez com base na sua afirmação de que, ao tratar da formação da sociedade rural brasileira, Vianna teria elaborado uma “ridícula teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional” (CANDIDO, 2006b, p. 127). Partindo do julgamento de Candido à concepção defendida por Vianna, podemos pensar sobre a maneira como o autor pretendeu retratar as relações socioculturais e econômicas do meio rural em “Os Parceiros do Rio Bonito”, tendendo à valorização parcial dos grupos sociais intermediários representados pelas sociedades caipiras e chegando, em determinados momentos, a romantizar a análise daquelas sociedades rurais⁷⁰.

Abordando a forma como Oliveira Vianna tratou das raízes rurais da formação social e cultural brasileira, é importante indicar o modo como o autor dividiu a obra, que contou com uma estruturação com alguma proximidade à configuração dada por

Faucher, George M. Foster, Pierre Gourou, Eveline Lot-Flack, Thomas Lynn Smith, Jules Henry, Claude Lévi-Strauss, Raymond Lalanne, Hsiao-Tung Fei, entre outros.

⁶⁹ Apenas como questão parcial a ser observada, e interessante atentar à opção de Vianna de contrariar o modelo usual das Ciências Humanas de identificar os séculos históricos a partir do nascimento de Cristo, adotando, a enumeração I, II, III e IV, quando fez referência, respectivamente, aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A opção de Oliveira Vianna denota a sua sensibilidade histórica que atesta a compreensão de que, ao tratar do processo de formação brasileiro, o seu marco divisório da temporalidade deveria deslocado do parâmetro cristão ocidental para o início da atuação ibérica no Novo Mundo (VIANNA, 2005).

⁷⁰ Sobre este aspecto, é importante relembrar a análise realizada sobre a possível idealização por Candido de uma possível heterogeneidade étnico-racial das sociedades caipiras, que, em nossa análise, foi desconstruída pela representação de Cornélio Pires em “Conversas ao pé-do-fogo” (1921).

Candido à sua interpretação do processo histórico de formação das sociedades caipiras. Desse modo, é essencial tratar da opção de Vianna de, em um primeiro momento, interpretar o processo de formação histórica das sociedades rurais que povoaram as regiões “meridionais do Brasil”, para depois entrar na análise mais precisa dos traços socioculturais característicos dessas sociedades.

Com base nas questões levantadas, é importante destacar que “Populações Meridionais do Brasil” é inaugurada por duas seções respectivamente intituladas “A aristocracia Rural” e “Primeira Parte – Formação Histórica” (VIANA, 2005, p. 63-112; 113 – 182). Ao analisar os textos que compõem as duas seções supracitadas, é notória a apreensão de Vianna do debate historiográfico. Nesse sentido, é importante apontar para a significativa distinção entre as compreensões de Candido e Viana acerca da História, marcadas, sobretudo, pela diferença entre os contextos a partir dos quais nos falam os dois autores. Nesse ponto, é importante retomar a interpretação de Candido sobre a função política e social da Historiografia, que consideramos ser oposta à perspectiva oligárquica defendida por Oliveira Vianna.

No capítulo “VI – Etnologia das Classes Rurais”, Oliveira Vianna afirma que pretendia diagnosticar os problemas da formação social brasileira, associando este aspecto à maior ou menor participação dos europeus na formação do país, procurando, deste modo, aproximar a aristocracia rural brasileira às origens fidalgas na Península Ibérica. Nesta linha interpretativa, Vianna destacou o que chamou de “composição ariana da nova aristocracia rural nos três primeiros séculos”, sugerindo, neste tópico, que parte dos problemas da formação brasileira estaria associada à confluência de etnias inseridas no processo de formação do povo brasileiro. O autor comparou a situação nacional à de outros contextos espaço-temporais de colonização branca na América:

O movimento expansionista das bandeiras, especialmente na zona das minas, é climatérico em nossa história. Durante ele, o quadro da nobreza paulista, que vemos tão fortemente organizado em São Vicente, em São Paulo e no Rio, quebra-se. Pelas suas fraturas penetram elementos estranhos, que lhe vão modificar a composição étnica, justamente no momento em que ela se expande, ampliando a área de sua ação. Uma variação qualquer na qualidade desses elementos componentes – a predominância de tal ou tal raça de tal ou tal tipo social – poderia alterar seriamente a orientação dos nossos destinos. Da predominância do negro e do mestiço na classe dirigente do Haiti provém a sua desorganização atual. Na nobreza chilena predominam os elementos bascos, e daí o alto tônus moral, que a destaca. São os saxões que preponderam na aristocracia britânica mas, se, invés deles, preponderassem os celtas comunários, que eram o fundo primitivo da população, os destinos da Inglaterra estariam inteiramente transformados.

Entre nós, por toda a área de dispersão do tipo vicentina, a seleção da classe superior se faz, para a nossa felicidade, num sentido ariano. São os melhores exemplares da raça lusa, da nobreza nacional e da massa mestiça, que entram na sua composição. Mesmo nas minas, são os emboabas que tomam a dianteira à plebe rural e ocupam o lugar, que a legislação da metrópole abre, de súbito, no seio da aristocracia paulista.

Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável.

(...) O negro, o índio, os seus mestiços, esses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior. (VIANNA, 2005, p. 178-179).

Ao conceder destaque à perspectiva abertamente racialista defendida por Oliveira Vianna, devemos nos lembrar de que a associação com as origens socioculturais europeias da nacionalidade brasileira é também uma das bases do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” (1936), na medida em que o historiador paulista tomou, como pressuposto da sua análise, as “raízes ibéricas”. No entanto, é flagrante a distinção entre as perspectivas adotadas pelos dois autores, na medida em que a leitura de “Populações Meridionais do Brasil” (1929) denota a pretensão de Oliveira Vianna de valorizar as origens europeias aristocráticas, baseando-se, sobretudo, em preceitos étnico-raciais evolucionistas. Da parte de Sérgio Buarque, essa base histórica da formação brasileira na aristocracia europeia foi tomada como fundamento de sua crítica ao processo de formação social brasileiro, se colocando atento aos problemas gerados pelo legado da sociedade ibérica e a sua inadequação à realidade colonial brasileira⁷¹. Antonio Candido rechaçou a concepção de Oliveira Vianna com sua idealização da identidade das elites agrárias brasileiras e sua análise dos demais agentes e grupos sociais que compunham a estrutura social camponesa no país. Segundo Oliveira Vianna:

Essa poderosa aristocracia rural, que, depois da Independência, senhoreia o governo do país, traz do recesso das fazendas, onde obscura e lentamente se elabora, uma mentalidade própria, em cuja formação não é difícil descobrir e extremar as reações sutis do ambiente rural operando sobre a mentalidade da raça superior originária.

Essa aristocracia constitui, como veremos, o centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade. Nos seus sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações, ela reflete a alma peninsular nas suas qualidades mais instintivas e estruturais. São realmente essas qualidades que formam

⁷¹ Nesse sentido, podemos indicar como exemplo o tratamento dado pelo historiador a essas questões, especialmente pelos debates que compreendidos pelos capítulos “1. Fronteiras da Europa”; “2. Trabalho e Aventura”; “4. O semeador e o ladrilhador” e, que são coroadas pela interpretação do autor expressa pelo capítulo de “Raízes do Brasil” (1936) intitulado “5. O homem cordial”, a partir do qual Sérgio Buarque trata da formação de uma sociedade pautada nas relações pessoais, que infringem os códigos éticos os quais dissociam as noções de público e privado, que são projetadas nas relações entre o Estado e os cidadãos (HOLANDA, 2016, p. 37-58; 59-116; 161-243; 243-270).

ainda hoje o melhor do nosso caráter. Com as tintas das suas peculiaridades é que se colorem, na intimidade da nossa consciência coletiva, os nossos mais recônditos ideais.

(...) O ardor aventureiro do luso, por exemplo, depois de transmudar-se na combatividade impetuosa do bandeirante, cai aos poucos e, no IV século, se extingue totalmente, à medida que o sedentarismo agrícola realiza a sua obra de paz e civilização. Por outro lado, o antigo lealismo peninsular, sob a influência liberal do meio americano, reveste-se de dignidade e altivez desconhecidas ao cortesanismo de ultramar. O que aconteceu na Corte de Lisboa com o nosso grande Fernão Dias dá-nos disso uma ilustração expressiva.

(...) Essas alterações, tão visíveis, das linhas do velho caráter peninsular não atingem, porém, a sua composição íntima, o sistema substancial da sua cristalização. Salvo nas camadas plebeias, em que, pela profusa mistura de sangues bárbaros, opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes, na alta classe rural, o nível da sua mentalidade se mantém inalterado até, pelo menos, 1888 (VIANA, 2005, p. 97-98).

Apesar de longo, o destaque às palavras de Vianna é importante por esboçar a concepção do autor sobre o caráter “altaneiro” da elite rural brasileira, bem como o que esses grupos foram capazes de oferecer à formação do “caráter nacional”. Partindo dessa perspectiva de análise, compreendemos ser importante atentar, sobremaneira, à forma como Oliveira Vianna ilustrou a figura do explorador Fernão Dias, ressaltando a atuação daquele chefe bandeirante como símbolo do jugo europeu sobre o indígena. Os dois trechos retirados do texto de Oliveira Vianna ilustram a sua interpretação das “camadas plebeias”, identificando-as como uma “profusa mistura de sangues bárbaros”, por ele associado à gênese da flagrante desorganização moral das camadas populares camponesas (VIANA, 2005, p. 89).

Tomando a leitura de Vianna como base, podemos examinar a forma como Antonio Candido compreendeu esse mesmo processo, na medida em que o autor se alicerçou na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o expansionismo bandeirante, objetivando fundamentar a sua interpretação sobre o processo formativo das sociedades caipiras. A proposta do sociólogo estava alinhada à sugestão de Sérgio, quando o historiador paulista sugeriu ser importante atentar para o sincretismo de traços socioculturais europeus e ameríndios na formação das populações povoadoras da região centro-sul do país. Diante do objetivo de tratar da maneira como Antonio Candido categorizou as sociedades caipiras, é importante destacar o trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” que inaugura o primeiro capítulo da obra:

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama

geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de “cultura caipira” (CANDIDO, 2010, p. 43).

Vianna e Candido procuraram tratar da formação das sociedades rurais conformadas em uma região parcialmente coincidente⁷². Desse modo, o autor valorizou os possíveis problemas centrados na formação de traços culturais híbridos, por ele indicados como fatores impeditivos do desenvolvimento “moral” das populações rurais. Em contrapartida, a análise de Antonio Candido tende à valorização dos traços culturais apresentados da “subcultura” caipira, pelo que ela denota de singularidades, associadas ao processo histórico de sua formação, compreendidas pelo autor como características positivas - a exemplo de quando o sociólogo indica a existência de um modelo de organização solidária para o trabalho no meio social caipira, elegendo o “Mutirão” como prática social de solidariedade vicinal que baliza as relações de reciprocidade.

Ao identificar a diferença entre as abordagens de Antonio Candido e Oliveira Vianna, é importante destacar a interpretação do sociólogo sobre as teorias científicas de caráter evolucionista que predominaram no Pensamento Social Brasileiro produzido entre o final do século XIX e meados da década de 1920. Vale mencionar as questões tratadas por Candido no artigo “A sociologia no Brasil”, quando, dentre uma série de temas, tratou do modo como se deu a apropriação das teorias evolucionistas pelo pensamento brasileiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Nesta linha interpretativa, Candido abordou a forma como intelectuais a exemplo de Lívio de Castro, Manuel Bonfim, Alberto Torres e o próprio Oliveira Vianna aplicaram eixos de análise científicas em suas análises sociohistóricas⁷³ (CANDIDO, 2006a, p. 282).

⁷² Isso considerando a denominação “Brasil meridional” por Oliveira Vianna e de “Paulistânia” por Antonio Candido, que, grosso modo, correspondem aos interiores dos atuais Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro. No entanto, é possível afirmar que a consideração de Candido sobre a região da Paulistânia, compreendida pelo autor como área de influência do processo de expansão bandeirante, também abrange regiões dos atuais Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, que não são abordadas por Oliveira Vianna em sua obra.

⁷³ Para ilustrar parte da compreensão de Antonio Candido sobre o tema, é possível indicar como exemplo a sua crítica ao pensamento de Alberto Torres na obra “O Brasil na América” (1929). Desse modo, Candido salientou a base do pensamento do autor no evolucionismo. Assim, ele afirma que o intelectual atribuiu parte dos problemas socioeconômicos ou do “atraso brasileiro” à miscigenação, defendendo a concepção de que o cruzamento étnico seria o fator responsável pela anulação das qualidades “positivas” e “originais” das “etnias puras”, as quais tendiam a ser diluídas em função da miscigenação, que, por sua vez, colaborava com a manutenção das “más qualidades” inerentes aos troncos étnicos africanos e ameríndios (CANDIDO, 2006a, p. 280).

Considerando a interpretação de Candido sobre esse aspecto do pensamento brasileiro, fundado nos eixos de análise cientificistas de caráter evolucionista, o sociólogo atribuiu o rompimento com essa tendência crítica à atuação de Gilberto Freyre, sobretudo, após a primeira publicação de “Casa-grande & senzala”, em 1933. Candido afirmou que o sucesso de Freyre como renovador das análises sobre a formação da cultura e da sociedade brasileira foi fundado nos “conceitos modernos de cultura, adaptação, contato racial e cultural, distância social, mobilidade”⁷⁴. Desse modo, o sociólogo destacou a sua compreensão acerca das contribuições de Gilberto Freyre para o desenvolvimento do pensamento social no Brasil ao afirmar que a base intelectual do autor pernambucano foi estabelecida em conceitos modernos de análise socioantropológica, reforçados por seu “pendor decidido pela ecologia humana e os estudos de miscigenação”⁷⁵.

Ao abordar esses autores e obras, que nas primeiras décadas do século XX estabeleceram diferentes interpretações sobre a formação brasileira, procuramos tratar de temas ligados às origens rurais da formação do país, destacando como Antonio Candido investiu na construção do caipira como uma categoria social derivada do processo histórico de expansão colonial portuguesa, e o conseqüente processo de formação de uma sociedade rural específica.

Afinal, até o momento em que Antonio Candido optou por tomar o processo de transformação social caipira como objeto de análise, aquelas sociedades não contavam com a atenção específica no pensamento social brasileiro. No entanto, é necessário salientar que, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Candido pareceu ter pretendido ocultar o seu objetivo imediato de analisar o processo de transformação das sociedades caipiras. Nesse sentido, o sociólogo se mostrou atento à forma como o mundo simbólico daquelas sociedades rurais da Paulistânia se encontrava em processo de diluição

⁷⁴ Candido associa essa capacidade de análise responsável por diferenciar o intelectual pernambucano aos seus contemporâneos que tiveram bases no seu contato com o pensamento socioantropológico de intelectuais como Franz Boas, Clark Wissler, Pitirim Sorokin e Emory Bogardus, com quem Freyre estabeleceu contatos nas suas experiências intelectuais nos Estados Unidos e na Europa entre as décadas de 1920 e 1930 (CANDIDO, 2006a, p. 283).

⁷⁵ Assim, o sociólogo afirmou que as características absorvidas pelo intelectual pernambucano e complementadas pelas diretrizes de suas orientações e interesses foram fatores responsáveis por notabilizar o pensamento do intelectual a partir de meados da década de 1930, agindo como fator preponderante à realização de uma síntese original “papel das etnias constitutivas”, da “mestiçagem”, da “escravidão”, da “família patriarcal”, do “mandonismo” bem como das suas “variações regionais” no Brasil (CANDIDO, 2006a, p. 283).

gradual. Diluição essa operada, ora pela substituição, ora pelo total apagamento dos traços marcantes que caracterizavam as sociedades caipiras do século anterior.

Assim, compreendemos ser importante atentar duplamente às maneiras como o sociólogo estabeleceu as bases das suas reflexões, tomando como parâmetro as abordagens de autores tais como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Euclides da Cunha, Cornélio Pires e Oliveira Vianna. É importante destacar que, dentre os cinco autores tomados neste capítulo como base de comparação aos temas tratados por Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Candido buscou maior amparo nas representações ensaísticas e literárias de Cornélio Pires e nas interpretações historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda.

As referências de Antonio Candido à Oliveira Vianna e Euclides da Cunha se resumem a referências pontuais. Antonio Candido citou “Populações Meridionais do Brasil” (1920) apenas para discordar da perspectiva de Vianna acerca do “poder centralizador do grande domínio rural”. (CANDIDO, 2010, p. 96). Já em relação a Euclides da Cunha, Candido fez apenas uma pequena referência à obra “Os Sertões” (1902), quando buscou ilustrar os problemas centrados nas difíceis relações entre a sociedade e o domínio da Igreja Católica (CANDIDO, 2010, p.167-168). A referência do sociólogo ao pensamento de Caio Prado Junior ocorreu também de forma pontual, quando buscou, na interpretação do historiador marxista, o eixo de análise referente à organização do processo de distribuição de terras no Brasil, fazendo referência à obra “Evolução Política do Brasil” (1933) e ao artigo “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural” (1935) (CANDIDO, 2010, p.121-122). As diferentes intensidades com que o sociólogo dialogou com cada um dos autores supracitados não figura como fator impeditivo da opção de explorar, comparativamente, as interpretações e representações do mundo rural brasileiro produzidas por eles.

Por fim, podemos assegurar que os temas tratados no presente capítulo cumprem uma dupla função: a primeira delas tem base na nossa procura de explorar cuidadosamente as escolhas de Candido para a sua construção da imagem histórica e social do caipira no curso da história brasileira. Deste modo, foi importante observar como o autor não procurou limitar as suas referências aos eixos teórico-metodológicos das Ciências Sociais, buscando base na tradição dos ensaios, no pensamento historiográfico e na interpretação das fontes. A segunda função do presente debate foi a

de investir na análise de como Antonio Candido aproximou a sua narrativa da tradição dos ensaios interpretativos brasileiros, ainda que, no curso da obra, tenha denotado apreensão ao objetivo de tratar, do ponto de vista socioantropológico, o processo de transformação social caipira. Passamos agora ao capítulo que conclui o presente estudo, quando objetivamos melhor explorar as formas como o sociólogo se aproximou da tradição dos ensaios interpretativos.

CAPÍTULO 3

Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”

Antonio Candido tomou como referência interpretações sobre a sociedade e a cultura brasileira como um todo, e, principalmente, sobre aquelas sociedades que se formaram na região da Paulistânia. Partindo dessas premissas, podemos tratar do peso representando pela possível adoção, pelo sociólogo, do ponto de vista ensaístico e da importância dessa opção como elemento relevante na sua proposta de analisar o processo de transformação social caipira. Com base nessas indicações, concebemos ser fundamental iniciar as reflexões no presente capítulo explorando o debate que tratou sobre as origens históricas do ensaísmo como gênero discursivo, e também a maneira como essa forma de representação foi apropriada pelo pensamento brasileiro nas primeiras décadas do século passado.

Consideramos ser imprescindível abordar a relação tecida por Antonio Candido com diferentes formas de interpretação da sociedade e da cultura brasileira e, mais especificamente, a cultura e a sociedade caipira, haja vista que o sociólogo desenvolveu as suas referências, de forma conjunta, nos estudos sobre processos de transformação social em comunidades tradicionais – também denominadas por ele como sociedades rústicas. Partindo dessa perspectiva, surgiu aquela que pode ser indicada como a questão central da presente pesquisa: ao abordar o diálogo estabelecido por Candido entre diferentes diretrizes de análise e interpretação social, seria perceber vínculos do pensamento do autor com a tradição dos ensaios interpretativos brasileiros, sobretudo, aqueles produzidos nas das primeiras décadas do século XX?

Consideramos ser importante explorar as interpretações de Antonio Candido sobre a maneira como a tradição dos ensaios se manifestou no pensamento nacional entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, bem como a sua interpretação sobre o processo formativo do Pensamento Social Brasileiro entre os séculos XIX e XX. Após tratar dessas questões, pretendemos, por fim, atentar para três aspectos que compreendemos serem responsáveis por associarem a linha de análise seguida por Candido à tradição ensaística brasileira: o primeiro deles diz respeito ao conceito de *formação*, presente em muitas das propostas de análise sobre a trajetória histórico-social brasileira, sobretudo, em obras escritas entre as décadas de 1900 e 1940

(RODRIGUES, 2015, p. 253-175). Partindo dessa premissa, analisaremos o modo como Antonio Candido investiu na escrita de uma narrativa tematizada pela formação histórica e social das comunidades caipiras. Para isso, o sociólogo lançou mão de alguns registros documentais e do discurso historiográfico sobre a constituição do Estado e da Nação brasileiras.

O segundo aspecto responsável por essa aproximação seria a concepção de que, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, o pensamento brasileiro teve como base a escrita de sínteses históricas sobre a formação nacional, abalizadas pela procura dos autores de construir um *sentido* para a colonização do Brasil e, conseqüentemente, para a formação social e econômica do país (FRANÇA, 2013, p. 91-111). Partindo desse pressuposto, trataremos de algumas questões que compreendemos serem responsáveis por aproximar o pensamento de Antonio Candido a esses projetos que buscaram conceber a formação nacional, seguindo orientações responsáveis por colocar em diálogo as interpretações do Brasil escritas entre o final do século XIX e o início do XX. Analisamos ainda a maneira como o sociólogo também buscou um fio que ligasse as raízes históricas da formação brasileira ao arcabouço teórico fornecido pelas Ciências Sociais, fomentando a sua análise do processo de transformação das sociedades caipiras.

O terceiro traço que possibilitou o diálogo entre Antonio Candido e a tradição dos ensaios interpretativos leva-nos a tratar da possível apropriação pelo sociólogo do modelo de pensamento que, de forma recorrente, cruzou temas do passado com questões do presente brasileiro. Para isso, Candido tomou como base a história do período colonial brasileiro, a fim de fundamentar a análise do presente nacional e, em determinados momentos, como plataforma dos debates e proposições sobre as possibilidades de futuro abertas às sociedades rurais da Paulistânia.

Trataremos, portanto, da pretensão do sociólogo de analisar a transformação social caipira, que, até certo ponto, esboça sugestões de possíveis caminhos a serem tomados por aqueles homens rurais e suas sociedades, sejam elas pautadas na adaptação forçosa ao novo modelo socioeconômico do campo vigente no país após meados das décadas de 1930 a 1950, seja por meio da migração para as cidades à procura de novas possibilidades de vida.

Por fim, é importante indicar que, ao refletir sobre o lugar da produção ensaística no Pensamento Social Brasileiro, não é nosso objetivo caminhar à espreita de definições inflexíveis que, potencialmente, restrinjam as leituras de “Os Parceiros do Rio Bonito”. Também não pretendemos sugerir um lugar específico para a obra na trama do pensamento brasileiro. Negando prontamente essas possibilidades, é importante afirmar que os propósitos que nos motivam na pesquisa são permeados pelo empenho em sugerir debates, dialogando com algumas interpretações clássicas sobre o pensamento brasileiro. Além disso, propomos possibilidades de renovação para as leituras da obra, atentos ao modo como Antonio Candido cruzou elementos característicos da tradição do Pensamento Social Brasileiro com preceitos investigativos caros à renovação das Ciências Sociais no Brasil.

3.1 – Ensaio: origens, (in)definições e apropriações pelo pensamento brasileiro

Para tratar das origens e do modo como o gênero ensaístico foi apropriado pelo pensamento brasileiro entre os séculos XIX e XX, amparamos a nossa análise em debates propostos por quatro autores. As escolhas desses debates foram necessárias diante da amplitude do tratamento do tema no campo História da Historiografia e do Pensamento Social Brasileiro no século XX. A opção por explorar de forma mais abrangente o tema nos exigiria a realização de uma abordagem muito extensa. Essa opção poderia, a nosso ver, nos direcionar ao desvio das questões centrais tratadas na pesquisa sem, necessariamente, atingir os principais pontos que fundamentam o presente estudo.

Partindo dessas premissas, optamos pela seleção dos textos de Fernando Nicolazzi, Claudinei Magno Magre Mendes, André Moysés Gaio e Liliana Weinberg, quando trataram do gênero ensaístico em suas variadas nuances. De início, podemos afirmar que o pensamento dos quatro autores apresenta aproximações ancoradas nas sugestões de que o gênero ensaístico poderia ser caracterizado como um modo de articulação profícuo entre os discursos científico e artístico, entre a ciência e a estética, entre a pesquisa científica e a opinião (NICOLAZZI, 2012; 2013; MENDES, 2012; GAIO, 2004; WEINBERG, 2006).

Em linhas gerais, o gênero do ensaio é concebido por esses autores como uma forma conveniente de alinhar preocupações que atendem, de forma conjunta, ao rigor do método científico e a um estilo de escrita fluido, que seria responsável pela aproximação da narrativa ensaística aos textos literários. No entanto, é fundamental considerar também - ainda que de forma sintética - a concepção de Antônio Candido sobre o modo como se deu a apropriação dos ensaios pelo pensamento brasileiro. O sociólogo defendeu não ser exagerado “afirmar que esta linha de ensaio - em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte - constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento” (CANDIDO, 2006b, p. 138).

Com essa afirmação, Candido sustentou que, apesar de o gênero ensaístico ter sido esboçado como um modelo de representação social ainda no século XIX, o seu pleno desenvolvimento se deu, principalmente, no início do século XX. Segundo ele, foi a partir dessa época que o ensaio passou a funcionar como “elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária”. O sociólogo afirmou ainda que esse aspecto foi responsável por conferir “certa unidade ao panorama da nossa cultura”, a qual atribuiu, principalmente, ao caráter “sincrético do gênero” (CANDIDO, 2006b, p. 138).

Considerando as compreensões dos autores contemporâneos sobre o gênero, é fundamental apontar para a existência de dificuldades na definição dessa forma de representação da sociedade e da cultura. No artigo “O ensaísmo na historiografia brasileira”, Claudinei Magno Magre Mendes chamou a atenção para a ausência de definições sobre o que vem a ser o ensaio. Partindo desse pressuposto, o autor afirmou ser comum notar que as concepções sobre o gênero se encontram mais implícitas do que propriamente explícitas no pensamento brasileiro (MENDES, 2012. p. 91). Desse modo, Mendes defendeu que “o destaque do caráter ensaístico da historiografia brasileira vem frequentemente acompanhado pelo lamento de que, nas últimas décadas, os historiadores abandonaram a preocupação com uma apreensão mais global da história do Brasil” (MENDES, 2012. p. 91). Por meio dessa asserção, Mendes afirmou que, na atualidade, a historiografia brasileira se encontraria menos afeita aos ensaios macro interpretativos. Segundo ele, isso se deu em função da preferência atual dos historiadores brasileiros pelas “monografias técnicas, pontuais e específicas” (MENDES, 2012. p. 91).

Ao tratar do tema, Fernando Nicolazzi se ancorou na concepção de Jean Starobinski, destacando a perspectiva daquele autor a respeito da ausência de identificações do gênero ensaístico em face da sua inadequação às regras e modelos de pensamento pré-estabelecidos:

Jean Starobinski colocou a indagação: como definir um gênero que parece não respeitar qualquer regra *a priori*? Prática de escrita que torna difícil todo esforço de descrição e teorização, o ensaio aparece normalmente como um gênero tipicamente moderno de discurso. Se sua paternidade ainda é questão controversa, a luz continua resplandecente naquele que é considerado, não por poucos autores, o momento maior do gênero: Michel de Montaigne. A partir dos *Essais* [Ensaaios], toda a tradição ensaística é estabelecida em relação a este texto fundador (NICOLAZZI, 2011. p. 376).

Com base nas questões indicadas por Mendes e Nicolazzi, podemos perceber a dificuldade de caracterizar o ensaio interpretativo. No entanto, são comuns as linhas de pensamento que destacam a importância do gênero em contextos sociais e intelectuais distintos. Podemos ilustrar essa proposta com base nas questões tratadas por Theodor Adorno no texto “O ensaio como forma” (1974), quando defendeu o gênero dos ensaios frente à recusa do gênero pela tradição do pensamento social alemão no século XX.

Dentre as questões tratadas por Adorno, destacamos a sua afirmação de que, contrariamente à “sua irmã literatura”, o gênero ensaístico ainda não teria encontrado, em meados da década de 1950, o caminho de sua individualidade (ADORNO, 2003 p. 19). Para sustentar a afirmação, Adorno se baseou na concepção de Geog Lukács, quando o filósofo procurou destacar os traços que identificam o gênero ensaístico:

O ensaio sempre fala de algo já formado ou, na melhor das hipóteses, de algo que já tenha existido; é parte de sua essência que ele não destaque coisas novas a partir de um nada vazio, mas se limite a ordenar de uma nova maneira as coisas que em algum momento já foram vivas. E como ele apenas as ordena novamente, sem dar forma a algo novo a partir do que não tem forma, encontra-se vinculado às coisas, tem de sempre dizer a ‘verdade’ sobre elas, encontrar expressão para a sua essência (LUKÁCS, 1911 *apud* ADORNO, 2003. p. 16).

A concepção de Lukács pode ser tomada como parâmetro ao nosso objetivo de tratar da relação entre “Os Parceiros do Rio Bonito” e a tradição ensaística brasileira. Afinal, no momento em que Antonio Candido justificou a sua opção por dividir a obra em três seções, baseou-se no pressuposto de que essa linha de investigação foi fundamental ao estabelecimento de alicerces à análise do processo de transformação social caipira (CANDIDO, 2010, p. 43-106). Desse modo, acreditamos ser possível ponderar sobre o alinhamento entre a afirmação de Georg Lukács – especialmente

quando ele defendeu a característica do ensaio de tratar sobre “algo já formado” ou “que já tenha existido” – ao trabalho de Antonio Candido, que procurou estabelecer bases ao desenvolvimento da sua investigação, considerando a nossa interpretação de que o sociólogo pareceu ter escrito um “ensaio” da história da formação sociocultural caipira, principalmente na seção “A vida do caipira tradicional”.

Para isso, Candido tomou como base as narrativas historiográficas sobre a expansão paulista, sobretudo, aquelas firmadas por Sérgio Buarque de Holanda, em conjunto com a apropriação de ensaios literários relacionados à cultura e à sociedade caipira – principalmente aquelas escritas por Cornélio Pires. Antonio Candido considerou também a sua interpretação de documentos históricos produzidos por agentes da estrutura colonial portuguesa e pelos viajantes naturalistas, quando esses trataram das sociedades rurais na colônia, entre os séculos XVI e XIX.

Nesse sentido, podemos fundamentar a nossa afirmação de que a opção de Candido denota traços que aproximam sua perspectiva à tradição dos ensaios interpretativos no Brasil. Podemos afirmar que Euclides da Cunha, em “Os Sertões” (1902), Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala” (1933), Sérgio Buarque, em “Raízes do Brasil” (1936), e, ainda, Caio Prado Junior, em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), também buscaram, no passado brasileiro, temas fundantes para a formulação das suas interpretações e análises sobre temas do presente. Não podemos, todavia, esquecer as diferenças entre as abordagens que fundamentam as obras dos quatro autores acima referenciados, bem como a maneira como eles buscam referências na Historiografia, como lembrado por Henrique Rodrigues (RODRIGUES, 2015, p. 262).

Dando continuidade ao tema “ensaísmo no século XX”, é válido destacar a afirmação da crítica literária argentina Liliana Weinberg de que o ensaio seria “(...) un género que ha ocupado un lugar central en la historia literaria e intelectual de America Latina y el Caribe” (WEINBERG, 2006. p. 15). Em um exercício aproximado àquele realizado pela autora argentina, o historiador Fernando Nicolazzi analisou a obra “Casa-grande & senzala” (1933), de Gilberto Freyre, refletindo sobre a maneira como o intelectual pernambucano interpretou a formação sociocultural brasileira.

Para isso, Nicolazzi fundamentou a sua análise em três eixos: a viagem, a memória e o ensaio⁷⁶ (NICOLAZZI, 2011). Para fundamentar a sua análise sobre a relação entre o pensamento de Freyre e o gênero ensaístico, Nicolazzi tratou dos momentos iniciais do ensaio no pensamento brasileiro, atentando, especificamente, nos traços que associam o ensaio ao campo da historiografia:

Como se percebe, a indefinição inerente ao termo lhe permite vestir, de acordo com o contexto, roupagens mais variadas possíveis. Interessa aqui, entretanto, delimitar o gênero em sua feição marcadamente historiográfica. No contexto brasileiro, a expressão “ensaio histórico” data, pelo menos, de 1850, com o texto introdutório para publicação do *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen, texto que tinha por título “Ensaio histórico sobre as Letras no Brasil”. Como seria de se esperar em uma publicação com caráter de antologia, o texto não alcança mais do que uma enumeração cronológica de autores com curtas digressões sobre suas respectivas obras. O historiador chegaria a definir sua obra maior, a *História geral do Brasil*, como “ensaio”, embora se tratasse ali menos de uma definição de gênero do que demonstração de modéstia intelectual, como se vê na dedicatória escrita ao Imperador e em outra passagem quando sinaliza a obra ainda como tentativa, pois ensaio é ‘que tal lhe devemos por em quanto (sic) chamar’ (NICOLAZZI, 2011, p. 401).

Complementando as questões tratadas no trecho, Fernando Nicolazzi indicou que o uso do termo “ensaio” foi mantido durante o século XIX, apontando como exemplo a publicação do texto de Franklin Américo de Menezes Dória, intitulado “*A independência do Brasil. Ensaio histórico*”, pela revista do IHGB, no ano de 1897. Assim, o autor historicizou o uso e a conotação do termo no tempo, assinalando que “o termo ainda não possuía a conotação de síntese interpretativa, voltada para o estudo dos princípios (sociológicos, psicológicos, etnográficos, históricos, etc.) definidores de uma noção de nacionalidade, que seria dada algumas décadas depois”⁷⁷ (NICOLAZZI, 2011, p. 401).

⁷⁶ Ao tomarmos em conjunto as reflexões de Fernando Nicolazzi e Liliana Weinberg, percebemos que os dois autores caminham no mesmo sentido ao indicarem “Essais” (1580), de Michel de Montaigne, como o marco fundador do ensaísmo. Weinberg e Nicolazzi também concordam que, após o “nascimento” do gênero na França, foi em solo inglês que os ensaios encontraram campo mais fértil. Assim, vale destacar a concepção do historiador brasileiro de que o ensaio na Inglaterra “(...) se estabeleceu de forma privilegiada como mediador dos anseios de uma sociedade civil em transformação, com suas correlatas formas de sociabilidade”. À emergência do ensaísmo na Inglaterra, Nicolazzi associa a sua veiculação por meio dos periódicos, fator responsável por “vulgarizar” essa forma característica de representação da sociedade e da cultura e, conseqüentemente, alcançar um público letrado mais amplo do que aquele conformado pelas Academias de Ciências e grupos de reunião intelectual que caracterizam a inteligência moderna na Europa (NICOLAZZI, 2011, p. 336 – 377; WEIBERG, 2006, p. 207-226).

⁷⁷ Nessa perspectiva, Nicolazzi defendeu o pressuposto de que essas formas de apropriação do termo *ensaio* seriam responsáveis por denotar “apenas uma ideia de aproximação com o tema, um estudo incompleto sem pretensões de generalização, ou seja, algo distinto de uma ‘História filosófica’”. De acordo com as palavras de Fernando Nicolazzi, é possível perceber como a tradição do ensaio interpretativo no Brasil tem raízes na Historiografia brasileira produzida no século XIX, ainda que essa

Considerando as interpretações mais gerais sobre o ensaio, balizados pelos debates empreendidos por Theodor Adorno e Liliana Weinberg, bem como as questões tratadas por Fernando Nicolazzi, Claudinei Mendes e André Gaio sobre a maneira como o gênero ensaístico foi apropriado pelo pensamento brasileiro no século XX, analisaremos o modo como o apreço pelo gênero narrativo no Brasil esteve associado ao contexto de agitação política e social. Esse aspecto pareceu ter direcionado parte da intelectualidade brasileira à pretensão de ação político-social, que elegeu, como ferramenta, a escrita.

Ao tratar desse contexto, Antonio Candido afirmou que a sociedade brasileira procurava, naquele cenário das primeiras décadas do século XX, melhor compreender o seu presente, em detrimento das realidades sociais, culturais e econômicas heterogêneas observadas no cenário sociopolítico nacional do período⁷⁸ (CANDIDO, 2006a, p. 278-279). Ainda com base na interpretação de Antônio Candido, é necessário destacar a sua defesa de que o surgimento da expressão “realidade brasileira”⁷⁹ se originou do anseio da sociedade e das instituições nacionais de melhor conhecerem os problemas sociais e econômicos do país nos primórdios do século XX.

Com base nesse debate mais geral sobre o nascimento do ensaio interpretativo e na maneira como o gênero narrativo foi apropriado como ferramenta de interpretação e análise do Brasil contemporâneo, acreditamos ter estabelecido as bases para a análise de como teriam ocorrido os diálogos entre Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” com esse enfoque da tradição analítica que caracterizou o pensamento brasileiro no século passado.

Analisaremos agora a interpretação de Antonio Candido sobre o Pensamento Social Brasileiro, com base nas suas leituras sobre a apropriação do gênero ensaístico pelo pensamento nacional e a história da Sociologia brasileira.

definição não seja facilmente alcançável. No entanto, o que nos motiva a tomar a interpretação do historiador como base é, sobretudo, sua atenção aos limites e possibilidades à compreensão desses debates sobre a matriz ensaística do pensamento brasileiro entre os séculos XIX e XX (NICOLAZZI, 2011, p. 401).

⁷⁸ Para a melhor apreensão ao tema, indicamos a leitura da pesquisa de doutoramento de Raul Amaro de Oliveira Lanari, quando o historiador tratou, dentre outros temas, dos projetos de modernização nacional propostos por Mario Augusto Teixeira de Freitas, voltados aos projetos de segurança e desenvolvimento nacional brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940 (LANARI, 2016, p. 37-89).

⁷⁹ Sobre a questão, Antonio Candido indica em “A sociologia no Brasil” que o nascimento da expressão “realidade brasileira” no Pensamento Social Brasileiro esteve associado, sobretudo, ao advento da “Revolução de 1930”, que, segundo o autor, serviu como catalizador da preocupação com os problemas sociais no país (CANDIDO, 2006a, p. 278).

3.2 - Pensamento brasileiro, gênero ensaístico e História da Sociologia sob a perspectiva de Antonio Candido

Para tratar da relação entre “Os Parceiros do Rio Bonito” e a tradição ensaística brasileira, compreendemos ser essencial buscar, na perspectiva de Antonio Candido, as formas como o gênero foi apropriado pelo pensamento nacional, principalmente no período marcado pelos anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É importante retomar a interpretação do sociólogo acerca das contribuições de alguns intelectuais brasileiros no desenvolvimento da narrativa ensaística no Brasil⁸⁰. Para isso, consideramos o pensamento de alguns autores analisados por Antonio Candido, a exemplo de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior⁸¹. Portanto, tomamos como preâmbulo uma afirmação de Antonio Candido sobre a relação entre o pensamento social e a literatura:

Talvez se pudesse resumir dizendo que, no panorama da nossa história intelectual, o advento relativamente recente de uma sociologia científica se deu na medida em que os estudos sociais conseguiram, aqui, superar a mentalidade literária a que se haviam até então ligado indissolavelmente. A literatura foi entre nós uma espécie de matriz, de solo comum, que, por mais tempo que em outros países, alimentou os estudos sobre a sociedade, dando-lhes viabilidade numa cultura intelectualmente pouco diferenciada. Os brasileiros que lidaram até os nossos dias com as ciências do homem fizeram-no em grande parte como escritores – com atitude mental, linguagem, métodos mais adequados à criação literária (no sentido amplo) do que ao objeto de estudo que escolhiam. (CANDIDO, 2006. p. 291)

Tomando a reflexão de Candido como alicerce, podemos sintetizar sua concepção sobre a centralidade do ensaio no pensamento brasileiro pela afirmação de que a representação ensaística teria sido o “traço mais característico e original do nosso pensamento” (CANDIDO, 2000b, p. 138).

Explorando mais a fundo a interpretação do sociólogo sobre o pensamento brasileiro no século XX, é importante indicar a sua proposta sobre a divisão do período entre o ano de 1900 e o final da década de 1960. Candido defendeu o pressuposto de

⁸⁰ Ao referenciar esse número limitado de autores, optamos por apontar apenas aqueles associados por Antonio Candido à tradição dos ensaios no Brasil, no texto “Literatura e Cultura, de 1900 a 1945” (CANDIDO, 2006b, p.138-139).

⁸¹ Sobre a relação existente entre o ensaísmo e a obra de Caio Prado Júnior, é necessário indicar o debate que leva em consideração as diferenças contidas entre a forma de tratamento das questões pelo autor em relação aos cinco outros autores citados, especificamente, no que se refere à maneira como o historiador paulista produziu as suas interpretações sobre a formação brasileira. Em linhas gerais, ela se caracteriza pela perspectiva partida do ponto de vista econômico daquele processo, o que, talvez, sugira uma menor proximidade com a tradição dos ensaios sócio-históricos no Brasil (REIS, 2007. p. 176-177).

que a literatura brasileira “se divide quase naturalmente em três etapas: a primeira começa em 1900 e se estende até 1922, a segunda ocorre no período de 1922 a 1945 e a terceira teve início em 1945” (CANDIDO, 2006b, p. 120).

Com base nessa concepção, o sociólogo afirmou que a primeira das três etapas pertenceu “organicamente” ao pós-romantismo. Segundo ele, esse período se estendeu, aproximadamente, entre os anos de 1880 e 1922. Em relação aos outros dois momentos, Candido defendeu que “as duas outras integram um período novo, em que ainda vivemos”. Com base nessa afirmação, Candido defendeu que “o século literário” teria começado com o movimento dos modernistas brasileiros, na década de 1920 (CANDIDO, 2006b, p. 120).

Ao tratar da questão, Candido destacou a existência de um entrelaçamento entre algumas das formas mais proeminentes de representação literária elaboradas na primeira metade do século XX. Por meio desta concepção, sinalizou a maneira como aquelas orientações se encontravam entrecruzadas como representações da realidade brasileira. Formas estas que, segundo ele, encontraram bases na Sociologia, na Antropologia e na literatura. Desse modo, Candido considerou a Semana de 1922 como o berço do ensaísmo no Brasil, avaliando que, a partir daquele movimento intelectual, o pensamento nacional alcançou a condição de oferecer interpretações sobre realidade do país, baseadas, principalmente, em perspectivas autorais. Assim, o autor afirmou que essas análises passaram a ser menos dependentes dos eixos de crítica e interpretação propostos pelo pensamento sociológico europeu. Antonio Candido também afirmou que a Semana de Arte Moderna de São Paulo pode ser considerada como “catalisadora” das novas formas de expressão literária no Brasil. Isso em função, principalmente, do “dinamismo” e da “ousadia” de alguns dos seus protagonistas, que, segundo ele, foram responsáveis pela renovação das formas de expressão artísticas e literárias, a exemplo da poesia, do ensaio sócio-histórico, da música e das artes (CANDIDO, 2006b, p. 120-121).

Dando continuidade ao tratamento do tema, Antonio Candido abordou o período literário brasileiro anterior a 1922, afirmando que a produção intelectual que brotou nos períodos do Romantismo (1836-1880) e do pós-Romantismo (1880-1922) foi atravessada por concepções “europeizantes”, que fundamentaram a abordagem de traços característicos da sociedade e da cultura brasileira (CANDIDO, 2006b, p. 118-

120). No entanto, é obrigatório pontuar que Antonio Candido realizou ressalvas a algumas dessas análises que, mesmo produzindo interpretações sobre a sociedade e a cultura brasileira em momentos anteriores à Semana de 1922, conseguiram realizar leituras sociais parcialmente livres das influências dos modelos de análise sociológica europeia.

Assim, é fundamental atentar à importância concedida pelo autor ao pensamento de Euclides da Cunha, principalmente por aquilo que o intelectual fluminense contribuiu com a renovação das interpretações sobre a realidade brasileira - referindo-se, vale lembrar, principalmente à obra “Os Sertões” (1902) (CANDIDO, 2006b, p. 121). Segundo Candido, a obra “Os Sertões” demonstraria grande lucidez empírica, ainda que matizada pelas linhas de análise associadas ao “darwinismo social de Gumpłowicz”, responsável, segundo ele, por sublinhar “o conflito dos grupos na disputa da supremacia” e na “teoria de Buckle”. Segundo o sociólogo, essas características teriam levado Euclides da Cunha a hipertrofiar o papel dos fatores geográficos na formação e no desenvolvimento dos grupos humanos (CANDIDO, 2006a, p. 277). Considerando essa análise, Candido estabeleceu o modo como Cunha teria conseguido retratar a realidade inerente à Guerra de Canudos e a sua centralidade no pensamento nacional:

Se deixarmos de lado as suas considerações já superadas sobre a formação étnica do tipo sertanejo, ou o rigor algo estrito com que expõe o condicionamento físico, ainda nos surpreende hoje a acuidade sociológica demonstrada na descrição e análise da sociedade sertaneja, como fruto do isolamento. Da segregação geográfica e cultural, parte para apontar o que constitui (do ângulo que nos interessa) a sua melhor contribuição: o estudo da situação de conflito entre essa cultura e a que se desenvolvia nas regiões litorâneas sob o signo do progresso moderno. Do acontecimento, Euclides extrai limpidamente a teoria, salientando o significado social da coexistência de dois Brasis, cujas relações poderiam tomar periodicamente um sentido de grande tragédia coletiva, se não se desenvolvesse uma política adequada para superar a distância entre ambos (CANDIDO, 2006a, p. 277-278).

Para complementar essa perspectiva sobre os traços definidores do pensamento de Euclides da Cunha, Candido destacou também que “Os Sertões” foi marcado “por qualidades literárias de tão elevado teor que a penetração na sociedade e nos fatos estudados se opera com profundidade divinatória, revelando bruscamente, como de fato

revelou, a complexidade dramática da sociedade brasileira à consciência algo adormecida dos seus intelectuais e políticos”⁸² (CANDIDO, 2006a, p. 278).

Ao buscar a interpretação de Antonio Candido sobre o pensamento de Euclides da Cunha, procuramos desvelar a centralidade dos temas tratados pelo intelectual no processo de construção do Pensamento Social Brasileiro. Podemos atentar a duas formas de análise do sociólogo: a atenção ao trabalho de Euclides da Cunha pelo que ele ofereceu ao debate de temas caros à “realidade brasileira” e o modo como o tratamento desses temas foi determinante para construção do Pensamento Social Brasileiro. É importante destacar o relevo dado pelo sociólogo à qualidade literária de “Os Sertões” (1902), tomado como uma referência fundamental na interpretação do Brasil nas primeiras décadas do século XX, a exemplo de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (CANDIDO, 2006a, p. 282).

Por outro lado, Antonio Candido chamou a atenção ao modo como ainda se faziam presentes no pensamento brasileiro as diretrizes do pensamento eurocêntrico. O autor fundamentou essa afirmação levando em conta a disposição ao “amaneiramento” da imagem dos agentes sociais analisados por outros autores no período. Podemos indicar a crítica do autor às concepções de Oliveira Viana, expressas pela obra “Populações Meridionais do Brasil” (1920), especialmente no que diz respeito ao fato de Viana ignorar a riqueza da matriz étnico-racial e cultural representada pelas “culturas primitivas”, configuradas pelas matrizes socioculturais ameríndias e africanas, como tratado no capítulo anterior.

Candido afirmou que Oliveira Viana idealizou parte dos traços singulares que conformam a cultura e a sociedade brasileiras, aproximando-os de aspectos identificados com as interpretações sociais da matriz europeia. Partindo desse pressuposto, o sociólogo defendeu que Oliveira Vianna elaborou interpretações sobre as sociedades do “Brasil meridional”, idealizando a imagem do caboclo (CANDIDO, 2006b, p. 127). Pela crítica às concepções de Vianna, Antonio Candido destacou a

⁸² Antonio Candido afirmou que a obra de Euclides da Cunha representou “um marco” que, segundo ele, levou os estudiosos sobre o Brasil a intensificarem seus estudos “de um ponto de vista sistemático”, responsável por superar “tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica como as especulações demasiado acadêmicas.” O autor finalizou esse trecho do texto afirmando que, por tudo isso, Euclides da Cunha poderia ser indicado como o responsável pela imposição do debate sobre a “realidade brasileira” (CANDIDO, 2006a, p. 277-278).

importância do Movimento Modernista como contexto promotor de ruptura das perspectivas de análise que tendiam para a idealização da realidade brasileira. O autor indicou que o Modernismo rompeu com as tendências de análise centradas nas “deficiências” brasileiras, que passaram a ser interpretadas como “superioridades” da tradição cultural e social do país:

A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram certo momento nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo é aqui belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem. [grifos do autor] (CANDIDO, 2006b, p. 127).

Ao destacar a afirmação de Candido, pretendemos salientar a sua interpretação do processo de transformação das formas de representação do Brasil, que, segundo ele, teve raízes no movimento modernista. Segundo o autor, a partir de meados da década de 1920, não haveria mais lugar para as representações distantes da realidade ou para a idealização do país como se este fosse uma continuidade da sociedade e da cultura europeia nos trópicos.

Segundo Candido, a partir de meados da década de 1920, temas sensíveis como a matriz multiétnica e multicultural brasileira, as permanências dos modelos arcaicos de relações sociais e econômicas associadas ao regime latifundiário e escravocrata, bem como a heterogeneidade entre as condições socioeconômicas e culturais encontradas em diferentes regiões brasileiras passaram a ser tratados de um ponto de vista original e próprio às experiências dos intelectuais do país.

No artigo “A sociologia no Brasil”, Antonio Candido interpretou a formação histórica da Sociologia no país, tomando como recorte cronológico o período conformado entre as décadas finais do século XIX e o ano de 1956, quando publicou pela primeira vez o artigo⁸³. Dessa forma, o sociólogo estabeleceu a proposição de que,

⁸³ É interessante observar que o texto foi escrito no ano de 1956 e publicado apenas três anos mais tarde. Antonio Candido não indicou os motivos de existir um espaço de tempo entre a escrita do texto e a sua primeira publicação, realizada pela Enciclopédia Delta-Larousse (Enciclopédia-Delta Larousse. Rio de Janeiro, Delta S.A., p. 2216-2232; tomo IV, p. 2107-2123. 2ª ed. 1964). O texto contou com uma segunda publicação, que ocorreu em 2006, pela revista Tempo Social, ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Tomamos como referência em nosso trabalho a última versão do texto, que contém uma observação de Antonio Candido sobre a sua compreensão da renovação dos estudos sobre a história da Sociologia brasileira e dos possíveis problemas surgidos diante da questão. É

para estudar esse processo, era necessário tomar como base a divisão do pensamento sociológico brasileiro em dois períodos: o primeiro deles era conformado entre os anos de 1880 e 1930, quando o pensamento brasileiro teria sido produzido por “intelectuais não especializados”, preocupados em formular os princípios teóricos da disciplina no país e em oferecer interpretações globais acerca da formação social brasileira. Ainda sobre o período, Candido chamou a atenção para o fato de não haver, naquele tempo, “pesquisas empíricas sobre aspectos delimitados da realidade presente” (CANDIDO, 2006a, p. 271).

O segundo momento destacado pelo autor é conformado pelas décadas de 1930 até 1950, quando, segundo ele, a sociologia brasileira ganhou espaço nos ensinos básico e superior no Brasil. Segundo o autor, esse processo permitiu a sedimentação do campo de conhecimento no Brasil, levando a Ciência Social a ser “invocada como instrumento de análise social”, dando lugar, por isso, ao surgimento “de um número apreciável de cultores especializados” (CANDIDO, 2006a, p. 271-273). Ainda sobre o período, Antonio Candido destacou o princípio de que o decênio de 1930 foi especialmente importante por representar o que denominou “fase transitória”, quando a Sociologia brasileira teria passado por um processo de “consolidação e generalização” como “disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação” (CANDIDO, 2006a, p. 272).

Quando mencionou os “intelectuais não especializados”, Candido chamou a atenção à formação desses agentes, indicando o fato de que as linhas mestras da análise sociológica no país, nas décadas finais do século XIX, tiveram base nas tendências de análise evolucionista, próximas às concepções atinentes ao cientificismo europeu. Essa consideração de Candido dá indícios da importância por ele dedicada à formação superior em Ciências Sociais. Isso pode ser confirmado pelo fato de o autor estabelecer como um dos marcos do pensamento sociológico brasileiro a fundação das escolas superiores de Sociologia em São Paulo. Segundo ele, essa produção do Pensamento Social Brasileiro não apresentava o caráter da “pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente” (CANDIDO, 2006a, p. 271).

importante destacar, por fim, a existência de uma observação no texto publicado em 2006, no qual Candido afirmou que a primeira redação do texto ocorreu a partir da demanda de Fernando de Azevedo, que ficou responsável por organizar o tópico “Ciências Sociais” na Enciclopédia Delta-Larousse (CANDIDO, 2006a, p. 271-272).

Consequentemente, é possível compreender os motivos pelos quais questionou determinados aspectos do pensamento sociológico brasileiro, pautado, segundo ele, na relativa ausência de bases teórico-metodológicas da Sociologia e da Antropologia. Candido indicou três grupos profissionais como agentes desse modelo de investigação: os juristas, os médicos e os engenheiros⁸⁴. Segundo ele, este grupo de profissionais conformou a “tríade dominante da inteligência brasileira”. Tomando como pressuposto a centralidade alcançada pelos bacharéis na história política do país, o autor afirmou que os juristas podem ser considerados “intérpretes por excelência” da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX.

Partindo dessa leitura sobre a gênese da Sociologia brasileira, Candido destacou o pensamento de Tobias Barreto, Silvio Romero, Lívio de Castro, Paulo Egídio e Euclides da Cunha, que, apesar das distinções, contribuíram conjuntamente com a construção e desenvolvimento do pensamento social no país nas décadas finais do século XIX e nos anos iniciais do século XX (CANDIDO, 2006a, p. 272). Antonio Candido ressaltou a atuação dos juristas no processo, afirmando que coube a eles papel social central no Brasil do século XIX, em função da concessão a esse grupo de “tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política”. Isso ocorreu em um momento caracterizado como a etapa em que as leis brasileiras foram elaboradas, em conjunto com o processo de aquisição das técnicas parlamentares e a definição das condutas administrativas (CANDIDO, 2006a, p. 272).

Para Candido, é primordial considerar as formas como cada um dos intelectuais contribuiu com a superação do que denominou de “linha evolucionista de análise sociológica do pensamento brasileiro” (CANDIDO, 2006a, p. 273). Nesse sentido, Antonio Candido discorreu sobre a base teórica representada pelo pensamento de diferentes sociólogos, tais como Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Charles Letourneau, Gabriel de Tarde, Émile Durkheim, Frédéric Le Play, Ludwig Gumplowicz e Thomas Buckle. Com base nessas considerações, Candido defendeu a ideia de que a Ciência

⁸⁴ Sobre a história do ensino superior do Brasil e o advento das formações superiores em Direito, Medicina e Engenharia no país, é importante destacar que, em conjunto, essas formações representam as primeiras e principais instituições do ensino superior no país no século XIX, tendo sido responsáveis por formar as primeiras gerações de bacharéis no Brasil. Para o estudo aprofundado do tema, indicamos o artigo “Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História” de autoria de Norma Lucia da Silva e Marieta de Moraes Ferreira; para uma abordagem mais ampliada sobre o tema, indicamos a obra “A formação das almas”, do historiador José Murilo de Carvalho (SILVA; FERREIRA, 2011; CARVALHO, 1990).

Social produzida por esses autores foi importante para o desenvolvimento do pensamento sociológico no Brasil⁸⁵.

Ao refletir sobre quem são e como atuaram os principais agentes desse processo de formação da Sociologia no Brasil, Antonio Candido ressaltou a importância de uma série de intelectuais, com destaque para os estrangeiros. A dimensão e a relevância concedida pelo sociólogo à atuação desses agentes na construção do pensamento sociológico nacional podem ser exemplificadas por sua afirmação de que aqueles cientistas sociais foram os responsáveis pela constituição das primeiras equipes de pesquisadores realmente preparados para desenvolver estudos sociológicos e antropológicos no país⁸⁶.

Para ilustrar a leitura de Candido da atuação daqueles agentes, podemos destacar a análise do sociólogo das atuações de Emílio Willems e Roger Bastide. Quanto ao primeiro, Candido destacou a base teórica do sociólogo alemão na teoria norte-americana e a sua atenção nos estudos dos contatos raciais e culturais, a partir dos quais desenvolveu uma série de importantes estudos sobre processos de aculturação das comunidades de imigrantes alemães no sul do Brasil⁸⁷. No entanto, o sociólogo joga luz essencialmente à contribuição de Willems expressa por suas pesquisas sobre processos de transformação de comunidades caboclas, com base nos livros “Cunha, tradição e transição numa cultura rural do Brasil” (1947) e “Buzios Island”⁸⁸ (1952). Segundo afirmou Antonio Candido, as pesquisas de Willems, fundamentadas no método dos Estudos de Comunidade, levaram a Sociologia brasileira a entrar na fase das pesquisas objetivas da realidade presente (CANDIDO, 2006a, p. 286).

⁸⁵ Sobre a amplitude da reflexão de Antonio Candido da maneira como cada um dos cinco intelectuais brasileiros por ele abordados no texto se filiam à tradição da Sociologia e da Antropologia europeia, vale destacar as relações estabelecidas pelo autor entre o pensamento de Herbert Spencer com as análises de Tobias Barreto e Sílvio Romero; o pensamento de Ernst Haeckel e as obras de Tobias Barreto; a relação entre os métodos de Charles Letourneau e as obras de Lívio de Castro; a filiação teórica de Paulo Egídio ao pensamento de Gabriel de Tarde; a apropriação de eixos metodológicos de Émile Durkheim por Paulo Egídio e Euclides da Cunha; o pensamento de Frédéric Le Play apropriado por Sílvio Romero e Euclides da Cunha; a apropriação das ideias de Ludwig Gumplowicz e Henry Thomas Buckle por Euclides da Cunha. Para o melhor entendimento dessas relações tecidas por Candido, é recomendável ler o artigo “A sociologia no Brasil”, essencialmente as páginas 274 a 280 (CANDIDO, 2006a, p. 274-280).

⁸⁶ Assim, Candido indicou os nomes de Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Jacques Lambert, Roger Bastide, Donald Pierson bem como os “americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das Ciências Sociais” (CANDIDO, 2006a, p. 284).

⁸⁷ Vale, dessa forma, indicar que Antonio Candido concede destaque às pesquisas de Emílio Willems intituladas “Assimilação e Populações marginais” (1940) e “A aculturação dos alemães no Brasil” (1946) (CANDIDO, 2006a, p. 286).

⁸⁸ Tendo sido este escrito por Emílio Willems em conjunto com Gioconda Mussolini.

Sobre Roger Bastide, Candido destacou a importância da atuação do cientista social francês, destacando a sua contribuição para o desenvolvimento de pesquisas sobre a matriz africana na formação sociocultural brasileira, fundadas na apropriação, pelo autor, de linhas teóricas e metodológicas, bem como nos “pontos de vista da Sociologia francesa, alemã e americana, da Antropologia americana e inglesa e da ‘tradicional’ etnografia” francesa (CANDIDO, 2006a, p. 288). Desse modo, o sociólogo afirmou que Bastide esteve fundamentalmente preocupado em “interpretar” a realidade observada, colaborando com o desenvolvimento de seus orientandos por meio da “confiança nos fatores individuais do pesquisador, fundamentados, todavia, pelo rigor da posição teórica”⁸⁹ (CANDIDO, 2006a, p. 288).

Também em “A sociologia no Brasil”, Antonio Candido realizou uma análise do “estado da arte” da Sociologia brasileira em meados da década de 1950, quando destacou que as Ciências Humanas foram efetivamente constituídas como “atividade sistemática” de pesquisa no Brasil a partir da década de 1940. O autor defendeu o pressuposto de que, a partir daquele contexto, o pensamento sociológico no país mudou de estatuto, sendo transformado, de forma efetiva, em campo de estudos metodologicamente conduzidos baseados em teorias empiricamente fundamentadas (CANDIDO, 2006a, p. 289). Ainda sobre esses progressos da Sociologia brasileira no período, Antonio Candido afirmou se encontrarem pautados em três diretrizes: na organização do trabalho sociológico no país; no novo espírito que passou a presidir a Sociologia brasileira; e, por fim, nas obras tributárias dessa renovação da Sociologia nacional (CANDIDO, 2006a, p. 289).

Como último aspecto a ser tratado, é importante destacar a afirmação de Antonio Candido de que, historicamente, a Sociologia brasileira apresentou um caráter sincrético e que, diante disso, é necessário lembrar a contribuição de intelectuais como Carlos Campos, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Sobre esses autores, o sociólogo chamou a atenção ao fato de que, a despeito de contarem com a formação superior em Ciências Sociais, podem ser indicados como colaboradores do desenvolvimento do pensamento sociológico no país devido à contribuição que as suas

⁸⁹ A opção por dar destaque à leitura de Candido sobre os trabalhos desses dois pesquisadores se justifica pela relação tecida entre o sociólogo com os trabalhos de Bastide e Willems, a considerar mesmo a participação do primeiro na banca de avaliação de “Os Parceiros do Rio Bonito” na ocasião da defesa do trabalho no formato de tese de doutorado, no ano de 1954; e da base de Candido nos estudos de Willems sobre o processo de transformação da realidade social de comunidades rurais no Brasil.

interpretações e análises oferecem ao desenvolvimento do pensamento sociológico nacional.

Tratando das questões no presente texto, procuramos indicar as interpretações de Antonio Candido sobre o modo como a tradição dos ensaios interpretativos e a sua interpretação do processo de desenvolvimento do pensamento sociológico no país se fizeram presentes no Pensamento Social Brasileiro. Considerando o tratamento dessas questões – que, por vezes, se mostram mais importantes para apresentar as concepções do autor do que necessariamente para problematizá-las - acreditamos ter trazido ao debate alguns dos principais elementos que fornecerão bases à proposta de abordar as possíveis relações entre “Os Parceiros do Rio Bonito” e a tradição dos ensaios no Brasil.

3.3 – Os conceitos de *formação e sentido da colonização* como catalizadores da *preocupação com o presente*: Antonio Candido ensaísta?

Podemos afirmar que as diferenças entre recortes espaço-temporais a partir dos quais a intelectualidade brasileira interpretou e representou o Brasil, no período conformado pelo final do século XIX e primeiras quatro décadas do século XX, não são capazes de desassociar completamente os preceitos, orientações teóricas, bem como as diretrizes políticas e ideológicas que norteiam as suas representações do país. O conjunto de interpretações produzidas pelos historiadores contemporâneos sobre o pensamento brasileiro dos séculos XIX e XX sustenta um importante debate no campo da História da Historiografia. Desse modo, é nosso objetivo refletir sobre o pensamento de Candido, historicizando as nuances, intercâmbios intelectuais e aspectos transdisciplinares presentes em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

As questões tratadas acima servem como balão de ensaio para estabelecer uma abordagem da relação entre o pensamento de Antonio Candido com as matrizes do Pensamento Social Brasileiro. Essa estratégia nos permitiu traçar a primeira das questões, baseada na reflexão sobre as possíveis continuidades, que, hipoteticamente, seriam responsáveis por associar as diferentes *sensibilidades históricas* dos intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX. Assim, podemos perguntar: haveria uma forma adequada de articular as questões tratadas por Antonio Candido em “Os Parceiros

do Rio Bonito” com as diretrizes do Pensamento Social Brasileiro produzido entre as décadas finais do século XIX até meados da década de 1950?

Nos capítulos anteriores, abordamos os diálogos estabelecidos por Antonio Candido com as interpretações historiográficas de Sérgio Buarque, bem como as representações ensaísticas de Cornélio Pires. O mesmo ocorreu quando exploramos o possível diálogo existente entre Antonio Candido e Caio Prado Junior, refletindo sobre a forma como os conceitos de sociedade *orgânica* e *inorgânica* se fariam parcialmente presentes em “Os Parceiros do Rio Bonito” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 363). A nossa abordagem dessa relação entre o pensamento de Candido e de parte desses autores poderia, também, passar pelo Prefácio escrito por Candido à obra “Raízes do Brasil”, publicado na segunda edição do livro em 1967, principalmente pela defesa por Candido da importância do pensamento de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior para a sua geração intelectual (CANDIDO, 2016). No entanto, acreditamos que, pela grande repercussão desse texto, que baseia a sua recorrente referência, podemos apresentar o diálogo entre Antonio Candido e os autores anteriormente indicados com base em outras referências e eixos de análise, propondo novas bases discursivas.

Estabelecemos a análise em três eixos de interpretação: o primeiro deles dialoga com a proposta de Henrique Estrada Rodrigues, que trata da maneira como o conceito de *formação* teria sido apropriado pelo Pensamento Social Brasileiro entre as décadas de 1920 e 1950 (RODRIGUES, 2015, p. 253-276). O segundo eixo tem fundamento na proposta de Jean Marcel França, que propôs a ideia de que o *sentido da colonização brasileira* teria sido apropriado pelo pensamento brasileiro entre os séculos XIX e XX (FRANÇA, 2013, p. 91-112). O terceiro eixo de análise trata da possível *preocupação com o presente* no pensamento brasileiro do século XX. Para isso, nos amparamos nas reflexões de Eliana de Freitas Dutra e Temístocles César, quando trataram do modo como a concepção de uma escrita presentista da História teria sido tomada como eixo de alguns dos intérpretes da formação brasileira (DUTRA, 2013, p. 47-76; CEZAR 2013a, p. 29-46; 2013b, p. 71-90).

Podemos afirmar que, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido se aproximou dos conceitos de *formação*, *sentido da colonização*, denotando, por isso, o tema da *preocupação com o presente*. A aplicação desses conceitos ocorreu em dois

sentidos: primeiro, quando Candido tratou da formação histórica das sociedades caipiras, sobretudo, na primeira das três seções de “Os Parceiros do Rio Bonito”; segundo, quando o autor examinou o processo de transformação das sociedades caipiras, considerando, para isso, as suas experiências etnográficas, ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950.

Henrique Rodrigues compreendeu o uso do conceito de *formação* como um fio condutor que associa diferentes momentos do pensamento social no Brasil. O historiador apontou, primeiramente, a obra “Casa-Grande & senzala” (1933), atentando ao subtítulo do livro: “formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. Rodrigues também elegeu como exemplos os títulos de obras como “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Junior (1942), “Formação econômica do Brasil” (1957), de Celso Furtado, e, ainda, “Formação da Literatura Brasileira” (1959), de Antonio Candido. Segundo defendeu, a associação dessas obras se faz possível com base na opção dos autores de indicar a ideia de *formação* já nos enunciados das mesmas (RODRIGUES, 2015, p. 254).

Além disso, Rodrigues também destacou a predisposição à “compreensão do passado como ferramenta analítica do presente”, a qual foi tomada como eixo nos debates realizados por autores que, a despeito de não terem se apropriado do termo *formação* nos títulos dos livros, pareceram igualmente reconhecer a importância de compreender o passado brasileiro como *topos* das interpretações sobre o presente.

Henrique Rodrigues fez questão de ilustrar sua proposta de análise, indicando obras como “Populações Meridionais do Brasil” (1920) e “Raízes do Brasil” (1936). Ao citar essas obras, o historiador sugeriu que, ao abordar os temas em seus respectivos estudos, tanto Oliveira Vianna quanto Sérgio Buarque compartilham do preceito de valorar o tema da *formação* em suas interpretações da trajetória histórica e social brasileira⁹⁰ (RODRIGUES, 2015, p. 254). Rodrigues afirmou que a opção dos pensadores brasileiros não ocorreu em função de uma “imaginação fértil” ou por predisposições de qualquer tipo de carência dos métodos investigativos. A principal

⁹⁰ Em seu texto, Henrique Rodrigues continuou a apontar títulos de obras que apresentaram como eixo central a preocupação com o tema da *formação* e que foram escritas na continuidade do século XX. O autor indicou o aparecimento do termo e a apropriação do conceito em “Os donos do poder” (1975), que a partir da segunda edição (sendo a primeira publicada no ano de 1957), apresentou como subtítulo “formação do patronato político brasileiro”; além da obra de Darcy Ribeiro, intitulada “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” (1995) (RODRIGUES, 2015, p. 254).

questão, nesse sentido, era ressaltar que todos aqueles intelectuais do passado “trataram de construir uma escrita da história que representou certa tensão entre um ideal de vida para a nação brasileira e uma realidade histórica que lhe oferecia permanentes obstáculos” (RODRIGUES, 2015, p. 259-260).

Para Henrique Rodrigues, os autores estudados “pareciam representar uma sensibilidade histórica atenta, não apenas às raízes da nação, mas, sobretudo, a uma realidade movente, capaz, ora de dissolver referências tradicionais, ora de recompô-las em termos nunca inteiramente idênticos aos anteriores” (RODRIGUES, 2015, p. 259-260). Assim, “nesses intercâmbios entre o novo e o velho, entre o moderno e o tradicional, os intérpretes da formação brasileira atentavam em uma experiência própria de mundo, para as incertezas de uma formação dificilmente interpretada sob a chave de veneráveis tradições adventícias” (RODRIGUES, 2015, p. 259-260).

Em nossa interpretação, Antonio Candido também estava preocupado com o futuro das sociedades caipiras. Segundo o autor, as transformações em curso seriam responsáveis por levar aquelas sociedades rurais à anomia social. Isso provocaria a diluição dos elementos simbólicos, modelos de sociabilidade e formas de expressão cultural. Em conjunto, esses aspectos foram interpretados pelo sociólogo como fatores fundamentais à coesão das sociedades caipiras (CANDIDO, (2010), p. 232-233).

Podemos perceber o subtítulo da obra de Candido como um traço da sua preocupação de abranger temas ligados à formação histórica das sociedades caipiras. Se, em um primeiro momento, Antonio Candido não realizou o uso do termo *formação* no título da obra, optou por indicar o seu objetivo no estudo se considerarmos subtítulo de “Os Parceiros do Rio Bonito”: “estudo do caipira paulista e a *transformação* dos seus meios de vida”. Com a escolha desse subtítulo, Antonio Candido indicou a sua pretensão de refletir sobre temas ligados aos caipiras como agentes daquele processo de transformação, descortinando, desse modo, a formação histórico-social das sociedades camponesas como tema central da obra. Assim, o sociólogo pareceu demonstrar a sua intenção de tratar da forma como aquelas sociedades reagem à conjuntura das propostas de modernização que sustentaram as ações políticas do regime do Estado brasileiro, sobretudo, a partir do estabelecimento do Estado Novo, no ano de 1937 (GOMES, 2013 a, p. 23-27).

Podemos indicar como exemplo os temas tratados por Candido nos capítulos 13, “Ajuste ecológico”, 14, “Técnicas, usos e crenças”, 15, “Posições e relações sociais”, 17, “As formas de persistência”, e, sobretudo, no texto “O caipira em face da civilização urbana”, que conclui a obra. Com base nas questões tratadas pelo sociólogo nesses textos, os temas ligados à *formação* social caipira – assunto tratado centralmente pelo autor na primeira das três seções da obra – tomaram corpo no estudo. Esse aspecto teria o viés não somente de registro historiográfico, mas, fundamentalmente, de parâmetro da pretensão de Candido de abordar o modo como os elementos identitários da cultura e da estrutura socioeconômica caipira tendiam, em alguns casos, à descaracterização e, em outros, ao total desaparecimento no curso do século XX. Seu objetivo era pensar na forma como a transformação das sociedades caipiras deveria ser tratada, considerando que aquele processo poderia ser avaliado como definidor do futuro das sociedades rurais da Paulistânia.

Com base nessas questões, podemos trazer ao debate outros dois momentos do livro, nos quais Antonio Candido buscou, no *espaço das experiências* caipiras, a base para as suas reflexões sobre os *horizontes* abertos pelo processo de transformação social em curso. O primeiro deles se deu quando Candido tratou dos elementos da cultura e das sociedades caipiras responsáveis por reforçarem os laços de solidariedade intergrupar entre aqueles agentes sociais. Por outro lado, a segunda ocasião se revelou quando Candido tratou da dieta caipira como um elemento fundamental do estudo daquelas sociedades.

Vale ressaltar a importância conferida pelo sociólogo às atividades colaborativas no meio social caipira, mencionadas em sua análise da prática do “mutirão” - tematizado no capítulo “4. Formas de Solidariedade” -, que integra a primeira das três seções da obra. Neste texto, Candido procurou uma definição do “mutirão”, interpretando o simbolismo daquela tradição no meio social caipira para, mais adiante, analisar o processo de dissolução da prática colaborativa e a reverberação desse processo como elemento de desestruturação social das coletividades caipiras:

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros). Suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reverte, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar um determinado trabalho: derrubada, roçada,

plantio, limpeza, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho.

(...) A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação de uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional (CANDIDO, 2010, p. 81-82).

No trecho, percebemos a preocupação de Candido de analisar não somente a prática do mutirão em si, mas também o simbolismo da atividade. O sociólogo chamou a atenção para o fato de o mutirão representar um elemento fundante na manutenção do senso solidário e da coesão grupal nos bairros caipiras⁹¹. Além das questões destacadas no trecho - a exemplo da necessidade de se contar com o mutirão para a realização de tarefas impraticáveis por pequenos grupos de agricultores -, Antonio Candido fez questão de colocar em pauta a sua experiência etnográfica como um dos fundamentos da sua argumentação. Desse modo, enfatizou a relação existente entre a participação nos mutirões, os preceitos sociais e religiosos e o valor dessa atuação nas sociedades caipiras por ele analisadas.

Mais adiante, Candido tratou das conjunturas social e econômica que abrangiam as sociedades caipiras e como elas influenciavam a continuidade dos mutirões. O autor esboçou a sua compreensão sobre a maneira como os caipiras mais jovens compreendiam aquela atividade colaborativa. O autor ainda atentou para como os impasses causados pela nova lógica de trabalho e produção agrária voltada para o mercado externo era elemento importante no processo de desarticulação das sociedades caipiras. Nesse sentido, podemos nos lembrar do tratamento dado por Candido a essas questões no capítulo intitulado “8. Os trabalhos e os dias”, quando refletiu sobre o processo de transformação da estrutura produtiva nas sociedades caipiras. Para isso, analisou a maneira como as mudanças na percepção da temporalidade pelos agentes sociais caipiras afetavam a dedicação ao modo tradicional de cultivo, bem como a organização dos mutirões:

O mutirão pode ter como objeto qualquer das atividades descritas, caracterizando-se, todavia, por não possuir o aspecto virtualmente contratual

⁹¹ Antonio Candido continua a sua busca de compreender a centralidade da colaboração vicinal entre os agentes de um mesmo bairro caipira por meio da análise dos documentos históricos que indicam a ocorrência do mutirão entre os séculos XVIII e XIX – com destaque para as memórias de Luis D’Alincourt e August de Saint-Hilaire – bem como interpretações sobre a prática do mutirão, a exemplo do artigo intitulado “Muchirão” de autoria de Plínio Ayrosa, publicado pelo segundo volume da Revista do Arquivo Municipal da cidade de São Paulo no ano de 1934 e do artigo “Mutirão or Mutual-aid”, de José Vicente de Freitas Marcondes, publicado pela Revista *Rural Sociology*, v. XIII, nº 4, no ano de 1948 (CANDIDO, 2010, p. 81-85).

do trabalho coletivo ou da troca individual de serviço. Além disso, liga-se frequentemente às atividades festivas promovidas pelo beneficiário ou, pelo menos, à distribuição de alimento – embora decaia dia a dia a ocorrência daquelas, e mesmo desta, sendo comum o “mutirão seco”, em que cada um leva a sua comida.

Presenciei, na Baixada, ao que se promoveu para construir o ranchinho duma velha [ver fotos p.80]⁹². Durante quatro dias revezaram-se dez moradores de lá e três do Morro, havendo cada dia uns quatro ou cinco trabalhando, pois uns davam um, outros dois dias de serviço. Dez dos primeiros referidos, três eram vizinhos mais distantes, de fora das terras da fazenda, sendo um deles filho da beneficiária; dos sete restantes, um era garoto, e dois, vizinhos à vista. Os outros, salvo um, foram mandados pelo fazendeiro, que lhes facultou optarem entre a prestação gratuita e a remuneração pela fazenda.

Foi possível, neste caso, observar alguns traços que esclarecem a posição atual do mutirão na cultura caipira.

Em primeiro lugar, a atitude positiva dos mais velhos, contrastando com a negativa, ou reticente, dos moços; em segundo, a atitude positiva dos vizinhos imediatos e parentes; em terceiro, a atitude positiva de sitiantes e parceiros autônomos, contrastando com a atitude negativa de parceiros-empregados e empregados. Note-se, finalmente, que não houve sombra de festejo, mas o genro da beneficiária forneceu comida; entretanto, muitos levaram-na por conta própria, revelando assim uma incerteza que denota crise dos padrões, devida ao enfraquecimento do tipo de solidariedade própria ao mutirão (CANDIDO, 2010, p. 145-146).

Ao analisar a prática do mutirão na década de 1950, Antonio Candido jogou luz sobre algumas diretrizes responsáveis por tornar aquela prática colaborativa esvaziada de sentido na cultura caipira, frente, sobretudo, à perda da simbologia da prática solidária para alguns dos homens rurais que o autor teve oportunidade de observar. Esse corte também foi interpretado pelo autor com base nos seus comentários sobre a menor disposição dos mais jovens à participação nos mutirões.

O terceiro aspecto central nessa observação dos mutirões está relacionado com a singularidade do contexto observado, em face da estrutura social dos bairros rurais estudados na pesquisa. Desse modo, é importante lembrar que Candido atentou para o processo de formação dos bairros rurais do “Morro” e da “Baixada” nas dependências da Fazenda Bela Aliança, considerando que a formação dessas povoações denotava o processo de transformação social por ele tomado como objeto de estudo⁹³.

⁹² Essa referência às imagens que ilustram os mutirões foi realizada por Antonio Candido. Desse modo, optamos por manter a transcrição literal do trecho destacado, ainda que não reproduzamos na presente pesquisa os registros fotográficos realizados pelo autor em sua pesquisa etnográfica e disponibilizados na edição da obra tomada como base no nosso estudo.

⁹³ Assim, por tudo o que representam essas diferenças relativas à formação das sociedades caipiras tradicionais – conformadas de maneira aleatória e pela associação entre famílias caipiras – e a formação das comunidades do “Morro” e da “Baixada” nas dependências da Fazenda Bela Aliança, acreditamos ser importante chamar atenção a essa particularidade reservada pelo estudo de Candido (CANDIDO, 2010, p. 131-133).

De todas as questões tratadas por Antonio Candido, o aspecto que acreditamos ser de fundamental destaque foi expresso pela sua compreensão de que aquele processo de transformação social alterava, de forma central, o modelo de estrutura tradicional das sociedades rurais da Paulistânia. Segundo ele, esse sistema era responsável por levar aquelas sociedades a passar, necessariamente, por um processo de readequação das suas atividades produtivas solidárias e também das suas atividades cotidianas de produção agrícola. Segundo Candido, em alguns casos, essas ações perdiam algumas de suas características fundamentais, e, em outros, eram substituídas por novos códigos socioeconômicos, como a necessidade de pagamento para a participação nos mutirões.

Desse modo, Candido pretendeu demonstrar a diferença entre esse modelo de atividade solidária que, no passado, era permeado pela consciência coletiva – fator apontado pelo sociólogo como responsável pela manutenção dos laços de sociabilidade e senso de colaboração intergrupala – e que, no presente, passou a ser reinterpretado por parte dos agentes sociais caipiras. Podemos ilustrar a nossa interpretação da maneira como Candido amparou o seu argumento sobre a transformação caipira com o confronto feito pelo autor entre a perspectiva formacional daquelas sociedades camponesas diante das novas formas sociais catalisadas pela conjuntura de transformação social em curso.

Um segundo exemplo atesta a nossa percepção sobre o modo como Antonio Candido buscou na ideia da *formação* social caipira. No capítulo 2, “Alimentação e recursos alimentares”, Candido tratou das formas como as sociedades caipiras tradicionais estabeleceram uma alimentação baseada no cultivo de víveres que caracterizavam a sua cultura dietética, complementada pela obtenção de gêneros alimentares, a serem alcançados pelas práticas da coleta, da caça e da pesca⁹⁴.

Quando, na segunda seção da obra⁹⁵, Antonio Candido investiu na análise do presente caipira, o tema do modelo tradicional de alimentação dos homens rurais da Paulistânia se tornou um elemento central da análise. Esse aspecto levou o sociólogo a defender a concepção de que o abandono das práticas culturais voltadas à obtenção dos alimentos pelos caipiras os teriam levado ao substantivo empobrecimento da dieta em

⁹⁴ Indicando essas práticas como instadas entre a cultura e o meio de sobrevivência, por ele associadas ao legado representado pela tradição indígena na formação sociocultural caipira (CANDIDO, 2010, p. 62-63).

⁹⁵ Note-se que a importância dada por Candido ao tratamento do tema levou o sociólogo a destinar três capítulos para refletir sobre a dieta caipira, que são eles “9. A dieta”; “10. Obtenção dos alimentos” e “11. Valor nutritivo da dieta” (CANDIDO, 2010, p. 149-158; 159-172; 173-182).

meados do século XX. Esse aspecto, Candido atribuiu, sobretudo, à ausência da proteína animal como gênero alimentar constante na dieta daquelas coletividades.

Antonio Candido tomou as interpretações historiográficas e ensaísticas sobre o tema da alimentação no período colonial⁹⁶ e em trechos da documentação histórica selecionada como as bases da sua interpretação sobre a formação da cultura alimentar caipira. Destacamos, a seguir, dois trechos que compreendemos serem importantes por ilustrarem esse aspecto da análise do sociólogo:

O paulista lhe parece⁹⁷, mesmo, mais bem nutrido que o escocês, o irlandês, o escandinavo, o egípcio, o italiano, o inglês, o indiano, o japonês, o africano do norte, mantendo-se eugênico o seu tipo através dos séculos.

Esta opinião parece, quando menos, estática e idealizada. Não leva em conta as alterações eventuais até os nossos dias, e considera integrantes normais da dieta alimentos de que apenas se poderia garantir a ocorrência – de modo algum a generalidade e a continuidade. O próprio Ellis Jr., adiante, menciona as agruras inevitáveis do sertanista, e as circunstâncias de só no fim do século XVII se haver estabelecido o sistema das plantações ao longo das rotas de penetração.

Mais justa parece a análise de Otoniel Mota, baseada num estudo cuidadoso da documentação e sensível às variações da agricultura e da dieta. Segundo ele, comia-se bastante no primeiro século, mas pouca variedade: “principalmente mandioca, algum feijão, e em São Vicente arroz – não sabemos em que quantidade nem por quanto tempo – e carne de vaca e de porco”⁹⁸. O arroz desaparece, todavia, para só voltar no século XIX, importando-se provavelmente, até aí, o que consumiam os abastados (CANDIDO, 2010, p. 59-60).

Mais adiante, Antonio Candido continuou a tratar do tema, destacando, desta vez, a sua interpretação sobre as representações dos viajantes naturalistas e agentes coloniais acerca da temática alimentar. Candido considerou, principalmente, as análises sobre a dieta no contexto da expansão bandeirante:

É interessante notar que, ao estabelecer esta medida oportuna e de grande alcance, a autoridade como que definia a própria dieta mínima do caipira, fundando-se exclusivamente em produtos autóctones, e que não apenas seriam básicos, como, ainda, os de cultivo mais fácil e raízes mais fundas no passado ameríndio.

No ano de 1704, o procurador da Câmara de São Paulo, Bartolomeu Pais, dizia do feijão que era “o alimento mais vial, [vital?] de que se alimentam os povos” [grifo do autor].

Em 1717, o conde de Assumar e comitiva os encontraram predominando nos arredores da cidade de São Paulo:

⁹⁶ Com especial atenção às obras “Raça de gigantes: a civilização no Planalto Paulista” (1926) de Alfredo Ellis Júnior e também a “Do rancho ao palácio” (1941), de Otoniel Mota (CANDIDO, 2010, p.59-60).

⁹⁷ Aqui, Antonio Candido se refere à interpretação de Alfredo Ellis Jr., em “Raça de Gigantes” (1926).

⁹⁸ Antonio Candido faz referência a um trecho do texto de Otoniel Mota (MOTA, Otoniel. Do rancho ao palácio, 1941, p. 19 *apud* CANDIDO, 2010, p. 60).

Sahio a Sua Ex.^a a ver a cidade, q está cituada em hum plano, e poderá ter athé quatrocentas cazas a mayor parte térrea, mas muy falta da gente, porque a mayor parte dos moradores vivem fora dela em huas quintas, a que chamão Rosas, as quais não constam de outras plantas, que de milho farinha de Pao, e feijam e algumas frutas da terra, que tudo isso vem a ser o seu quotidiano sustento dos Paulistas, não comendo carne senão em alguns dias do anno, e quando dão algum banquete, ou fazem alguma festa sempre vem a meza o feijam com toucinho, que se pode supor, que he o arroz dos Europeos (Diário da jornada, que fes o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a cidade de São Paulo e desta athé as Minas anno 1717, p. 304 *apud* CANDIDO, 2010, p. 61).

A transcrição dos dois trechos é essencial por ilustrarem a forma como Antonio Candido buscou parâmetros voltados à análise do processo de transformação da cultura alimentar caipira⁹⁹. O sociólogo sugeriu que práticas socioculturais como a caça, a pesca e a coleta de gêneros alimentares foram suprimidas pela necessidade dos agentes sociais caipiras de se adequarem às novas dinâmicas econômicas de produção agrária, representadas, principalmente, pelo advento do regime de parcerias na produção agrícola, que passaram a ser firmadas entre caipiras e produtores rurais que dispunham de um maior espaço de terras agricultáveis. Segundo Candido, esse processo representou a diminuição ou a quase inacessibilidade à “ração cárnea” por aqueles homens do campo (CANDIDO, 2010, p. 67). Vale, mais uma vez, recorrer às palavras do autor:

Sob esse ponto de vista, é preciso assinalar a diminuição considerável da ração cárnea do caipira, que antes se provia pela caça; hoje, esta entrou em decadência como fonte de recursos alimentares, não sendo substituída pela aquisição proporcional de carne de vaca. Vimos, porém, nos cardápios apresentados, ocorrerem tatu e quati. Eles aparecem, na verdade, com certa frequência, sendo, como são, alvo duma perseguição mais ou menos sistemática, em defesa das roças de milho, nas quais causam prejuízos. Muitas vezes são mortos durante a faina da lavoura; outras, nas rondas dominicais, empreendidas, sobretudo, quando a sua presença foi anteriormente pressentida (CANDIDO, 2010, p.154).

O trecho ilustra nossa interpretação sobre forma como o tema da *formação* foi central nas análises de Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. No entanto, é fundamental atentarmos à diferença entre a avaliação de Henrique Rodrigues do modo como Sérgio Buarque e Gilberto Freyre apropriaram-se do discurso historiográfico, em comparação com o modo como Antonio Candido tratou do processo de alteração do padrão alimentar caipira. É importante lembrar que o modelo de dieta daqueles homens

⁹⁹ É também essencial indicar a percepção do autor do modo como seria ideal refletir sobre as interpretações da dieta rural expressas pelo pensamento de Alfredo Ellis Jr., comparando-as às referências alçadas pela sua análise da documentação histórica, denotando a sua impressão sobre possíveis ruídos entre a interpretação de Ellis Jr. e o seu entendimento dos temas tratados nos registros documentais (CANDIDO, 2010, p. 61).

rurais foi tratado por Candido na sua análise dos *meios de vida caipira* – sendo por ele apontado como “matéria central do livro” (CANDIDO, 2010, p. 28).

Segundo defendeu Henrique Rodrigues, os “usos do passado” empreendidos por Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque se revelaram como meios à formulação de teorias mais abrangentes sobre a sociedade e a cultura brasileira, enquanto as questões tratadas por Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” se destinam às explicações sobre temas específicos na trama sócio-histórica brasileira.

Ao apresentar essa proposta de análise da forma como Antonio Candido tratou da *formação* caipira como um dos elementos centrais na sua investigação, acreditamos que os dois exemplos anteriormente evocados dão conta de exprimir a nossa interpretação sobre a maneira como o sociólogo tomou o passado e o presente daquelas sociedades como fundamento da sua abordagem em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

A segunda questão que pretendemos tratar se ampara na proposta de Jean Marcel França e sua interpretação da forma como se deu a apropriação da concepção de *sentido da colonização* pelo pensamento brasileiro¹⁰⁰. O ponto de partida da análise de França é a sua defesa de que a procura pelo *sentido da colonização* no pensamento brasileiro é detectada ainda no alvorecer do século XIX, quando, segundo ele, teve início uma “curiosa obsessão”, que atormentou os pensadores brasileiros dos dois últimos séculos (FRANÇA, 2013, p. 93). Como fundamento da análise, Jean Marcel França salientou que o tema remonta, necessariamente, à conjuntura que proporcionou “o nascimento da Historiografia nacional”, bem como “ao denominado pensamento romântico oitocentista” (FRANÇA, 2013, p. 93).

Segundo o historiador, foi a partir dessa conjuntura que puderam ser observados os primeiros “esforços para a construção de uma história, de uma literatura, de uma geografia, de uma língua, enfim, de uma cultura que, segundo os homens de letras da época, poderia verdadeiramente se autointitular brasileira” (FRANÇA, 2013, p. 93). Ao remeter a esse processo de construção do pensamento brasileiro, fundado na busca de *sentidos* para a colonização, França realizou um apanhado de obras e autores que

¹⁰⁰ Antes de desenvolver nossa análise, é importante assinalar que a abordagem de França compreendeu um período cronológico dilatado, que se estendeu entre o início do século XIX e a década de 1990. Dessa forma, o autor procurou interpretar, ainda que de forma sintética, alguns dos elementos centrais apontados como responsáveis pelo estabelecimento de amarras entre as propostas de uma série de autores separadas por mais de um século (FRANÇA, 2013, p. 93).

compartilham desses preceitos, fundados na revelação dos traços socioculturais que, segundo ele, seriam responsáveis pela identificação da sociedade e da cultura brasileira. O historiador também defendeu o pressuposto de que essa identificação estava associada aos objetivos do pensamento nacional de romper com os laços que subordinavam a cultura e a sociedade às suas origens ibéricas (FRANÇA, 2013, p. 93).

O número de obras e autores referenciados por Jean Marcel França é extenso¹⁰¹. Essa vasta coleta de referências ilustra a sua concepção de que o ponto de associação entre todos esses pensadores foi o fato de que teriam interpretado o passado colonial brasileiro como uma espécie de “ovo da serpente”, que, colocado contra a luz, “permitia antever, através da sua casca, com mais e mais nitidez, o império independente que nasceria em 1822” (FRANÇA, 2013, p. 95). Como fundamento dessa perspectiva, o historiador sugeriu que, nessa conjuntura, foram forjadas as molduras do sentimento nativista que permeou a literatura romântica brasileira do século XIX, bem como algumas das interpretações sobre a formação brasileira. Podemos tomar como exemplo o destaque de França à abordagem de Capistrano de Abreu:

Trajetória muito próxima à dos historiadores da cultura e da literatura do Oitocentos, exemplificados por Romero – cuja abordagem do tema que aqui nos interessa reproduz, traço a traço, argumento a argumento, a de um sem-número de letrados seus antecessores e contemporâneos –foi seguida, no limiar do século XX, por um dos mais eminentes e respeitados historiadores brasileiros, Capistrano de Abreu. Em *Capítulos de história colonial*, o cearense apresenta uma das primeiras, quiçá a primeira, abordagens articuladas do passado colonial brasileiro, abordagem cuja característica central é a enfática relação que o historiador estabelece entre a gradativa e penosa conquista da terra, o nascimento de uma sociedade local e o amadurecimento do sentimento nativista (FRANÇA, 2013, p. 98).

Se, por um lado, estabelecer uma relação entre o pensamento de Capistrano e o de Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” pode parecer simplista, por outro, é possível pensar sobre o modo como essa busca pelas origens da sociedade e da cultura brasileira parecem ter se transformado no decorrer do século XX. Essa perspectiva teria sido apropriada pelo sociólogo de forma mais aproximada ao modelo do pensamento brasileiro das décadas de 1930 e 1940. Vale retomar a interpretação de Henrique Estrada Rodrigues sobre a maneira como os intérpretes do Brasil apresentaram

¹⁰¹ O autor fez referências a um conjunto de textos e obras como o “Ensaio sobre a história da literatura brasileira” (1836), de Gonçalves de Magalhães; “Parnaso Brasileiro” (1829-1832) de Januário da Cunha Barbosa; “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843) de Carl Friedrich Phillip von Martius; “História Geral do Brasil” (1854-1857), de Adolfo Varnhagem; “História da Literatura Brasileira” (1888), de Sílvio Romero; “Capítulos de História Colonial” (1907), de Capistrano de Abreu (FRANÇA, 2013, p. 94-95).

demandas pela busca das origens históricas da *formação* nacional como instrumento de análise e compreensão do presente, sendo, desse modo, aplicadas nas reflexões sobre as possibilidades de futuro abertas à nação (RODRIGUES, 2015, p. 263-264).

Quando Rodrigues tomou o pensamento de Paulo Arantes¹⁰² como base, sugerindo que a escrita da História do Brasil fora caracterizada por um “traço descritivo e sintético”, associado à circunscrição das linhas mestras de uma evolução histórica, defendeu a concepção de que, “se a ideia de formação implica discernir a continuidade de determinadas tradições, é porque a perspectiva histórica é o substrato de um juízo eminentemente crítico sobre as heranças legadas pelos antepassados” (RODRIGUES, 2015, p. 262).

Tomando como base essa proposta de Henrique Rodrigues, é possível retomar a compreensão de Jean Marcel França da percepção de traços da continuidade pela busca do *sentido da colonização* em obras publicadas a partir da década de 1930. Para isso, França elegeu como base o pensamento de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque. Podemos ilustrar a perspectiva expressa pelo historiador de que, após as atuações de Capistrano de Abreu e sua geração na cena pública, aquelas concepções que entrelaçavam o passado e o presente brasileiro não teriam desaparecido do repertório dos historiadores nacionais. No entanto, Jean Marcel França defendeu a premissa de que essas perspectivas ganharam novas aparências, ainda que tenham perdido parte da sua “singeleza e ‘naturalidade’ inicial” (FRANÇA, 2013, p. 99).

Ao realizar essa afirmação, França destacou que, sendo outros tempos, havia no período uma “crença no avançar reto, seguro e evidente do homem – ao menos o homem brasileiro – rumo a um fim qualquer (o estado positivo, a tomada de consciência, a civilização, o reencontro com o espírito humano...), crença tão ao gosto das filosofias da história dos Oitocentos, que havia perdido muito do seu apelo inicial” (FRANÇA, 2013, p. 99-100).

Jean Marcel França escolheu, como exemplos dessa “renovação parcial”, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Ao destacar os dois autores, França afirmou que, ainda que se possa assegurar que Freyre e Sérgio Buarque não retomaram

¹⁰² Nesse fragmento, Henrique Rodrigues fez referência aos temas tratados por Paulo Arantes no texto “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, presente na obra “Sentido da formação” (1997), organizada pelo próprio Paulo Arantes (ARANTES, 1997; RODRIGUES, 2015, p. 261).

o ideário oitocentista, na medida em que abdicaram “de construir uma História do Brasil colonial organizada em torno de uma suposta ‘tomada de consciência da nacionalidade’”, esses autores não abdicaram de procurar um “sentido para os três séculos de existência da chamada ‘América Portuguesa’” (FRANÇA, 2013, p. 99-100).

Assim, ao chamar a atenção para essa ruptura representada pela mudança dos parâmetros de análise historiográfica, representada pelo declínio das fileiras positivistas que caracterizaram a historiografia brasileira do século XIX, Jean Marcel França tratou da questão, indicando-a como presente no pensamento de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Portanto, podemos pensar sobre o modo como se deu a busca dos fundamentos da *formação* brasileira pelos dois autores quando Freyre e Holanda trataram do período colonial até o século XIX. Ao evocar a busca pelo *sentido da colonização*, que foi empreendida por Freyre e Holanda, analisaremos a forma como Antonio Candido também buscou esse mesmo *sentido* quando empreendeu a reconstituição histórica da formação caipira.

Nessa perspectiva, podemos destacar um dos temas centrais explorados por Freyre, que denotam a busca do autor pelos fundamentos da sociedade e da cultura brasileira. Como suposto, referimo-nos essencialmente à demanda do intelectual pernambucano para compreender o processo de formação sociocultural brasileiro como traço definidor do sincretismo étnico, social e cultural do país. Esses aspectos foram interpretados pelo autor como formatadores de uma sociedade propensa às trocas culturais e à aceitação da diferença. Assim, Freyre foi pioneiro ao propor a controversa sugestão de que, nos trópicos, teriam coincidido variáveis que levaram a sociedade brasileira a se formar com base em um regime de uma possível “democracia racial” (NICOLAZZI, 2011, p. 47-65; DE ARAÚJO, 1994, 45-46; FRANÇA, 2013, p.101). Jean Marcel associou a formulação dessa proposta de Freyre à influência representada pela linha da “antropologia cultural” de Franz Boas. Partindo dessa base teórica, Freyre elaborou um projeto otimista para do futuro brasileiro, pautado na concepção de que os traços de aceitação mútua e de convivência entre diferentes culturas e etnias teriam sido elementos responsáveis por encaminhar o Brasil a um futuro glorioso¹⁰³ (FRANÇA, 2013, p. 101).

¹⁰³ Indo além do que essa leitura trivial sobre o pensamento de Freyre permite, Jean Marcel França assinalou que: “As obras de Freyre, lançando mão de uma técnica expositiva com forte apelo literário, rejeitam o determinismo biológico, analisam os supostos males oriundos da herança mestiça em termos

É importante evidenciar que Antonio Candido também tratou do tema, ao empreender uma leitura similar à de Jean Marcel França sobre a contribuição de Freyre para o pensamento brasileiro – ainda que seja oportuno ressaltar que a proposta do sociólogo não objetivou, especificamente, examinar a possível procura de Freyre pelo *sentido da colonização brasileira*. Candido afirmou que a opção de Freyre de tomar como base a formação antropológica, sem, no entanto, renunciar à sua inclinação pela “intuição artística”, levou “Casa-grande & senzala” (1933) a ser “limpidamente” elaborado e rico “em sugestões”. Desse modo, a obra tornou-se “um marco decisivo” para os sociólogos, os antropólogos, os geógrafos, a classe política, os críticos literários e os historiadores (CANDIDO, 2006a, p. 283). Antonio Candido sustentou que a obra de Freyre se tornou “o eixo em torno do qual gira a evolução” da Sociologia brasileira, fundada na perspectiva de Gilberto Freyre de revisar as direções do passado brasileiro com base nos critérios do desenvolvimento futuro da Sociologia no Brasil¹⁰⁴ (CANDIDO, 2006a, p. 283). Também pareceu ter ocorrido a busca por um *sentido para a colonização brasileira* por parte do sociólogo em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Podemos retomar esse debate, na medida em que procuramos melhor compreender a maneira como Candido estruturou a sua investigação. Devemos nos lembrar do modo como o sociólogo considerou ser importante tratar do processo de *formação* histórica das sociedades caipiras.

Esse aspecto justifica o argumento defendido por Candido de que o recurso à Historiografia seria responsável por conferir uma “terceira dimensão” a “Os Parceiros

socioculturais e acabam por exaltar a “mistura de raças” como um poderoso agente de democratização social. O seu empenho, em suma, é não somente no sentido de retirar a carga negativa que pairava sobre a nossa mestiçagem, mas, sobretudo, transformá-la no símbolo maior da cultura brasileira, no seu traço distintivo, “no seu grande contributo para a história das sociedades humanas”. Mais do que isso – se é que é possível. A ideia de uma sociedade miscigenada, melhor, a ideia de miscigenação, serve ao pensador pernambucano como uma espécie de guia, um eixo catalisador que dá *unidade e sentido* à história do Brasil colonial que lhe interessa construir (FRANÇA, 2013, p.101).

¹⁰⁴ Ainda sobre o pensamento de Gilberto Freyre, Antonio Candido concedeu destaque às principais características adquiridas pelo intelectual brasileiro, com base em sua filiação teórica no contexto de sua formação intelectual – formação esta adquirida entre as décadas de 1920 e 1930 pelos estudos e pesquisas por ele empreendidos em duas instituições norte-americanas: a Universidade de Baylor, no Estado do Texas; e a Universidade de Columbia (SOUZA, 2000, p. 72-76), – nos Estados Unidos entre décadas de 1920 e 1930. Cabe destacar a relação daquele autor com alguns dos principais intelectuais do pensamento antropológico norte-americano, como Franz Boas – por quem Gilberto Freyre fora orientado na Universidade de Columbia. (SOUZA, 2000, p. 72-76) - Clark Wissler, Pitirim Sorokin e Emory Bogardus. Sobre a questão, é interessante indicar também a compreensão de Antonio Candido de que essa experiência formativa de Gilberto Freyre deve ser pensada com base no contexto de decadência da Sociologia teórica, o que, segundo defendeu, em muito contribuiu com a orientação mais propriamente antropológica do intelectual brasileiro, destacando esse aspecto em sua correspondência na tendência da evolução sociológica no Brasil (CANDIDO, 2006a, p. 283).

do Rio Bonito” (CANDIDO, 2010, p. 13). Assim como Freyre, Antonio Candido tratou de temas ligados à formação étnico-racial e sociocultural, ainda que a abordagem do primeiro tenha apresentado maior recorte temático do que a análise de Candido sobre a formação social caipira. Nesse sentido, é importante lembrar que Candido, mais uma vez a exemplo de Freyre, acenou para a compreensão de que, nas sociedades caipiras, as questões étnico-raciais não representariam fatores impeditivos à formação de uma sociedade coesa¹⁰⁵.

Portanto, é necessário atentar para o fato de que a aproximação entre o pensamento de Gilberto Freyre e de Antonio Candido se deu no momento em que os dois autores fundamentaram formas de valorização da sociedade e da cultura brasileira, ainda que as suas análises se distanciem em face das abordagens e recortes selecionados em “Casa Grande & senzala” (1933) e “Os Parceiros do Rio Bonito”. Ao realizar essa aproximação entre o pensamento dos autores, compreendemos que Candido pretendeu tratar do *sentido da colonização brasileira* aplicando esse aspecto na sua interpretação da formação da “subcultura” caipira sem, no entanto, valorizar possíveis cismas baseadas em preceitos étnico-raciais (CANDIDO, 2010, p. 13; 43).

Esse debate sobre a busca de Candido por um *sentido da colonização* como base da sua pretensão de reconstituir historicamente as sociedades caipiras indica a existência de muitas leituras possíveis de “Os Parceiros do Rio Bonito”. É válido destacar uma possível busca do autor por uma linearidade entre o processo de colonização do Brasil e a formação das sociedades rurais na região da Paulistânia. Vale ressaltar também a forma como a busca pelo *sentido da colonização* pode ser interpretada com base na interlocução do sociólogo com Sérgio Buarque de Holanda. Em nossa compreensão, o tema já foi indicado anteriormente, quando tratamos da relação entre o pensamento de Antonio Candido e Sérgio Buarque, tomando como base a opção do sociólogo de buscar amparo nas interpretações historiográficas de Holanda. Entretanto, compreendemos ser possível melhor explorar o tema destacando, de início, a forma como ocorreu uma busca do *sentido para a colonização brasileira* na obra de Sérgio Buarque.

¹⁰⁵ Ainda que a nossa leitura das interpretações ensaísticas de Cornélio Pires sobre a cultura caipira em “Conversas ao pé do fogo” (1921) mostrem o contrário, denotando a crença do autor sobre a existência de traços de segregação social entre “caipiras brancos”, “caipiras pretos”, “caipiras mulatos” e “caipiras caboclos” - como tratado no capítulo anterior - (PIRES, 2002, p. 22-30).

Diante desse propósito, vale destacar a compreensão de Jean Marcel França de que essa busca pelo *sentido* em Holanda se deu, inicialmente, pela forma como o autor realizou a divisão dos temas tratados em “Raízes do Brasil” (1936). França assinalou que essa tendência se revela na obra de Holanda com base em cinco “pares de oposição”, a partir dos quais o historiador paulista cruzou temas ligados à *formação* para tratar do presente brasileiro. Jean Marcel França defendeu o pressuposto de que é por meio de “‘*Raízes do Brasil*’ que Sérgio Buarque destacou o problema pautado na busca de um sentido para a História brasileira” (FRANÇA, 2013, p. 103). Desse modo, França afirmou:

É amplamente sabido que Sérgio Buarque de Holanda, para analisar as nossas tais “raízes”, debruça-se sobre a história da formação da sociedade brasileira e procura analisá-las a partir de uma tipologia composta por cinco pares de oposição: trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo. Lançando mão de tal tipologia, o sociólogo esquadrinha as vicissitudes da constituição histórica da sociedade local e põe em relevo as contradições e males que lhes são inerentes (FRANÇA, 2013, p. 104).

Ao destacar esses “pares de oposição”, França esboçou sua compreensão sobre as diferenças entre o tratamento do autor em “Raízes do Brasil” e de Freyre em “Casa-Grande & senzala”. Jean Marcel França enfatizou que, diferentemente do intelectual pernambucano, o historiador paulista não pretendeu “exaltar um certo ‘modo de ser’ do americano dos trópicos”, afastando-se da pretensão de Freyre, que, segundo ele, previa um destino heroico para a sociedade que se formou sob a influência sociocultural portuguesa¹⁰⁶ (FRANÇA, 2013, p. 104). Antonio Candido se aproximou da linha reflexiva de Sérgio Buarque, sobretudo, ao buscar “uma linha geral” do processo de formação sociocultural brasileiro. Afinal, o sociólogo defendeu, no texto conclusivo da obra, a ideia de que, com base nas questões tratadas em “Os Parceiros do Rio Bonito”, não tinha como objetivo formular uma proposta de que as sociedades caipiras eram imutáveis, mas, de modo contrário, propor possibilidades de futuro para aquelas coletividades em crise.

¹⁰⁶ Assim, França considerou que, “mais contido e cético”, Sérgio Buarque teria optado por “‘torcer’ pelo gradativo abandono das práticas socioculturais herdadas do passado agrário e escravocrata”, o que, segundo ele, comunicou com o que Gilberto Freyre identificou como “tons afetuosos” da sociedade brasileira (FRANÇA, 2013, p.104). Assim, França defendeu a concepção de que Sérgio teria apostado na definitiva “urbanização e democratização do país”, seguindo a tendência do pensamento de Max Weber que previa o “processo de racionalização das sociedades ocidentais” (FRANÇA, 2013, p. 104).

Essa perspectiva adotada por Candido é permeada por uma estrutura investigativa que angariou temas caros ao passado, ao presente e às possibilidades futuras abertas às sociedades caipiras. Nesse sentido, é importante destacar um trecho do texto conclusivo de “Os Parceiros do Rio Bonito”, que ilustra a concepção de Candido sobre o conjunto das questões tratadas ao longo da pesquisa. É possível compreender o esforço de Antonio Candido ao tratar de temas do presente social caipira, projetando possibilidades de futuro para aquelas coletividades:

Aqui chegando, o sociólogo que analisou a realidade com os recursos metódicos de quem visa resultados objetivos, *cede forçosamente a palavra ao político, ao administrador, e mesmo ao reformador social que jaz latente em todo verdadeiro estudioso das sociedades modernas* – voltando-se para soluções que limpem o horizonte carregado do homem rústico. [grifo nosso] Se este livro conseguiu traçar uma imagem coerente da situação atual, pôde-se ver que os elementos de que dispõe a sua cultura tradicional são insuficientes para garantir-lhe a integração satisfatória à nova ordem das coisas, e que ela é algo a ser superado, se quisermos que ele se incorpore em boas condições à vida moderna.

[...] Conclui-se de tudo que, passando do plano propriamente sociológico para o da política e da administração (que prolongam pelo vínculo da Sociologia Aplicada), a situação estudada nesse livro leva a cogitar no problema da reforma agrária. Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido (CANDIDO, 2010, p. 257).

A leitura do trecho indica que, assim como Sérgio Buarque, Candido aparentemente teve o objetivo de tratar dos elementos formadores da sociedade e da cultura caipira que se mostravam centrais no estudo dos impasses enfrentados por aquelas sociedades rurais. Nesse mesmo sentido, vale destacar mais um trecho do texto que conclui “Os Parceiros do Rio Bonito”. Nesse fragmento, Candido deixou entrever a sua interpretação dos possíveis alcances dos temas tratados na pesquisa como eixo para a elaboração de caminhos razoáveis a serem trilhados pelas sociedades caipiras:

Para ficarmos no caso analisado, podemos ver que a situação do parceiro rural - transitória e instável - exprime, de um lado, a miséria do trabalhador sem terra própria para lavrar, e sem condições para dirigir o próprio destino; de outro, a incapacidade econômica, técnica ou administrativa do latifundiário. É um caso típico em que o latifundiário não se justifica pela utilidade pública (pois a sua produtividade é mínima) nem privada (pois não proporciona ao proprietário senão pequena parcela do que poderia render). De outro lado, priva da posse da terra os seus cultivadores, que graças a ela, poderiam adquirir estabilidade.

Parece pois fora de dúvida que, nas zonas relativamente populosas, como São Paulo, o latifúndio improdutivo e o latifúndio sem plano de produção e sem iniciativa adequada do proprietário, constituem obstáculos ao progresso econômico e à estabilização da população rural em condições compatíveis com as necessidades atuais.

No estudo da vida social do caipira, devem-se justamente levar em conta estas necessidades, desenvolvidas, como vimos, em virtude do rompimento

da estrutura tradicional e do aparecimento de novos incentivos, tudo devido à passagem da economia fechada de bairro à economia aberta, dependente dos centros urbanos e suas flutuações econômicas. Não se tratava evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio de sua vida progressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável de suas instituições básicas, sem lhes dar a possibilidade de ajustar-se a outras (CANDIDO, 2010, p. 257).

Ao optarmos, uma vez mais, pela transcrição de um longo excerto de Antonio Candido, é importante mencionar que, somente por meio do conjunto de questões expressas pelo autor, é possível avaliar como o seu discurso concedeu atenção a temas caros ao presente caipira, bem como a projeção dos futuros possíveis abertos àquelas sociedades. Desse modo, é lícito constatar que os reflexos da conjuntura de modernização brasileira podem ser identificados como um dos temas centrais de “Os Parceiros do Rio Bonito”. Este caráter da obra pode ser indicado como um fator decisivo da opção de Antonio Candido de conceder certo tom de manifesto ao texto “O caipira em face da civilização urbana”¹⁰⁷.

É importante cruzar as concepções defendidas por Henrique Rodrigues e Jean Marcel França, sugerindo que as suas análises caminham em sentido comum, na medida em que defenderam ter sido característico da tradição do pensamento brasileiro, entre o início e a metade do século XX, o anseio de tratar da *formação brasileira*, buscando um *sentido para a colonização* do país. Essa corrente de análise e interpretação da formação brasileira pareceu sugerir diretrizes sociais, políticas e econômicas responsáveis por atenuar as rupturas causadas pelo processo de modernização nacional.

Com base nessa análise, temas como a desintegração territorial do país, o subdesenvolvimento econômico, o “atraso cultural” e educacional das camadas populares, os problemas socioeconômicos enfrentados pelas populações camponesas brasileiras, bem como a permanência do modelo de produção latifundiária, que abalizou a exploração agrária no Brasil desde a Colônia até a República, foram temas centrais tratados pelo debate dos intelectuais nas décadas iniciais do século XX. Podemos incluir Antonio Candido nesse grupo, especialmente pelo fato de o autor tratar de alguns desses

¹⁰⁷ Sobre esse caráter propositivo do texto conclusivo de “Os Parceiros do Rio Bonito”, devemos nos lembrar de que, ainda no Prefácio da obra, o autor preconizou a perspectiva de que, ao preparar a pesquisa acadêmica para a primeira publicação, ocorrida no ano de 1964, optou por escrever o texto “O caipira em face da civilização urbana”. Para isso, Candido defendeu a ideia de que “apesar do caráter acadêmico e da posição política ter sido esboçada apenas no fim”, “Os Parceiros do Rio Bonito” poderia ainda ser tomado, naquela conjuntura da década de 1960, como uma introdução aos estudos sobre os temas agrários no Brasil, essencialmente no que dizia respeito à necessidade da realização de reformas na distribuição de terras no país (CANDIDO, 2010, p.13).

temas na obra “Os Parceiros do Rio Bonito”. Por meio desse exemplo, é possível ilustrar mais um dos aspectos que compreendemos associar o pensamento de Candido ao de autores que interpretaram o presente brasileiro sob a sombra do passado.

Eliana de Freitas Dutra analisou o modo como essas preocupações reverberaram no Pensamento Social Brasileiro, baseando a sua análise na seleção de um conjunto de obras historiográficas e textos memorialísticos que integraram a subsérie dedicada à História na Coleção Brasileira¹⁰⁸. Dutra enfatizou a concepção de que as questões políticas e sociais, próprias do período dos anos 1930 a 1950, incidiram nas escolhas de Fernando de Azevedo dos livros a serem publicados pela na Coleção Brasileira. A historiadora defendeu que a sua opção por resgatar a contribuição de Azevedo para a cultura historiográfica do país tem relação com a alternativa de tomá-la “enquanto objeto da História, capaz de contribuir, ontem e hoje, para o reconhecimento dos nexos do passado com o presente e com o futuro da História brasileira” (DUTRA, 2013, p. 47).

Partindo da interpretação de Dutra, podemos analisar a forma como Antonio Candido apresentou, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, algumas preocupações aproximadas às de Azevedo. Para isso, podemos recorrer à interpretação de Luiz Antonio de Castro Santos, na medida em que o autor defendeu haver em “Os Parceiro do Rio Bonito” o que denominou como “compromisso ético-político”. Santos defendeu a ideia de que esse compromisso seria responsável por conferir aos textos de “Os Parceiros do Rio Bonito” uma “projeção duradoura” em relação a outras obras do pensamento brasileiro do mesmo período (SANTOS, 2002, p. 34). Com base nessa proposta, Antonio Castro dos Santos afirmou ser uma das características mais importantes da obra de Antonio Candido o seu trabalho de conjugar teorias e métodos caros à pesquisa sociológica, em conjunto com a promoção do debate político sobre as transformações nas sociedades caipiras:

O primeiro aspecto que lhe dá projeção duradoura resulta de um compromisso ético-político, de denúncia das condições de vida no campo e de crítica ao domínio oligárquico. Tantas obras de valor tiveram objetivo semelhante, mas não parecem ganhar viço com o passar do tempo.

¹⁰⁸ A historiadora considerou que, na subsérie dedicada à História da Coleção Brasileira, publicada no período em que Fernando de Azevedo esteve à frente do projeto, foram publicadas obras historiográficas assinadas por historiadores e cientistas sociais como Francisco Oliveira Viana, Vicente Licínio Cardoso, Manuel Bonfim, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Pandiá Calógeras e Evaristo de Moraes, além de crônicas escritas no período colonial, como as de Gabriel Soares de Souza, Padre Fernão Cardim, Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristóbal Acuña. (DUTRA, 2013a, p. 55).

Entretanto, a tessitura fina de *Os parceiros* permite que o leitor penetre aos poucos na matéria social, até mesmo pelo estudo dos mitos e representações – haja vista a discussão da “fome psíquica” do caipira –, para tocar fundo, por fim, nas raízes mesmas de produção da crise agrária, sem que para tal viagem ele seja conduzido por um tom raivoso de denúncia que daria ao texto uma feição particular, datada e localizada (SANTOS, 2002, p. 34-35).

A admiração expressa pela perspectiva de Luiz Antonio de Castro Santos em relação ao pensamento de Candido não impede a associação entre o que o autor denominou como *compromisso ético-político* da obra de Candido e a interpretação de Eliana Dutra sobre a contribuição de Fernando de Azevedo para a Historiografia brasileira¹⁰⁹. Refletindo sobre a questão proposta por Santos, entendemos ser possível identificar uma concepção aproximada a esse *compromisso ético-político* nas obras escolhidas por Fernando de Azevedo para integrar a subsérie de História da Coleção Brasileira. Ainda que consideradas as relativas distâncias entre as formas como atuaram Candido e Azevedo, entendemos ser possível associar a atuação dos dois intelectuais com a tendência vigente no pensamento nacional naquele período, que pode ser sintetizada como a busca, na Historiografia, de temas fundamentais ao tratamento da *formação* sócio-histórica e cultural brasileira, bem como a base para a formulação de propostas voltadas à resolução de parte dos problemas por eles identificados na sociedade brasileira da metade do século XX (DUTRA, 2013a, p. 48).

Tomando como base o cruzamento desses três eixos de análise da construção do Pensamento Social Brasileiro no século XX, acreditamos ter sido possível expressar a nossa concepção sobre como, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido desenvolveu uma análise sociológica do processo de transformação em curso nas sociedades caipiras povoadoras da “Paulistânia”. Para a realização desta tarefa, Antonio Candido amparou-se nos eixos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais praticadas na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1930 e 1950, estabelecendo um diálogo profícuo com a tradição do pensamento brasileiro progressivo, que tendia a buscar, nas raízes históricas da formação do país, os principais elementos para a compreensão dos dilemas enfrentados no momento presente.

¹⁰⁹ Quanto à adoção da categoria *presentismo* em sua reflexão, Eliana Dutra manifestou sinteticamente a concepção do historiador francês François Hartog na obra “*Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*”. Para isso, a historiadora apresentou como características centrais da concepção de Hartog o “retraimento sobre o presente” e também “o ponto de vista do presente sobre si mesmo”. Com base nessa concepção de Eliana Dutra, optamos por aplicar a conceituação de Hartog tomando como eixo a análise da historiadora brasileira sobre a atuação de Fernando de Azevedo como um dos editores da Coleção Brasileira (DUTRA, 2013a, p. 49).

Referendando o que já foi defendido em outros momentos da pesquisa, o nosso objetivo, ao longo desse debate, não foi o de buscar uma identificação restrita da obra de Candido com a tradição dos ensaios interpretativos brasileiros, mas, pensar essa proposta de análise de Antonio Candido atentando ao possível caráter de transição de “Os Parceiros do Rio Bonito” entre diferentes modelos de interpretação sócio-histórica da realidade brasileira. Desse modo, é possível observar que as opções de Antonio Candido na pesquisa denotam uma relativa diferença do modelo de investigação sociológica e antropológica estabelecido no Brasil pela atuação dos cientistas sociais europeus e norte-americanos que colaboraram com a construção das Escolas superiores de Ciências Sociais no país - se tomarmos como exemplo o teor das análises de antropólogos como Roger Bastide, Emílio Willems, Paul Abrousse-Bastide, entre outros.

As opções de Candido se mostraram, então, balizadas pela tradição de análise e interpretação do Brasil, estabilizada na prática intelectual brasileira por meio dos ensaios interpretativos produzidos nas primeiras décadas do século XX. Essa tendência do pensamento de Candido serve também para confirmar a sua disposição de valorizar a contribuição de autores brasileiros, tais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – para citar apenas quatro do conjunto de intelectuais valorizados pelo sociólogo nesse processo. Isso, considerando também a grande relevância concedida ao processo de sedimentação do ensino das Ciências Sociais no Brasil, que Candido atribuiu à fundação das primeiras escolas superiores de Ciências Humanas no país na década de 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, alisamos o modo como Antônio Candido desenvolveu uma investigação permeada pela combinação entre orientações teóricas e metodológicas buscadas nas Ciências Sociais das décadas de 1930 e 1950, em conjunto com referências ao pensamento de intelectuais que contribuíram com a construção do Pensamento Social Brasileiro na primeira metade do século XX. Com o objetivo de analisar, do ponto de vista sociológico, o processo de transformação social e cultural das sociedades caipiras, Candido baseou-se nos discursos historiográfico e ensaístico, além de um conjunto de representações presentes em obras literárias acerca da sociedade e da cultura rural povoadora da região da Paulistânia. O autor complementou a busca pelo modelo tradicional das sociedades caipiras com base em um referencial documental, responsável por permitir o acesso a aspectos característicos da vida de um segmento da população rural brasileira.

Essa opção de Antonio Candido foi fundamental às suas pretensões no estudo, sobretudo, por permitir a aproximação do leitor de “Os Parceiros do Rio Bonito” à conjuntura histórica de formação das sociedades rurais abordadas na pesquisa. Amparado pela reconstituição histórica da formação social caipira, realizada na primeira das três seções em que a obra foi dividida, Antonio Candido tratou do processo de transformação em questão, elegendo como recorte temporal o período conformado pelas décadas de 1940 e 1950. Em conjunto, essas diretrizes de análise e interpretação apropriadas pelo sociólogo foram responsáveis por balizar o nosso interesse de estudo da obra. Isso se deu, sobretudo, na medida em que tivemos a pretensão de explorar, na presente pesquisa, os possíveis diálogos estabelecidos pelo sociólogo entre as Ciências Sociais e a tradição dos ensaios interpretativos no Brasil.

No primeiro capítulo do trabalho, tratamos do modo como Candido apresentou a estruturação do seu estudo. Ao explorar os textos que inauguram “Os Parceiros do Rio Bonito”, acreditamos ter sido possível compreender como o autor trabalhou na escolha dos eixos teóricos e metodológicos por ele buscados nas Ciências Sociais. Foi também por meio da análise de aspectos presentes nos textos do Prefácio e da Introdução da obra que pudemos indicar a escolha de Candido de se aproximar dos discursos ensaístico, historiográfico e literário sobre a formação social brasileira e, principalmente, sobre a formação social, histórica e cultural caipira.

Compreendemos que a escolha dessas diretrizes por Candido podem ser indicadas como responsáveis por conferir à obra um duplo caráter: o primeiro deles, de um estudo socioantropológico, alinhado às diretrizes das Ciências Sociais produzidas a partir da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade de São Paulo, em meados das décadas de 1940 e 1950. Por outro lado, “Os Parceiros do Rio Bonito” também apresenta o caráter de ensaio interpretativo, na medida em que o autor dialogou com a tradição do Pensamento Social Brasileiro, tomando determinados aspectos dessa tradição como forma de representar as sociedades rurais por ele estudadas.

Tratar das escolhas de Antonio Candido permitiu que refinássemos a nossa leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito”. No segundo capítulo do trabalho, procuramos compreender o modo como o sociólogo empreendeu o cruzamento de distintas diretrizes de estudo, com o objetivo de identificar qual era, especificamente, o grupo social rural por ele denominado como sociedade “caipira”. Para isso, exploramos os diálogos estabelecidos por Candido com intelectuais brasileiros que, nas primeiras cinco décadas do século XX, trataram de temas ligados ao modo de vida no meio rural. Ao explorar o dialogo estabelecido por Cândido com o pensamento de autores como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Cornélio Pires, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, foi importante atentar aos pontos de aproximação e distanciamento entre as abordagens do sociólogo e as interpretações desses autores sobre o mundo rural brasileiro.

No decorrer dessas análises, foi essencial atentar à maneira como Antonio Candido, ora assumiu, ora rechaçou determinadas leituras sobre o meio rural brasileiro e sua população. Compreendemos que essa opção do autor se mostrou alinhada ao seu objetivo de analisar a conjuntura de crise social no meio rural caipira, realizando comparações entre o modelo tradicional das sociedades caipiras e a situação por ele encontrada na metade do século XX, para, desse modo, estabelecer as possibilidades de futuro abertas àquelas sociedades rurais.

No decorrer dessas análises, foi igualmente importante atentar à maneira como, em determinados momentos, as interpretações e análises de Antonio Candido foram ao encontro de aspectos presentes no pensamento dos intelectuais que foram tomados como referência por Antonio Candido. Esse trabalho foi fundamental para compreendermos o modo como o sociólogo buscou reconstituir historicamente as sociedades caipiras. Trata-se de aspecto central da pretensão do sociólogo de tratar do

processo de transformação social em questão, atentando às singularidades daquelas populações rurais estudadas. Desse modo, acreditamos que, por vezes, Candido estabeleceu uma análise que foi além do que seria permitido, caso a sua opção fosse a de desenvolver uma pesquisa balizada pela metodologia dos Estudos de Comunidade.

Por fim, no capítulo que conclui o nosso trabalho, procuramos sustentar a nossa compreensão de como “Os Parceiros do Rio Bonito” apresenta laços com a tradição dos ensaios interpretativos no Brasil. Partindo desse pressuposto, optamos por explorar parte do debate que trata do ensaísmo como forma de representação apropriada pelo pensamento brasileiro na primeira metade do século XX. O curso dessa análise também se mostrou importante aos nossos objetivos na pesquisa por ilustrar as dificuldades contidas na conceituação do gênero ensaístico, sobretudo, no âmbito dos estudos em História da Historiografia brasileira. Para melhor fundamentar essa perspectiva, optamos por explorar algumas concepções de Antonio Candido sobre a construção do pensamento social no país entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, com o objetivo de promover uma aproximação á leitura do sociólogo sobre a trajetória do Pensamento Social Brasileiro no século XX.

Cruzando algumas interpretações de autores contemporâneos da tradição dos ensaios interpretativos com as análises de Candido sobre o processo de constituição do Pensamento Social Brasileiro, procuramos, no último texto do capítulo, dois eixos de interpretação que fundamentam a nossa proposta de defender a aproximação entre “Os Parceiros do Rio Bonito” e a tradição ensaística brasileira. Para isso, sugerimos como os conceitos de *formação* e de *sentido da colonização* agiram como catalizadoras da *preocupação com o presente* no Pensamento Social Brasileiro, sobretudo, aquele produzido na primeira metade do século XX, que foi tomado como base reflexiva por Candido em sua obra. Com base nessas interpretações, acreditamos ter sido possível sustentar a nossa compreensão de que “Os Parceiros do Rio Bonito” apresenta permeabilidade entre as narrativas sociológica, ensaística e historiográfica.

Concluimos este trabalho afirmando que, apesar de inicialmente a obra de Antonio Candido acenar para um estudo socioantropológico, permeado pelo tratamento do processo de transformação de uma sociedade e uma cultura recortada no todo social do Brasil, a análise de “Os parceiros do Rio Bonito” permitiu perceber a importância do diálogo estabelecido entre as Ciências Sociais e a tradição dos ensaios interpretativos no

país. É importante não esquecer da contribuição de “Os Parceiros do Rio Bonito” com a definição de uma tradição cultural específica do meio rural brasileiro, que, formada entre o período colonial e a primeira metade do século XX não contava, até meados da década de 1950, com um estudo sistemático sobre a sua formação histórica e a situação de crise então enfrentada.

O estudo de “Os Parceiros do Rio Bonito” se mostra importante no campo História da Historiografia, pois a obra é exemplar da conjuntura de transformação nas pesquisas em Ciências Humanas e no Pensamento Social Brasileiro do século passado. Em nossa perspectiva, esse aspecto encontra-se fundado na riqueza de orientações teóricas e metodológicas apropriadas por Antonio Candido no desenvolvimento da pesquisa, as quais foram redimensionadas, principalmente, no momento em o autor organizou os textos para a primeira publicação na forma de livro, ocorrida no ano de 1964, dez anos após a sua defesa como tese de doutoramento.

Conscientes de que as questões trazidas para o debate oferecem uma série de lacunas, nos amparamos na interpretação do Temístocles Cezar, quando tratou dos estudos no campo da História da Historiografia brasileira. Assim, é importante destacar uma consideração de Cezar, que versa sobre relação imbricada entre as dimensões temporais passado/presente/futuro na tradição da Historiografia brasileira:

O futuro em fuga, como uma sonata de expectativas, não deixa de ser uma medida do alcance das várias vozes do presente e de uma projeção mimética que se supunha superior às formas antecedentes. Todavia, o presente, por mais efêmero que seja, é modulador de suas próprias fugas e de suas diversas variações. Se ele não é mais, se é fugaz, ele é vivido, sentido, apropriado como gerúndio, como sendo, como movimento. O presente pode não ser o fiel da balança entre os regimes de historicidade antigo e moderno, em disputa permanente na historiografia brasileira, mas é nele que se concentra a experiência direta da existência de um indivíduo ou de uma sociedade. Em suma, ao passado insatisfatório ou distante, ao futuro em fuga, emerge o presente em sua plenitude também fugidia, motivo de sua aparente falta de visibilidade, mas, igualmente de sua *atualidade*, unidade de tempo que move a engrenagem oculta do nosso regime de historiografia desde o século XIX, se não antes (CEZAR, 2013b, p.31).

Concluir a pesquisa pelo destaque à reflexão de Cezar assegura a nossa convicção sobre a importância da dedicação aos estudos sobre o pensamento brasileiro. Temos consciência de que as análises pretendidas nesta pesquisa foram moldadas pela nossa experiência temporal balizada pelo presente. Do mesmo modo, em “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, Antonio Candido tratou da situação de crise enfrentada por parte específica da

sociedade rural brasileira, que, ainda hoje, encontra-se esquecida, espalhada pelos interiores do país. Essa situação ocorre, sobretudo, devido às amarras político-institucionais e socioeconômicas originadas nas raízes oligárquicas que, nascidas no período colonial, preservam o latifúndio improdutivo, sendo, desse modo, ilustrativas da deficitária distribuição de terras no Brasil.

Quando alçados à superfície os debates que tratam das questões associadas às camadas populares do campo no Brasil, é importante nos lembrar do esforço representado pela atuação dos movimentos de contestação da estrutura fundiária brasileira. A exigência da democratização do acesso à terra no Brasil – simbolizada pela luta engendrada, especialmente, pelo “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” desde meados da década de 1970 – traz à tona a realidade de que vivemos em um país que, embora compreendido no plano global como potência agrária, ainda hoje, não apresentou um processo efetivo de distribuição de terras e meios de cultura (ALMEIDA; SARDAGNA, 2002, p. 233).

Por meio das questões tratadas nesta pesquisa, procuramos, de forma articulada, tratar sobre um momento específico da construção do Pensamento Social Brasileiro, atentos à maneira como Antonio Candido, para além do seu objetivo de analisar sociologicamente o processo de transformação social caipira, dialogou com o Pensamento Social Produzido no Brasil entre os séculos XIX e XX. Dessa maneira, compreendemos que os caminhos escolhidos por Candido no desenvolvimento da pesquisa podem ser indicados como responsáveis por conferir a “Os Parceiros do Rio Bonito” a condição de registro de um tempo, momento em que o Pensamento Social Brasileiro se encontrava em processo de construção, contrariando aspectos da interpretação do próprio Antonio Candido - especialmente no artigo “A sociologia no Brasil” - onde, por vezes, o autor sugere um cenário de maior definição das linhas de pesquisa em Ciências Humanas em meados da década 1950 (CANDIDO, 2006a).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. A sociologia no Brasil. *Revista Tempo Social*, v. 18, n.1, p. 271-301, 2006a.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b, p. 117-146.

_____. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 355-370.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Marcelo Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930–1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 179-228.

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15 -45.

ALMEIDA, Élcio Cruz de; SARDAGNA, Crysthian Drummond. O reformismo agrário nos países democráticos. *Revista de Informação Legislativa*. (Brasília), vol. 39, n. 154, p.229-235, 2002.

ALVES, Emiliano Rivello. *Cornélio Pires e Monteiro Lobato: da esperança à melancolia: o debate sobre o progresso*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Paulo Eduardo (org.) *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 11-66.

ARAÚJO, Valdei Lopes. História da Historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, n. 12, p. 34-44, 2013.

_____. Sobre o lugar da história da Historiografia como disciplina autônoma. *Locus*, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, vol. 1*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 277-368.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. Os Sertões: historiografia e esteticidade. In: FERNANDES, Rinaldo de. (org.). *O Clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 315-330.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio. (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira? - 1970-2002* v. IV. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 185-230.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le Monde Méditerranée à l'Époque de Philippe II*, Paris: Armand Colin, 1949.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Haroldo de. Da transgermanização de Euclides: uma abordagem preliminar. In: FERNANDES, Rinaldo de. (org.). *O Clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 303-314.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

_____. Euclides da Cunha, sociólogo. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 174-182.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CATRROGA, Fernando. *História da Historiografia e epistemologia da História*. 2017 Auditório Francisco Baesse - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *O Brasil em dois tempos*. História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a. p. 29-46.

_____. Tempo e escrita da história. Ensaio sobre apropriação historiográfica do presente. In: FRANÇA, Suzani Silveira Lemos. (Org.) *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013b. p. 96-116.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 2010.

DE ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Editora 34, 1994.

DE CASTRO FARIA, Luís. *Populações meridionais do Brasil: ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Euclides e Os Sertões: entre a literatura e a história. In: FERNANDES, Rinaldo de. (org.) *O Clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 157-188.

DE QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 1976.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 377-405.

DOS SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos. *Pelo Movimento: natureza e modernidade em "Os Parceiros do Rio Bonito" de Antonio Candido*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

DOSSE, François. O traje do novo presidente Braudel. In: DOSSE, François (org.) *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 151-172.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e Historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a. p. 47-76.

_____. Cultura. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930–1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 229-274.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930–1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 91-142.

FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: CÊPEDA, Vera Alves. MAZUCATO, Thiago. (orgs.) *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Editora UFSCar, 2015. p. 13-32.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Os sentidos da colonização. In: FRANÇA, Suzani Silveira Lemos. (Org.) *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 117-130.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006a.

_____. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2006b.

FURTADO, Celso. Deslocamento do Centro Dinâmico. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 274-285.

GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre os escravos do passado e os parceiros do futuro. *Sociologias*. vol. 5, n. 10, p. 154-189, 2003.

_____; GRZYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigma do grande sertão. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira? 1970-2002* v. IV. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, 2002. p. 311-348.

GOMES, Ângela de Castro. As marcas do período. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013a. p. 23-40.

_____. População e sociedade. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013b, p. 41-90.

HARTOG, François. O regime moderno de historicidade à prova pelas duas Guerras Mundiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 15-28.

HOEHNE, Frederico Carlos. *Botânica e agricultura no Brasil século XVI*. Brasileira, n. 71. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Monções*. Laura de Mello e Souza (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

_____. *Capítulos da Expansão Paulista*. Laura de Mello e Souza (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

_____. *Raízes do Brasil*. Edição Crítica. Pedro Meira Monteiro; Lilia Moritz Schwarcz (orgs.) Estabelecimento de texto e notas: Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Índios e mamelucos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 19-154.

IANNI, Octávio. Agricultura e Estado. In: IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 192-255.

JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

_____. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, vol. 19, n. 1, p. 115-130, 2007.

_____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n.65, p. 33-49, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, n.57, p. 27-38, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. p. 305-328. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

_____. Perspectivas historiográficas sobre os diferentes níveis de tempo. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. p. 267-351.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O projeto de Organização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas: segurança nacional e desenvolvimento nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 135-222.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de Historiografia. *Varia historia*, vol. 5 n. 27, p. 27-47, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 3-8.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *A abertura para o mundo (1889-1930)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 85-132.

MENDES, Claudinei Magno Magre. O ensaísmo na historiografia brasileira. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

MICELI, Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 91-134.

MOREIRA, Luiza Franco. Ensaio e ciência: contextos e subentendidos de Os Parceiros do Rio Bonito, de Antonio Candido. *Conexão Letras*. vol. 10, n.13. 2015.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, vol. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2014.

_____. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 73, p. 159-180, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & Senzala e a representação no passado*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. As virtudes do herege: ensaio, modernismo e escrita da história em Casa-grande & senzala. *Remate de Males*, v. 31, n. 1-2, p. 255-282, 2012.

_____. Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil, 1870-1940. *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-23, 2013.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. *Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília*. v. 26, n. 3, p. 521-550, 2011.

PEIRANO, Mariza. O Pluralismo de Antonio Candido, 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12 n. 5, p. 41-54, 1990.

PEIXOTO, Fernanda; Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*, V. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 477-531

PEREIRA, Evelyne Medeiros; BARROSO, Milena Fernandes. Setores orgânico e inorgânico na formação social brasileira em Caio Prado Jr. *Em Pauta*, v. 14, n. 38, p.39-62, 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re)escrever a história do Brasil hoje? *História & Perspectivas*, v. 1, n. 40, p. 151-175, 2009.

_____; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: necrológio de Francisco Adolfo Varnhagem, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.50, p.27-78, 2010.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 143-178.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao Pé-do-Fogo: estudinhos; costumes; contos; anedotas; cenas da escravidão*. Ottoni, 2002.

_____. *Musa Caipira/ As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o Queima-Campo)*. Tietê: Prefeitura Municipal, 1985.

PRADO JR, Caio. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural. p. 229-254. In: PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. Vida Material. In: PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. p. 123-281.

_____. Vida Social. In: PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. p. 285-400.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1931.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A revolução brasileira”. *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, 1999.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 38, p. 64-77, 1998.

RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA, Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Melo; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Orgs.) *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 253-276.

ROMERO, Silvio. Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. p. 45-63.

SANTOS, Luiz Antonio Castro dos. A radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 17, n. 49, pp. 31-38, 2002.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a ‘Formação’ da Literatura Brasileira. In: SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras: Ensaio*. São Paulo, Companhia das Letras: 1999. pp. 17-23.

SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, v. 2, n. 17, p. 283-306, 2011.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social*, v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Antonio Candido de Mello e Souza e Florestan Fernandes: breves perfis. *Mediações*, v. 15, n. 1, p. 204-219, 2010.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, n. 13, p. 78-95, 2013.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. O valor pragmático do estudo do passado. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015. p. 287- 323.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. O Pensar e o Agir. *Lua Nova*, vol. 3, n. 54, p. 35-42, 2001.

WEINBERG, Liliana. *Situación del ensayo*. Colección Literatura y ensayo en América Latina y el Caribe, vol. 1. México, CCYDEL-UNAM, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, p. 81-105, 2016.

WILLEMS, Emilio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1947.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS:

BRASIL CAIPIRA. In: *O Povo Brasileiro* [Documentário]. Direção e Produção: Isa Grinspum Ferraz. Brasil: Isa Grinspum Ferraz, 2005.